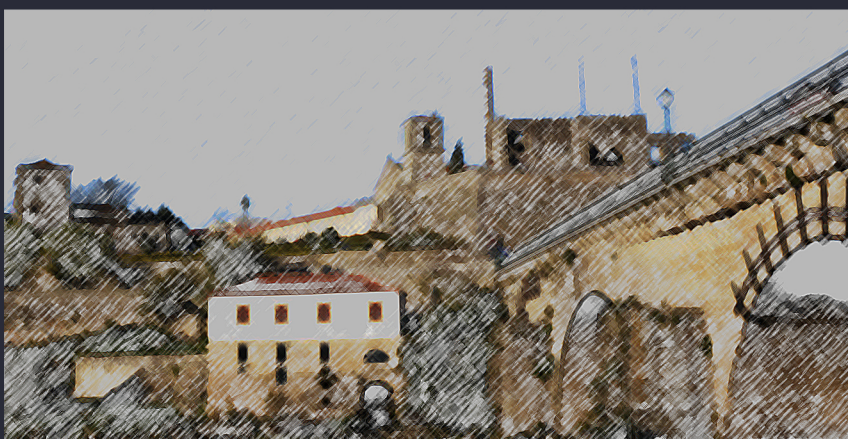
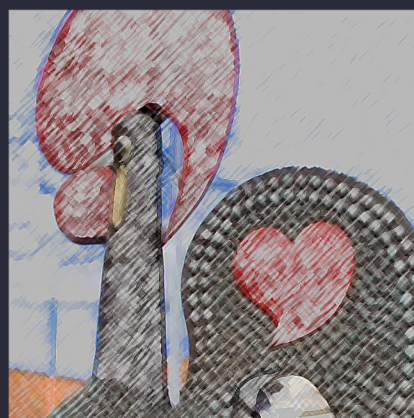
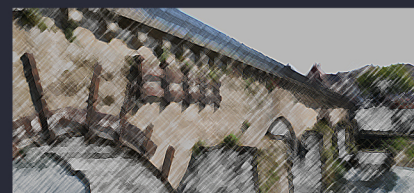
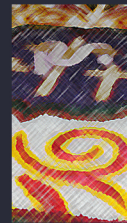
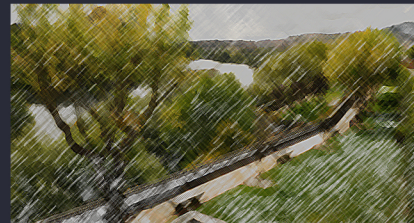
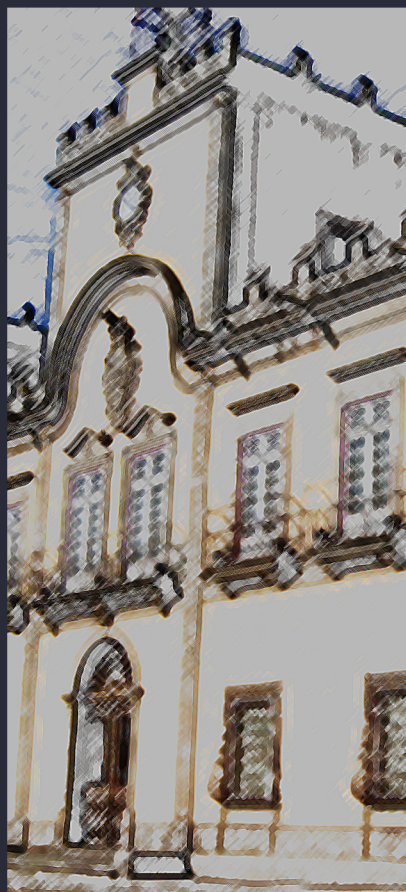
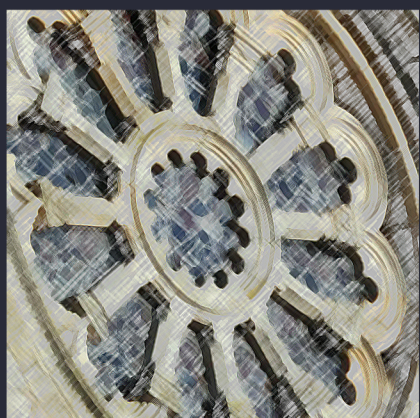
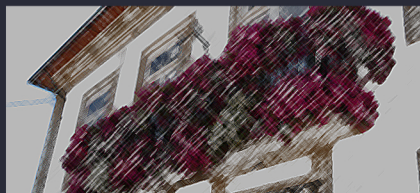


2014

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO



BARCELOS
MUNICÍPIO



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
1. CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	3
2. ORÇAMENTO DE ESTADO (OE) 2014 E AS AUTARQUIAS	5
3. CRITÉRIOS E OPÇÕES ORÇAMENTAIS DO MUNICÍPIO PARA 2014.....	8
4. ACTIVIDADES SECTORIAIS.....	18
OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO	41
1. ESTRUTURA DAS OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO.....	41
2. RESUMO DO ORÇAMENTO	54
3. ORÇAMENTO DA RECEITA	56
4. ORÇAMENTO DA DESPESA	62
5. GRANDES OPÇÕES DO PLANO	70
6. PPI – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	79
MAPAS ANEXOS	
1. ENCARGOS ANUAIS COM EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS	89
2. TRANSFERÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS	91
3. MAPA DE PESSOAL	93

INTRODUÇÃO

1. CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

A crise económica e financeira que hoje vivemos foi iniciada em 2009 e de então para cá, todas as metas apontadas nas políticas de ajustamento para corrigir o aumento galopante da dívida pública e o défice orçamental excessivo de muitos países, trouxeram novos problemas particularmente nos países da união europeia como Grécia, Portugal, Irlanda, Espanha, Itália e França.

Todavia, Grécia, Portugal e Irlanda foram os países com mais problemas tendo recorrido a programas de ajustamento com a intervenção do FMI/EU/BCE, com resultados devastadores por imposição da “*troika*” por tão severas que foram as medidas de austeridade impostas.

Com o decorrer da aplicação dos memorandos de ajustamento impostos, não obstante as fortes críticas infligidas aqueles programas por reconhecidos economistas de mérito mundial, Portugal mercê de uma nova orientação política desde 2011, aplicou medidas de austeridade ainda mais restritivas para a economia e cujos resultados de então para cá se traduziram num verdadeiro fracasso.

Aliás, todas as variáveis macroeconómicas conhecidas pioraram. Por isso, a aplicação do programa em vez de corrigir o desequilíbrio da dívida pública e dos excessivos défices orçamentais, acabou por empobrecer cada vez mais os portugueses e o país.

Nesse sentido, as projecções orçamentais de 2012 previam uma recessão de 2,8 % e a verificada foi de 3,2%; A quebra do investimento estimada em 9,5% foi de 14,3%; a taxa de desemprego prevista de 13,4% foi de 15,7%.

As metas orçamentais previam um défice público de 4,5% do PIB e foi de 6,4%; a dívida pública seria de 110,5% do PIB e foi de 123,6%.

Em 2013, a estratégia orçamental também falhou: não obstante as medidas restritivas adoptadas através de um forte corte no rendimento das famílias através do aumento de impostos sobre o rendimento das famílias e o corte de um subsídio a funcionários e pensionistas contribuíram, ainda mais, para uma diminuição do consumo com forte impacto na economia e no aumento do desemprego.

Por outro lado, e para compensar as sucessivas perdas de receitas fiscais, e a obrigatoriedade de excessiva carga fiscal, conduziu à retirada de cerca de 5 mil milhões de euros à economia contribuindo para a recessão e ao mesmo tempo, teimosamente, o défice não baixará em 2013, prevendo-se o mesmo défice de 5,8% do PIB igual ao de 2012.

Mesmo tendo em consideração o aumento de todos os impostos, em 2013 a receita fiscal e contributiva será 1.000 milhões inferiores à que foi arrecadada em 2011.



Também todas as outras projecções de 2013 falharam: a quebra de investimento prevista em 4,2% será de mais do dobro, para cerca de 8,5%; a taxa de desemprego deveria ser de 16,4% e prevê-se acima deste valor.

Continuaram, também, a falhar outras metas orçamentais em 2013: défice público previsto 4,5%, final 5,8%; dívida pública prevista, 123,7% do PIB, final 127,8%; consumo intermédio vulgarmente conhecidas por “gorduras do Estado”, irão aumentar cerca de 3,8% equivalente a 291 milhões de euros.

Todas as medidas adoptadas nos últimos anos, particularmente 2010, 2011, 2012, e 2013 tiveram um impacto muito negativo na gestão autárquica municipal.

Curiosamente, o município de Barcelos adoptou medidas contrárias às praticadas pela administração central. Desde logo, e não obstante o elevado endividamento do município, não aumentou mais os seus impostos e taxas, tendo reduzido até alguns deles, como foi o caso do IMI, da derrama e outras taxas de mercados e feiras e isenções de outras taxas de ocupação da via pública.

As questões de natureza fiscal do município serão aprofundadas noutro capítulo mais à frente.

Contudo, devemos salientar que a conjuntura económica e financeira que o país atravessa e as medidas adoptadas pelo governo reflectem, também, muitas dificuldades na gestão municipal e particularmente na diminuição das receitas em todas as suas vertentes excluindo, por enquanto, as taxas do IMI por força da nova avaliação dos imóveis, mesmo com diminuição da taxa.

Contudo, o aumento verificado resultante da avaliação, poderá não entrar todo nos cofres do município de acordo com a nova Lei das Finanças Locais, Lei nº 73/2013, que prevê a transferência de verbas dos municípios e do Governo para a criação de um Fundo Municipal para financiar as autarquias em situação de endividamento excessivo. A responsabilidade financeira a transferir por ambas as partes será publicada brevemente e com fortes probabilidades de ser o valor do aumento da avaliação dos imóveis a transferir.

Perante todas estas dificuldades na gestão e de incertezas quanto ao futuro, o município saberá continuar a orientar a sua política de desenvolvimento do concelho com os seus parceiros designadamente as juntas de freguesia, bem como todas as associações do concelho, famílias e empresas.

Por outro lado, compreendemos, também, as graves dificuldades que o país atravessa e tudo faremos numa perspectiva responsável e solidária para que o endividamento do país não seja agravado por acções que se afastem da consolidação das contas municipais como tem sido feito até ao presente.

Este executivo municipal reduziu o seu endividamento global de cerca de 49,5 milhões de euros em 31/12/2009 para previsivelmente cerca de 25 milhões de euros em 2013. Este assunto será tratado adiante noutro capítulo.

Mas se é certo que é preciso adoptar políticas que criem condições para corrigir os desequilíbrios orçamentais e estruturais que o país enfrenta, também é certo que as medidas a adoptar se forem excessivas poderão por em causa a sustentabilidade e o desenvolvimento do país e ao mesmo tempo continuar a gerar focos de pobreza nas famílias com maior dificuldade.

Neste quadro, muitos analistas da área política e económica, bem como muitas instituições nacionais e internacionais têm alertado para que medidas de austeridade excessiva como as que têm sido adoptadas pelo governo provocarão, inevitavelmente, desequilíbrios orçamentais e efeitos recessivos ainda maiores.

O corte radical nos rendimentos do trabalho, através do aumento de impostos e da diminuição das tabelas salariais, bem como do aumento dos impostos sobre o consumo, e ainda a falta de financiamento das empresas junto da banca, e quando o conseguem pagam juros insuportáveis para a sua competitividade junto do mercado cada vez mais globalizado, e menos competitivo no mercado exportador, são medidas que têm criado situações muito preocupantes para o excessivo pedido de insolvências de empresas e aumento do desemprego.

Neste quadro de incertezas quanto ao futuro, o ano de 2014, poderá ter os mesmos efeitos económicos, políticos e sociais observados nos anos anteriores e colocar em causa se Portugal estará no caminho do desenvolvimento, ou seja, tornar a economia do país numa trajectória de crescimento.

2. ORÇAMENTO DE ESTADO (OE) 2014 E AS AUTARQUIAS

A lei do Orçamento de Estado aprovada em cada ano económico, determina as orientações de toda a actividade económica com reflexos ao nível do sector público e privado.

Por isso, é crucial que a orientação política na elaboração do OE em cada ano esteja consubstanciada numa perspectiva de curto, médio e longo prazo.

E se recuarmos a 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013 para analisarmos o impacto de cada OE daqueles anos como atrás já foi referido, o país tem sido abalado por uma crise económica e financeira sem precedentes e afigura-se como inevitável o prolongamento de um ciclo económico particularmente difícil com continuidade em 2014 e anos seguintes.

Neste contexto, as autarquias locais e em particular os municípios têm sido fortemente atingidos através da diminuição das receitas mas com o aumento das suas despesas, atendendo à crescente delegação de competências que lhe são atribuídas, bem como à responsabilidade social junto das populações onde se inserem.

Mas terá então o OE para 2014, um impacto negativo para os municípios? O OE tem reflexos negativos para os municípios como para quase todas as instituições públicas e privadas agravando ainda mais a situação dos municípios não só comparativamente a 2013 mas também em relação aos anos anteriores.

Se a Lei do Orçamento de Estado para 2013, era fortemente restritiva, a a de 2014 apresenta um conjunto de medidas ainda mais gravosas em todas as suas dimensões na tentativa de diminuir o défice orçamental e a consolidação das contas públicas.

Perante as medidas adoptadas neste orçamento, em 2014 será repetida a estratégia dos orçamentos anteriores cujos resultados se traduziram num autêntico fracasso.

Desde logo e como podemos observar, há um corte brutal na função pública com incidência nos salários a partir dos valores brutos de cerca de 675 euros que começam a sofrer um corte de 2,5% e progressivamente atingirá uma redução de 12% acima de 2.000 euros; também as pensões da CGA a partir de 600 euros sofrerão um corte de 10%.

Será mantida a sobretaxa extraordinária de 3,5% em sede de IRS e também as pensões contributivas de sobrevivência pagas pela CGA sofrerão reduções e ainda o corte retroactivo nas pensões de sobrevivência em geral a partir de 2.000 euros. Será mantida a contribuição extraordinária de solidariedade sobre as pensões e ainda o aumento da idade de reforma para 66 anos.

Mantêm-se o IVA da restauração a 23% e no consumo da energia, estes com forte impacto nas despesas correntes do orçamento municipal.

É reduzido o valor das transferências do FEF para o município em cerca de 650.000 euros e o acumulado nestes últimos 4 anos é de cerca de 3,7 milhões de euros.

Este orçamento tem uma grande incidência para arrecadação de receitas nos orçamentos das famílias. É sobre as famílias que recai o maior esforço de austeridade. **Por isso, também ao município trará maior responsabilidade no sentido de dotar financeiramente a componente da acção social e da educação.**

É um orçamento que poderá trazer novos problemas no âmbito do estigma social numa faixa da sociedade cada vez mais abrangente, mercê da forte quebra dos rendimentos traduzindo-se numa dificuldade perante os compromissos assumidos pelas famílias.

Perante este quadro de austeridade imposta neste orçamento para 2014 as famílias, as empresas e todas as instituições públicas e privadas não poderão ter um razoável grau de confiança nas suas previsões orçamentais para 2014.

Nesse sentido, as autarquias deverão orientar os seus orçamentos para o equilíbrio entre a receita e a despesa na busca da consolidação das suas contas cada vez mais orientadas para a redução das dívidas acumuladas evitando o recurso aos pedidos de saneamento financeiro como aquele que ocorreu com a implementação do PAEL em cerca de 1.000 milhões de euros, criando desigualdade entre os que cumprem e os que não cumprem.

Neste domínio, o município de Barcelos é inequivocamente favorável à execução orçamental dentro dos limites que a lei impõe; é imperioso que a consolidação das contas seja feita através do rigor, da responsabilidade e da solidariedade.

Mas é também favorável à tomada de decisões da administração central tendo em conta quem já cumpre os limites da sua gestão e não estejam obrigados a cumprir critérios genéricos e transversais como a redução em percentagem dos seus trabalhadores de forma cega.

No tocante às receitas provenientes do FEF, inscritas no OE para 2014, a Câmara Municipal terá uma dotação menor que as transferências de 2013 em cerca de 650.000 ou seja, receberá cerca de 22,5 milhões de euros bem longe dos cerca de 26,5 milhões transferidos em 2009.

De salientar que a perda de receita de do FEF de 2009 a 2014 foi cerca de 4 milhões de euros. Ao mesmo tempo, as outras receitas baixaram todas nestes últimos 4 anos, excepto o IMI.

No capítulo dos impostos directos a subida acumulada foi cerca de 3,5 milhões por força do aumento do IMI mesmo com a redução da taxa. Os restantes impostos directos baixaram excepto IUC que teve uma ligeira subida, mas com uma descida acentuada do **IMTI menos 1 milhão de euros e a preços de mercado de 2013 valerá cerca de 2.6 milhões de euros, imposto este a extinguir em 2017 por força da nova Lei das Finanças Locais.**

Nos impostos indirectos, constituídos por taxas diversas do município, caíram desde 2010 cerca de 1 milhão de euros.

Portanto, mercê da conjuntura actual nota-se uma redução drástica nas receitas próprias do município e ainda uma quebra muito acentuada das transferências do OE desde 2009.

Se tivermos em conta a persistência da grave crise económica e financeira que desde 2009 atinge todos os sectores da actividade quer pública quer privada, como poderia o executivo municipal baixar ainda mais a taxa do IMI em 2014?

A redução acumulada das transferências do FEF para o município desde 2009 até ao orçamento de 2014 é de cerca de 4 milhões; a redução de outras taxas do município em cerca de 2 milhões; os encargos da dívida com juros cerca de 3,5 milhões e a partir de 2017 não será cobrada taxa do IMTI que equivale a cerca de 2,6 milhões de euros e ainda a eventual transferência da cobrança do IMI para o FAM (Fundo de Apoio Municipal) que resulta da avaliação dos imóveis que pode variar entre 2 e 3 milhões de euros a menos para o município. Por isso o município terá obrigatoriamente de fazer uma gestão prudente e cautelosa pois não sabe o que virá no futuro.

Se estas medidas forem levadas por diante provocarão mais um retrocesso na economia local porquanto ao ser receita efectiva do município cobrada à custa do sacrifício dos munícipes, não pode ser reinvestida no concelho impedindo a dinamização da actividade económica.

Neste quadro macroeconómico desfavorável, as receitas cobradas pelo município poderão diminuir ainda mais devido às políticas adoptadas pelo governo porque reduzem drasticamente o poder de compra através da excessiva cobrança dos impostos quer sobre os rendimentos, quer sobre o consumo.

Com este cenário de incerteza quanto ao futuro, o executivo municipal saberá continuar a interpretar as condições financeiras, económicas, políticas e sociais que o país atravessa e

adoptará responsabilmente as medidas que não comprometam o futuro do município e dos barcelenses.

Por isso este executivo, mercê de um apertado e vigilante controlo das receitas e das despesas, tem conseguido fazer a consolidação das finanças municipais num clima de transparência, rigor e muito realismo.

Esta consolidação não tem sido feita à custa das políticas sociais, nem da falta de investimento, nem no corte cego das transferências para as juntas de freguesia e demais instituições, bem pelo contrário.

Este é o caminho que garante a sustentabilidade da gestão municipal e a defesa dos barcelenses.

3. CRITÉRIOS E OPÇÕES ORÇAMENTAIS DO MUNICÍPIO PARA 2014

Terminado o mandato autárquico 2009/2013 no passado dia 11/11/2013 e depois da tomada de posse deste novo executivo municipal para mais um mandato de 4 anos 2013/2017 por vontade da maioria dos barcelenses, este executivo municipal de maioria PS apresenta mais um documento previsional de gestão – o orçamento para 2014 e as Grandes Opções do Plano para o mesmo período.

Depois de conhecida a opção estratégica do governo e da aprovação do OE para 2014, este executivo municipal elaborou o presente documento tendo em consideração as orientações estratégicas do país para o próximo ano e as necessidades dentro daqueles limites, que mais se ajustam às necessidades do concelho.

As orientações e os compromissos assumidos na elaboração do presente documento têm como matriz o sentido da responsabilidade por um lado e a perspectiva da prestação de um serviço público que se exige para este tipo de funções.

A elaboração deste orçamento e das Grandes Opções do Plano para 2014 é feito tendo em consideração os mais graves problemas do concelho, no contexto da crise que o país atravessa, mas com um grande sentido de responsabilidade na distribuição recursos financeiros disponíveis para acudir aos problemas crescentes que afectam o concelho, nomeadamente o desemprego, sendo por isso muito importante um olhar atento na área da acção social e das actividades económicas.

Nestes quatro anos de mandato, este executivo municipal de maioria PS, trabalhou sempre num cenário muito exigente baseado em critérios de eficiência e eficácia conseguindo impor um rigor na consolidação das finanças municipais sem comprometer o investimento; as transferências para as juntas de freguesia, acção social, educação e com implementação de novas políticas no turismo e da cultura, áreas cruciais no desenvolvimento do concelho. **O MUNICÍPIO DE**



BARCELOS foi considerado em 2012 o segundo melhor município em eficiência financeira por entidades externas (Anuário Financeiro das Autarquias locais).

A elaboração de orçamentos realistas através de rigorosas medidas de contenção e, desse modo, ser a receita a determinar a despesa e não o inverso como era prática, elaborar a despesa e depois adaptar a receita à despesa, subvertendo as regras da elaboração do orçamento que determinam a existência do equilíbrio entre estas duas variáveis: receita e despesa.

Aliás, os resultados das sucessivas execuções orçamentais dos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013, bem como os resultados vertidos nos relatórios das prestações de contas comparativamente aos anos anteriores a 2010, demonstram exactamente o que sempre afirmamos quando estávamos na oposição: "...controlo da despesa e um exigente rigor entre a receita e a despesa."

Mas para que não restem quaisquer dúvidas, os dados abaixo descritos são reveladores do esforço que este executivo tem posto na gestão municipal, sem contudo, pôr em causa os mais graves problemas do concelho.

Passivos Financeiros:

Dados de referência: 31 de Dezembro de cada ano (em milhões de euros)

2009: Empréstimos 30.5; Fornecedores 13.4; Total = 43.9

2010: Empréstimos 27.7; Fornecedores 09.2; Total = 36.9

2011: Empréstimos 24.9; Fornecedores 08.5; Total = 33.4

2012: Empréstimos 22.3; Fornecedores 05.1; Total = 27.4

2013: Empréstimos 21.7; Fornecedores 03.3; Total = 25.0*Previsão

O endividamento do município até 2009 tinha uma trajectória de crescimento nos passivos financeiros e, regra geral, era financiado por empréstimos de médio e longo prazo ou através de um endividamento de curto prazo (fornecedores). Por isso, uma das prioridades do actual executivo camarário foi não só travar aquele ritmo do aumento da dívida, mas exigir muito mais: começar a inverter o ritmo de crescimento da dívida e transforma-la numa efectiva redução.

Isto significa que se o executivo municipal não tivesse tomado as medidas adequadas para obter estes resultados, estaria hoje em incumprimento para cumprir as regras impostas nas sucessivas leis dos OE dos últimos anos.



Consequentemente, a Câmara Municipal continua a ter capacidade de endividamento e de poder recorrer a empréstimos de médio e longo prazo determinado pela DGAL e pela DGO, razão pela qual, ainda recentemente a câmara municipal solicitou autorização à AM para a contracção de um empréstimo de médio e longo prazo no valor de 2,3 milhões de euros autorizado por aquelas instituições o qual servirá para dotar as despesas da intempérie que assolou o concelho nos dias 21 e 22 de Outubro passado.

Se assim não fosse, o município teria maiores dificuldades em financiar todas as infra-estruturas danificadas comprometendo outros projectos em curso.

Aliás, e tendo em conta a gravidade da situação de endividamento de muitos municípios, o governo disponibilizou um financiamento de cerca de mil milhões de euros (PAEL) para as autarquias que estivessem numa situação de incumprimento perante os actuais critérios de endividamento líquido.

Não foi nem é o caso de Barcelos. Mercê de uma gestão equilibrada e de rigor a câmara não necessitou de subscrever tal programa e assim não ficar sujeita às restrições apertadas na sua gestão com todos os graves prejuízos para os municípios.

Assim, e não obstante a constante diminuição da receita, este orçamento para 2014 apresenta um controlo muito rigoroso na política fiscal para não penalizar os municípios, as famílias e as empresas.

Nestes termos será imperativo:

- a) **Fazer uma avaliação sistemática por trimestre acompanhando a execução orçamental dentro dos seus limites, através da receita e da despesa para cumprimento das metas exigidas no endividamento municipal e demais orientações do OE 2014;**
- b) **Continuar a cumprir as metas do endividamento abaixo do seu limite com controlo do serviço de dívida de médio e longo prazo e particularmente a diminuição do prazo médio de pagamentos em cerca de 30 dias de acordo com os dados da DGAL.**
- c) **Manter a cobrança de uma taxa de 0,35 do IMI nos prédios avaliados, (muito longe da taxa de 0,5 prevista na Lei) e uma taxa de 0,7 para os prédios não avaliados;**
- d) **Apresentar uma proposta para cobrança da Derrama com preocupações de justiça e equidade fiscal para as empresas numa avaliação de discriminação positiva, ou seja, ISENTAR as empresas com um volume de negócios até 150 mil euros, e a cobrança de uma taxa reduzida de 1,2 para os rendimentos acima daquela valor. Não obstante ter sido um compromisso eleitoral a não cobrança da Derrama para todos os contribuintes em sede de IRC é, do nosso ponto de vista, uma situação de justiça para aqueles com maior rendimento;**
- e) **Continuar a praticar as mesmas taxas cobradas pelo município desde 2010, quando a Lei prevê a sua actualização em cada ano de acordo com o IPC de Outubro. De**

salientar que as referidas taxas não são actualizadas desde 2010 tendo algumas delas sido reduzidas ou até isentadas;

- f) Continuar a considerar as juntas de freguesia como parceiros na gestão municipal, transferindo o equivalente a 200% do FFF por transferência de competências através de protocolo a renovar, e a ajustar em algumas situações bem como compartilhar financeiramente outros projectos em diferentes áreas de intervenção e que se entendam necessários.
- g) Continuar a isentar as explanadas de ocupação da via pública, a cafés, bares, pastelarias e afins.

Este orçamento continua a evidenciar uma grande preocupação: não sobrecarregar os agentes económicos através da cobrança de taxas máximas bem como as suas actualizações, libertando mais recursos para o investimento e um maior rendimento disponível das empresas e das famílias neste contexto de crise.

3.1 INFRA-ESTRUTURAS

O executivo municipal tem tido uma grande preocupação no sentido de dotar a cidade e o concelho de infra-estruturas que correspondam às suas necessidades.

Não obstante os grandes constrangimentos orçamentais e a elevada redução na arrecadação da receita verificada nestes últimos anos numa perspectiva nacional, o executivo municipal soube gerir projectos com grande investimento de verbas provenientes do QREN tendo contribuído significativamente para estimular a economia e, ao mesmo tempo, proporcionar melhor qualidade de vida aos barcelenses.

A Câmara Municipal continuará a investir na rede viária do concelho quer por via da administração directa, quer por via das transferências para as juntas de freguesia: as transferências para as juntas de freguesia em obras e em transferências do protocolo de 200%, nestes 4 anos será superior a 25 milhões de euros.

Nesse sentido, o executivo municipal continuará a investir em obras que beneficiem em primeiro lugar as populações:

3.2 OBRAS A INICIAR OU EM CONCLUSÃO

- Pavimentação da EM 561 desde Sequeade até ao limite do concelho em S. Julião de Passos/Braga. Esta obra está em fase de adjudicação após lançamento de concurso público cujo valor total da obra é de cerca de 1,8 milhões de euros;
- Conclusão da pavimentação da Rua da Junqueira na Várzea cerca de 300 mil euros;



- Conclusão do Centro Escolar de Arcozelo cerca de mais 1 milhão de euros para executar;
- Projecto Minho In em execução no valor de cerca de 670 mil euros.

3.3 PROJECTOS A CANDIDATAR PARA FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO

- Acesso à central de camionagem;
- Ligação da Rotunda do Andorinhas à EN 305;
- Construção do Nó de St^a Eugénia;
- Outros centros escolares (eventualmente entre 2 e 4) a definir;
- Ecovia do Cávado com projecto elaborado no âmbito da CIM;
- Outros inscritos no PPI.
- Construção do Polidesportivo de Fragoso.

3.4 PROJECTOS COM CANDIDATURA FIANCIADA

- Passagem superior sobre o corredor verde da Ribeira do Patarro cerca de 550 mil euros;
- Req. Urb. Zona envolvente Paços dos Condes e a Matriz mais de 2.2 milhões de euros;

3.5 PROJECTOS EM DESENVOLVIMENTO PARA CANDIDATAR

- Requalificação da Av. Combatentes da Grande Guerra;
- Projecto de recuperação da fonte cibernética;
- Prevemos ainda a requalificação de outros projectos constantes no PPI.

3.6 OUTROS

- Serão também executados todos os trabalhos de recuperação dos estragos provocados nas diferentes infra-estruturas municipais resultante da intempérie dos dias 21 e 22 de Outubro com valores próximos dos 2.3 milhões de euros.



- Em 2014 o município apresentará uma solução definitiva para as empresas municipais atendendo à aplicação da nova Lei que regula o sector empresarial local, Lei nº 50/12 de 31 de Agosto e após a recusa pelo Tribunal de Contas do projecto de fusão.

Nesse sentido o executivo continuará a trabalhar num modelo que sirva os interesses dos barcelenses, por um lado, mas que também defenda as legítimas expectativas de todos os funcionários que nelas trabalham, por outro. A solução a propor aos órgãos competentes desta autarquia será apresentado muito brevemente prevê-se Janeiro de 2014.

3.7 SÍNTESE DO ORÇAMENTO

Nestes 4 anos de mandato 2013/2017 o executivo municipal criará as condições para promover a sustentabilidade económica e a empregabilidade local; promoverá políticas activas para jovens e um concelho educador e qualificado; promoverá as condições para um pacto das comunidades solidárias e um concelho saudável; desenvolverá uma estratégia local com enfoque no turismo, cultura, educação, artesanato e juntas de freguesia.

O município adoptará uma política dinâmica e proactiva na candidatura a projectos financiados pelo novo QEC 2014/2020 (Quadro Estratégico Comunitário 2014/2020) que se ajustem aos reais interesses de Barcelos e dos barcelenses.

O orçamento municipal para 2014 terá uma dotação global de cerca de 62,3 milhões de euros de receita e do mesmo valor na despesa. Este valor é cerca de 6 milhões de euros inferiores ao de 2013, devido à menor receita de capital proveniente do QREN.

Contudo, sobem as receitas correntes que podem libertar excedente para despesas de capital. Nesse sentido, temos uma **receita corrente de cerca de 50,2 milhões de euros e uma receita de capital de cerca de 12 milhões de euros.**

A despesa corrente será cerca de 35,4 milhões de euros e a despesa de capital cerca de 26,8 milhões de euros.

De notar que há um saldo corrente de cerca de 14,8 milhões de euros o qual designamos por poupança corrente que se traduz numa poupança de 24%. O que permitirá uma despesa de capital em cerca de 26,8 milhões de euros.

Esta análise será desenvolvida no capítulo das grandes opções do plano e orçamento para 2014 e dos mapas desagregados em cada capítulo deste documento, bem como na descrição dos objectivos a desenvolver por cada pelouro.

De salientar que o sucesso ou insucesso na execução deste orçamento dependerá sempre das condições económicas, financeiras e sociais que se venham a observar no país.

No entanto estamos certos que este documento foi elaborado com muito realismo e rigor, sempre na defesa dos interesses dos barcelenses, do concelho e do país.

3.8- ESTATUTO DE DIREITO DE OPOSIÇÃO

O PS é defensor da institucionalização do orçamento participativo. Porém, devido às fortes restrições orçamentais por um lado e à incerteza na arrecadação de receitas por outro, justificam alguma ponderação na aplicação deste instrumento de gestão.

Por outro lado não seria ético e politicamente correcto envolver os munícipes e instituições com propostas na elaboração do orçamento e depois defraudar as expectativas.

Convém salientar que um orçamento participativo deve contemplar TODOS os seus requisitos legais: ou seja ouvir as instituições chamadas para a elaboração dos documentos e tornar as propostas acordadas numa efectiva execução de compromisso e não fazer “tábua rasa” de todas as regras acordadas e cuja execução não passe de meras intenções.

Não obstante, o executivo camarário tem vindo, ao longo deste seu mandato, a ouvir TODOS os Partidos Políticos e agora movimentos independentes com assento na Assembleia Municipal, no sentido de acolher propostas que eventualmente possam ser incluídas nos documentos previsionais de contas.

Nesse sentido, este executivo acolhe e partilha algumas propostas e preocupações pois no contexto actual há preocupações que são transversais.

SUGESTÕES DO PS

O PS revê-se totalmente neste documento apresentado pelo executivo de maioria PS e reflecte os objectivos do seu programa eleitoral. Reconhece o esforço meritório na implementação das políticas necessárias às reais necessidades do concelho e do seu município, não obstante as grandes dificuldades económicas, sociais e financeiras que o país atravessa. De notar a consolidação da dívida municipal sem prejudicar toda a actividade municipal nos seus diversos domínios.

SUGESTÕES DO PSD

O PSD apresentou para apreciação e eventual inclusão no Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano e PPI para 2014 um estudo de requalificação da frente ribeirinha de Barcelos, largamente discutido em campanha eleitoral pela Coligação Eleitoral “Somos Barcelos”; apresentou ainda “A negociação com cada freguesia de um projecto prioritário por freguesia” e “A conclusão de medidas que promovam efectiva união de freguesias”.

Quanto ao investimento na frente ribeirinha, aguarda-se por uma definição da distribuição e prioridades deste novo Quadro Estratégico Comunitário 2014/2020. Como é do conhecimento público, está a ser desenvolvido um projecto de uma Ecovia ao longo do rio Cávado envolvendo todos os municípios que constituem a CIM Cávado;



No tocante às outras propostas o município continuará a investir nas freguesias através do Protocolo dos 200% e de outras obras tentando diminuir as assimetrias existentes entre as freguesias; terá ainda uma preocupação no acompanhamento nas uniões de freguesia tendo em atenção a nova realidade geográfica resultante da reorganização administrativa.

SUGESTÕES DO CDS/PP

O CDS/PP apresentou um conjunto de propostas com ênfase na dimensão social atendendo à situação de crise que o país e o concelho vivem. São medidas que este orçamento prevê e constituem, também, preocupação do executivo.

Apresenta, também, propostas de maior intervenção da Agência Municipal de Investimento, designadamente, uma maior atenção na busca de maior investimento na criação de emprego e num maior empenho na actividade empresarial.

Propõe a realização de um diagnóstico empresarial do concelho; prestar informação relevante no âmbito de gestão do território do município; informação sobre matéria jurídica relevante para a actividade empresarial, inclusive sobre o processo constitutivo dos vários tipos empresariais existentes; informação relativa aos instrumentos financeiros de apoio aos projectos de investimento, com relevância para as vantagens de índole fiscal e de contratação de trabalhadores; preparação de dossier completo ao nível de incentivos à contratação, nomeadamente contratação de jovens à procura do primeiro emprego, desempregados de longa duração, estágios profissionais, etc.; maior acesso com linhas telefónicas ao IEF; constituir uma base de dados de bens imóveis destinados a comércio e indústria; criar apoio de consultadoria a candidaturas de projectos financiados pelo QCA; facilitar as operações de licenciamento industrial; fomentar a cooperação empresarial com as associações do sector e a Universidade do Minho; potenciar o papel do IPCA na dinâmica empresarial; redução das taxas de construção e taxas de loteamento para novas unidades industriais; criar um fundo de financiamento tripartido, CMB, IAPMEI e uma IF (Instituição Financeira) para financiar projectos para jovens empresários; favorecer o ambiente; valorizar a industrialização e a agro-indústria; desenvolver políticas de apoio social designadamente às instituições conhecedoras das realidades que se colocam no terreno; melhorar a rede de transportes e infra-estruturas nomeadamente acesso a equipamentos de saúde entre outros; racionalizar a despesa com a extinção das E.M; renegociar a PPP; melhorar a oferta na área da cultura, turismo, artesanato e lazer; adoptar políticas activas de incentivo à natalidade

De referir que muitas das propostas estão incluídas neste documento por iniciativa do executivo. Muito recentemente, foi alargado o quadro de pessoal da Agência de Investimento na área da formação Agrícola: Tem havido, e vão prosseguir, as iniciativas no âmbito das actividades agrícolas através de projectos de investimento como o PRODER, FINÍCIA, EMPREENDEDORISMO, PRODUÇÃO LEITEIRA, FLORESTAS, entre outras. O executivo tem desenvolvido actividades e vai continuar a desenvolver como a feira do melão, do vinho verde, do artesanato e turismo; entre outros.



O município tem, também, criado incentivos ao desemprego contratando muitos desempregados em parceria com o IEFP m no âmbito dos POC. Tem estabelecido com o IEFP inúmeros contratos de estágios profissionais de jovens atingindo hoje algumas dezenas de estágios profissionais remunerados nas diferentes áreas da actividade municipal.

SUGESTÕES DO BE

O BE de esquerda apresentou um conjunto de propostas em diferentes áreas, nomeadamente: maior participação popular na gestão dos órgãos autárquicos. Orçamento participativo; reforço da acção social e combate à pobreza; maior intervenção na área da agricultura; maior divulgação do artesanato; defesa do ambiente; extinção das empresas municipais; divulgação no site da câmara das sessões públicas da câmara, da assembleia municipal e das assembleias de freguesia; institucionalizar o provedor do munícipe; apoio a famílias carenciadas como refeições grátis, subsídios às rendas de casa, apoio a um consumo mínimo de gás e electricidade; implementação de hortas familiares; criação de uma bolsa de terras de produção biológica/gabinete municipal de apoio ao agricultor; promover os produtos agrícolas da nossa região como o vinho verde e o melão de casca de carvalho; apresentou ainda muitas outras propostas no âmbito do ordenamento do território; na rede de transportes; na eficiência energética; apresentou propostas na área da educação como o melhoramento da prática desportiva e maior acompanhamento dos alunos com deficiência; e ainda inúmeras propostas na área da cultura e desporto.

De salientar que inúmeras propostas feitas pelo BE estão já inscritas neste orçamento e plano de actividades para 2014.

SUGESTÕES DA CDU

A CDU apresentou um conjunto de propostas em diversas áreas inscritas no orçamento e plano. Apresentou uma proposta para aplicar um horário de trabalho de 35 horas a negociar com o STAL; defesa dos trabalhadores barcelenses; remunicipalização da distribuição da água e saneamento; defesa dos serviços públicos; em cooperação com as juntas de freguesias, manter as sedes das juntas extintas em funcionamento; defender o hospital de St^a Maria Maior e exigir da construção do Novo Hospital e da Extensão de Saúde de Martim; Aumento do apoio das bolsas de estudo em 50 euros nos três escalões conforme estão estabelecidas no Anexo I do regulamento; aumento para 85% do IAS o acesso do apoio à renda. Alterando a alínea e) do nº 1 do art. 6º do regulamento; apoio na aquisição de medicamentos para idosos e doentes crónicos com comprovada dificuldade económica; criação de taxas sociais; isenção do IMI (baixos rendimentos e prédios de reduzido valor) permitindo a isenção da IMI a famílias com dificuldade económica; elaboração do Plano Cultural Municipal; reforço do apoio às diversas associações Barcelenses e fomentar o associativismo; definição da política da mobilidade; recuperação, requalificação da Central de Camionagem; conclusão do Nó de St^a Eugénia; defesa do transporte ferroviário, com exigência de classificação como zona ferroviária

suburbana e exigência de eliminação das passagens de nível; criação do Transporte Rodoviário Urbano; recuperação/requalificação da zona ribeirinha; desenvolvimento da política ambiental; requalificação do Mercado Municipal; requalificação do Campo Camilo Castelo Branco (Campo S. José) melhoria de acesso ao IPCA; construção do recinto fechado para prática de ginástica no Centro Escolar António Fogaça; políticas de defesa do comércio local e das pequenas e médias empresas.

De notar que muitas das propostas apresentadas pela CDU são também preocupação do executivo municipal. Umas em execução, outras logo que estejam reunidas as condições legais e financeiras poderão ser implementadas.

MIB

O MIB (movimento Independente de Barcelos) apresentou um conjunto de propostas para diversas áreas inscritas no presente orçamento e plano, nomeadamente: redução da despesa com a Presidência e Vereação, gabinetes de apoio, nomeações políticas, avenças e assessorias; aumento nas dotações orçamentais na área da Acção Social das famílias e na área da educação bem como a comparticipação de vacinas anti-pneumocócica e anti-retovírus; revisão da carta educativa; melhoria dos edifícios escolares existentes; eliminação de todas as coberturas em fibrocimento com amianto nos estabelecimentos escolares; implementar o programa “Elevador Social” para proteger crianças com capacidades acima da média oriundas de famílias problemáticas; reforço da rede de transportes escolares; fixar a taxa mínima do IMI; abdicar da cobrança, ou parte do IRS a favor dos munícipes; melhoramento do articulado do Protocolo dos 200% a celebrar com as freguesias; maior intervenção municipal em políticas do emprego, empreendedorismo, e actividades económicas; dinamização da actividade dos produtores agrícolas do concelho, criando novos locais de exposição para venda dos seus produtos; fecho do nó de St^a Eugénia; requalificação da estrada municipal Sequeade/Bastuço e Milhazes/Faria, Remelhe, Vila Cova/Perelhal, Carreira e Cambeses e outras obras estruturantes; requalificar o Mercado Municipal e Frente Fluvial Barcelos/Barcelinhos; reabilitação urbana que abranja o centro histórico de Barcelos e Barcelinhos; aumentar a actividade no centro da cidade através de um Plano Estratégico para aquele fim; dar atenção a pequenas obras, nomeadamente à construção de instalações sanitárias no topo norte do campo da feira; outras propostas de natureza ambiental, nomeadamente, eliminação de descargas directas de esgotos para o rio.

Relativamente às propostas do MIB, o executivo municipal partilha da mesma preocupação. Muitas delas já se encontram em execução e inscritas neste orçamento e no plano. Outras será dada a prioridade necessária e desde que estejam reunidas as condições para a sua concretização, nomeadamente recursos financeiros.

De salientar que o sucesso ou insucesso na execução deste orçamento dependerá sempre das condições económicas, financeiras e sociais que se venham a observar no país.

No entanto estamos certos que este documento foi elaborado com muito realismo e rigor, sempre na defesa dos interesses dos barcelenses, do concelho e do país.



4. ACTIVIDADES SECTORIAIS

Não obstante as principais linhas orientadoras na elaboração deste documento estejam desenvolvidas nos mapas que demonstram a despesa afecta a cada actividade, apresentamos de seguida e de forma sucinta, as actividades sectoriais mais importantes a desenvolver em 2014.

4.1 CULTURA

Mais do que nunca a cultura tem uma missão, a responsabilidade de comunicar a nossa história, as nossas tradições e valores, e projetar o nosso futuro.

O Município assume o seu papel enquanto entidade responsável por levar a cultura nas suas mais variadas formas a todos os barcelenses.

A atividade cultural, enquanto motor inequívoco de desenvolvimento, continuará a ser encarada como uma prioridade por este executivo, propondo este Pelouro a concretização em 2014 de um plano estratégico de dinamização cultural abrangente, que será conduzido pelas linhas a seguir apresentadas.

No âmbito da gestão de equipamentos culturais, o Teatro Gil Vicente, o Museu de Olaria, a Galeria Municipal de Arte, Salão Nobre e Sala Gótica serão encarados como centros de exposição, criação e divulgação artística, quer de artistas barcelenses quer de fora do concelho, garantindo uma seleção criteriosa das escolhas envolvidas. Potenciar uma política de proximidade para atrair novos públicos aos espaços municipais é uma ambição deste Pelouro.

É nossa expectativa que o Teatro Gil Vicente se torne o principal palco cultural da cidade, recebendo espetáculos de teatro, música, poesia, dança e cinema que vão de encontro às pretensões do público barcelense. Para a sua programação, deverão contribuir os diversos agentes culturais do concelho, desde grupos de teatro, escolas de dança, associações a bandas de música. A agenda será enriquecida por parcerias estratégicas com entidades externas, nomeadamente com a Companhia de Teatro de Braga, Círculo Portuense de Ópera e Harmos Festival.

Para a Galeria Municipal de Arte, na continuidade do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido nos últimos anos, estão previstas seis exposições ao longo de 2014. No início do ano, Serralves trará uma nova exposição a Barcelos, que se espera de elevado nível, de acordo com o protocolo celebrado com a Câmara Municipal. A esta se seguirão exposições de pintura, fotografia e escultura, dentro das quais se reserva lugar para artistas barcelenses. A importância de dar a conhecer aos barcelenses também trabalhos de artistas reconhecidos a nível nacional não será esquecida, numa lógica de democratização da cultura.

A montagem da área de exposição permanente é o grande objetivo para o Museu de Olaria no próximo ano. O sucesso alcançado em número de visitantes com a reabertura do Museu será potencializado com a criação de uma instalação definitiva que permita uma dinamização em

pleno das estruturas deste equipamento de importância central num concelho tradicional e intrinsecamente ligado à Olaria.

Espera-se igualmente a organização de exposições variadas no Salão Nobre e Sala Gótica, de grande visibilidade e interesse para a cidade.

Sendo Barcelos um grande pólo dinamizador de atividades culturais, é intenção deste Pelouro criar condições para o envolvimento de todas as associações do concelho na construção de uma agenda integrada, construídas pelas diversas formas de arte. Como incentivo, a Câmara Municipal celebrará Protocolos de Colaboração, enquanto ferramentas de apoio que permitam a realização dessas atividades. Para além dos Protocolos assinados em 2013, é objetivo deste executivo que estas parcerias a novas associações de comprovado interesse público e trabalho desenvolvido junto da população.

Em 2014, Barcelos receberá, por outro lado, grandes eventos culturais. A comemoração dos 40 Anos do 25 de Abril, Festa das Cruzes, a 32.ª edição da Feira do Livro e da Mostra de Artesanato e Cerâmica de Barcelos, o Dia da Cidade, Natal e Passagem de Ano terão programações cuidadosamente selecionadas, com escolhas pensadas para os barcelenses.

É intenção do Pelouro da Cultura iniciar já a preparação das Comemorações dos 500 Anos do Foral Manuelino que se celebrarão em 2015, para que estas venham a constituir por si um marco histórico na memória do coletivo barcelense, engrandecendo assim o nosso património histórico-cultural. Entre outras atividades previstas, os Arquivos Municipais estão a ser reorganizados para a criação de um Repositório Municipal que contenha documentos de elevado valor histórico, e fácil acesso tendo em vista uma consulta a nível global.

Será dada particular atenção às parcerias estratégicas estabelecidas com o Quadrilátero Cultural e Eixo Atlântico, entendidas como motores de promoção da imagem exterior do nosso concelho e, simultaneamente, veículos de importação de mais-valias culturais. No âmbito do Eixo Atlântico, Barcelos apresentaram já, inclusivamente, propostas para intercâmbio de exposições, palestras, apresentação de livros, grupos de teatro, dança e de música, com a III Capital Cultural do Eixo Atlântico, Ourense 2014.

Os Caminhos de Santiago serão promovidos nas suas vertentes turística, cultural, social e, acima de tudo, religiosa. Temos vindo a observar um crescimento substancial do número de peregrinos a percorrer o nosso Caminho, facto devido também ao enorme empenho que o Município de Barcelos tem dedicado à criação de uma rede de apoio, em articulação com associações e parceiros estratégicos. A ratificação do traçado do Caminho Central no concelho de Barcelos, a implementação de um guia interativo de apoio ao peregrino e a conclusão da sinalização do Caminho são metas que se esperam alcançar a breve prazo para reforço do valor que já lhe é reconhecido. Estas medidas incluem-se numa política mais alargada para a conservação e valorização do património cultural e arqueológico, material e imaterial, que o município tem vindo a seguir.



Sem descurar as enormes restrições orçamentais atuais, o Pelouro da Cultura centrará, desta forma, o seu trabalho e esforço na dinamização cultural da cidade como instrumento de desenvolvimento integrado de Barcelos.

4.2 EDUCAÇÃO

Assumir, de forma pragmática, o grande objetivo de fazer de Barcelos uma cidade educadora é, por si só, condição para o empenho total e para um compromisso de trabalho transversal a todo o sistema educativo para o ano de 2014.

O Município de Barcelos, no domínio específico da educação, tem procurado, por um lado, colocar todos os recursos possíveis ao serviço do desenvolvimento de uma rede educativa de qualidade, compatível com a oferta de serviços educativos eficientes, facto demonstrável pela abertura dos novos centros escolares e pela reabilitação dos espaços educativos existentes, através de parcerias com as juntas de freguesia. E, por outro, funcionar como elemento catalisador e promotor de novas formas de solidariedade, entreajuda e complementaridade, que passam pela comunhão de objetivos, pela partilha de conhecimentos e experiências e pela compatibilização dos recursos individualmente considerados.

Com efeito, perspetiva-se um ano de desafios, apenas concretizáveis através do trabalho e do compromisso imprescindível de toda a comunidade educativa.

Ao nível da ação social escolar, perspetivam-se necessidades sem precedentes. Neste sentido, o reforço do apoio na ação social escolar às famílias, que é já uma marca deste executivo municipal, continuará a ser desenvolvido e ajustado. O programa de oferta dos manuais escolares, o financiamento dos transportes escolares, a garantia de material e refeições escolares às famílias mais carenciadas e o programa especial de oferta de pequenos almoços na escola, são mecanismos sociais fundamentais e a manter.

As atividades de enriquecimento curricular e os serviços de atividades de animação e de apoio à família continuarão também a estar no centro da atenção do Município, dada a importância que lhes é inerente.

Apresenta-se, portanto, para o ano de 2014, no que à educação se refere, um orçamento simultaneamente ambicioso e realista, capaz de permitir a continuidade da construção deste novo paradigma de atuação que se vem revelando consubstanciador da valorização de todos os agentes educativos e de um ensino de qualidade e com elevados índices de sucesso.

Biblioteca Municipal de Barcelos tem como missão promover a difusão do livro e da leitura e contribuir para a criação de hábitos de leitura.

A leitura é um bem essencial e um alicerce da sociedade do conhecimento. Para se viver com autonomia, com plena consciência de si próprio e dos outros, para se exercer uma cidadania ativa, é indispensável dominar a leitura.



Mas, é também necessário incorporar “novos desafios”, por uma cultura de proximidade. Mais de que um serviço de empréstimo, o papel de uma biblioteca deve incluir outras valências, tendo em conta as novas realidades que emergem neste quadro de crise e de mudança de comportamentos. Além da nobre missão de captar leitores e fomentar a leitura, a biblioteca deve assumir-se como um catalisador de vontades, um pólo de animação cultural, valorizando a memória dos cidadãos e o vasto património artístico-cultural do concelho de Barcelos.

O Plano Nacional de Leitura que, neste Município, tem a sua expressão através do Plano “Barcelos a Ler”, visa constituir uma resposta aos níveis preocupantes de iliteracia da população, nas diferentes faixas etárias.

Abrir novos horizontes, promovendo a expansão e consolidação de hábitos de leitura é de primordial importância. O envolvimento efectivo da

comunidade na promoção da leitura é fundamental para garantir a ocorrência de mudanças profundas e duradouras na sociedade.

O Plano de Actividades contempla projectos para o público escolar a desenvolver pelo SABEbcI – Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares e projectos para o público adulto e instituições, com uma programação cultural diversificada, em consonância com a faixa etária do público leitor.

De destacar, no âmbito dos projetos para o público escolar, e em estreita colaboração com as escolas, as iniciativas ligadas à Semana da Ciência, às comemorações dos 100 anos da 1ª Grande Guerra Mundial e dos 40 anos do 25 de Abril, a Semana Concelhia da Leitura, e o IV Encontro de Bibliotecas Escolares.

A Semana da Ciência contemplará diversas actividades: encontro com escritores, workshops, palestras, sessões de cinema, jogos, experiências e exposições, sendo de destacar a presença do Prof. Doutor Daniel Serrão.

As comemorações dos 40 anos do 25 de Abril irão ter a colaboração da Universidade do Minho e um conjunto de iniciativas a nível distrital.

Com a finalidade de garantir o desenvolvimento sustentado da RBEB- Rede de Bibliotecas de Barcelos está em fase de conclusão o catálogo coletivo a disponibilizar na plataforma digital da Rede de Bibliotecas Escolares de Barcelos. Este catálogo vai permitir a consulta em linha, o empréstimo interbibliotecário, a gestão partilhada da coleção e a uniformização do tratamento documental.

Iremos prosseguir com o projecto “Livros e Filmes da Minha Vida”, em que se pretende divulgar os autores e as suas obras, dando-se a conhecer os fundos da Biblioteca Municipal. Estes encontros continuaram a realizar-se, quinzenalmente, à volta dos livros e dos filmes, depois da leitura e do debate do texto escrito, o visionamento do filme.

Também continuarão as “Tertúlias na Biblioteca”, com conferências e palestras, salientando os agentes de desenvolvimento local a vários níveis.



De realçar ainda o lançamento do projecto “Porque quem conta um conto... na Biblioteca”, a realizar durante dois sábados por mês, para as crianças e os pais, que os poderão acompanhar e apoiar na participação nos ateliês.

Mas muitas outras atividades estão programadas, nomeadamente: Encontros com Escritores/Ilustradores, Hora do Conto, Sessões de Poesia, Espectáculos de Teatro, Exposições, Ateliês nas diferentes Artes, Clube de Leitura, Concursos de Leitura, Acções de Formação e Sessões de Cinema.

Irão ainda ser levadas a cabo outras iniciativas relacionadas com as Comemorações de Efemérides Culturais (Dia Mundial do Livro, a Semana da Leitura, o Dia Internacional do Livro Infantil, o Dia Mundial do Teatro, o Dia

Mundial da Poesia, o Dia Nacional da Cultura Científica, o Dia Mundial do Ambiente, o Dia de Portugal de Camões e das Comunidades Portuguesas), as Visitas Guiadas à Biblioteca Municipal de Barcelos e os diversos Espectáculos.

Não se deve esquecer ainda o projecto Ler+Dá Saúde, que têm vindo a ser desenvolvido nos serviços de saúde.

No âmbito dos projetos a desenvolver irá continuar a ser dada particular atenção as “Férias Ativas” que ocupam as crianças e jovens nos seus períodos de férias.

4.3 JUVENTUDE

A Câmara Municipal de Barcelos, através do Pelouro da Juventude, tem como objectivo divulgar, apoiar, dinamizar e valorizar os projectos dos jovens de cariz educativo, social e cultural.

O Pelouro da Juventude desenvolverá os diferentes projectos e actividades através da Casa da Juventude, sendo o centro de informação, formação, valorização e dinamização dos jovens do concelho.

Tendo por objectivo valorizar e impulsionar as actividades do Pelouro da Juventude, no ano de 2014 pretende-se dinamizar, apoiar e concretizar os seguintes projectos:

- Cartão Barcelos Jovem
- Programa de Ocupação de Tempos Livres
- Projecto Agarra-te à Vida
 - GES – Gabinete de Educação para a Saúde



- Sessões Educativas
- Jornadas de Educação para a Saúde
- Programa de Comportamentos de Risco
- Projecto Arte Jovem de Barcelos
- P.A.- Projecto Artístico
- Projecto Moda Barcelos
- Festa da Juventude
 - Mostra Associativismo Juvenil
- Apoio ao Associativismo Jovem
- Apoio, divulgação e organização de eventos desportivos, culturais e musicais para os jovens

4.4 DESPORTO

No âmbito desportivo, o executivo municipal irá procurar, durante o ano de 2014, manter as grandes linhas orientadoras que têm norteado a política desportiva dos últimos anos.

No entanto, a estratégia pretendida estará, imperativamente, condicionada por restrições orçamentais e também por limitações legais impostas aos Municípios.

O executivo irá promover dinâmica desportiva similar àquela que se tem vindo a implementar nos anos mais recentes, sempre tendo como objetivo a melhoria das condições para a prática desportiva, quer ao nível das infra-estruturas, quer ao nível da oferta nas diferentes modalidades.

Pretende o executivo manter uma aposta clara no desporto, transversal a todas as atividades desportivas praticadas no concelho, potenciando, sempre que possível, a prática de modalidades que não possuam atualmente tão elevada divulgação.

Obrigatoriamente, será de manter a aposta no apoio ao desporto de formação, procurando garantir ao maior número de jovens barcelenses possível condições físicas e logísticas adequadas à prática de diversas atividades desportivas.

Procurar-se-á, sempre que possível, trazer ao concelho competições nacionais e internacionais, nas quais estejam integrados atletas e/ou equipas de Barcelos, devendo, também neste contexto específico, priorizar-se o desporto de formação.



A organização destes eventos irá, certamente, promover Barcelos a nível regional, nacional e internacional, como cidade que apoia o desporto.

A prossecução da política desportiva pretendida, continuará a apoiar-se na relação estreita com todas as entidades do concelho que pretendam fomentar a prática desportiva, sempre tendo por base a celebração de contratos-programa devidamente fundamentados, nos quais se estipulem claramente direitos e obrigações das partes contratantes e também os objetivos a alcançar com determinada prática desportiva.

Apesar de se pretender um concelho mais eclético, no qual se pratiquem atividades desportivas diversas, o futebol, que incorpora o maior número de praticantes no concelho, continuará a merecer forte apoio, nomeadamente no que respeita aos escalões de formação, sem prejuízo, obviamente, do apoio às demais modalidades.

Atualmente, verifica-se no panorama concelhio, mas também nacional, um exponencial aumento do número de cidadãos que praticam atividade desportiva regular de forma informal.

Assim, manter-se-á o apoio e incentivo a todos os barcelenses, no sentido de praticarem desporto regular, com vista à prossecução generalizada de um estilo de vida ativo e, conseqüentemente, saudável.

Tendo em vista tal objetivo, será de realçar o projeto “Barcelos Saudável”, que surgiu com o intuito de aumentar a quantidade e qualidade do índice de atividade física informal desenvolvida nos espaços do concelho, tendo para esse efeito sido criado o Gabinete de Apoio ao Utente sito no Pavilhão Municipal de Barcelos.

Presentemente, o projeto é visto como um sucesso, prestando apoio a centenas de atletas que diariamente praticam atividade física no Parque da Cidade.

Assim, será de manter a aposta neste projeto, procurando promovê-lo, numa tentativa de o levar a todo o concelho, por forma a que possa englobar o maior número de barcelenses possível.

Tal desígnio será conseguido em estreita colaboração com variadas entidades do concelho, como juntas de freguesia, associações, clubes desportivos, entre outros.

O desporto poderá, e deverá, assumir ainda importante papel na dinamização económica e na divulgação do concelho, atraindo a Barcelos inúmeros visitantes que venham acompanhar as atividades desportivas a realizar.

Num outro patamar, considerando a conjuntura económica do País, procurar-se-á atribuir ao desporto algum cariz solidário, através da realização de atividades desportivas que visem o apoio a instituições de solidariedade social.

Com maiores ou menores dificuldades, com mais ou menos restrições orçamentais, o desporto será sempre uma das “bandeiras” deste executivo, no intuito de permitir aos barcelenses um estilo de vida saudável.



4.5 TURISMO E ARTESANATO

Na conjuntura económica em que se encontra o País, o Turismo assume-se cada vez mais como um segmento do mercado económico dinâmico e pro-ativo, essencial na promoção da recuperação económica nacional. Tal relevância decorre, sobretudo, da transversalidade inerente ao setor, que promove o desenvolvimento de inúmeras áreas essenciais à economia local, regional e nacional.

Contrariamente à grande maioria dos setores económicos europeus, o Turismo tem verificado, no ano de 2012 e também no ano de 2013, indicadores bastante positivos que lhe permitem ser um foco dinamizador das economias locais, regionais, nacionais e europeias.

O Norte Litoral, onde se insere o concelho de Barcelos, tem registado frequência turística relevante no contexto nacional.

O Porto e o Douro têm-se afirmado como âncoras de atratividade à região, suportados pelos fluxos de procura que têm no aeroporto Francisco Sá Carneiro a placa giratória. Igualmente, o terminal de Cruzeiros de Leixões é, cada vez mais, uma porta de entrada para a Região e regista uma dinâmica de crescimento acentuada desde o ano de 2012. Estes fatores, segundo os dados estatísticos disponíveis, nos vários patamares, mostram que o ano de 2013 manterá uma dinâmica de crescimento na região Norte.

A cidade e o concelho de Barcelos, parte integrante deste contexto regional, têm implementado estratégias que promovem um reforço de posicionamento do território e dos seus principais recursos no contexto do produto turístico composto da Região do Porto e Norte de Portugal e dos respetivos produtos estratégicos definidos para este vasto território. Neste contexto, é particularmente importante o posicionamento de Barcelos no âmbito dos produtos estratégicos Gastronomia e Vinhos, Touring Cultural e Paisagístico e Turismo Religioso. Isto, para além da conhecida notoriedade que argumentos como o Galo de Barcelos, o Artesanato, a Feira semanal e o centro histórico local têm no contexto turístico nacional e que funcionam como âncoras de atratividade a Barcelos.

Barcelos possui argumentos fortes para reforçar o seu posicionamento turístico nacional e internacional, sendo um território com recursos e marcas de notoriedade europeia e mundial. A título exemplificativo, podemos enunciar o Galo, a Feira e os Caminhos de Santiago, elementos estruturantes que devem ser âncoras para uma maior fruição e fixação no território por parte da massa de procura turística.

No ano de 2014, Barcelos possuirá um outro argumento fulcral em toda a sua estratégia turística. Falamos do projeto “Cidade do Vinho 2014”, epíteto concedido a Barcelos no âmbito da AMPV (Associação de Municípios Portugueses do Vinho). A posição assumida por Barcelos, enquanto Cidade do Vinho 2014, será essencial na afirmação do turismo concelhio, assim como na plena afirmação da marca “Barcelos”. Neste sentido, toda a atividade desenvolvida pelo Pelouro do Turismo enunciada de seguida terá subjacente o projeto “Cidade do Vinho 2014”.



Aproveitando os princípios constantes na Estratégia Barcelos 2020, importa promover uma articulação de vários elementos do território e transformá-los em ativos do produto turístico local com expressão, aproveitando a realidade socioeconómica ligada às artes do barro, à agricultura e aos produtos regionais, elencando uma aposta forte no turismo industrial. A este respeito, será pertinente estreitar relações com o IPCA, no sentido de aproveitar a massa crítica existente nas áreas do turismo e design industrial, de forma a promover um novo tempo na abordagem ao setor da cerâmica, do figurado e da olaria, promovendo a afirmação do turismo industrial, devendo esta afirmação ser estratégica para a próxima década.

O barro e as suas artes devem ainda ser capitalizados, em toda a sua especificidade, no âmbito do turismo de experiências, aproveitando cada um dos pólos existentes (oficinas de artesanato) como espaços de identidade e testemunhos de um modo de vida e arte endémica deste território, estruturando-se como um etno-museu vivo das artes do barro.

Os vinhos, o enoturismo, os produtos regionais (mormente o melão casca de carvalho) e o turismo no espaço rural serão outros dos eixos estruturantes a potenciar como âncora de desenvolvimento turístico no concelho, criando condições de fruição e distribuição destes produtos que têm no concelho de Barcelos argumentos e condições de excelência. Ainda no domínio do mundo rural, a criação de sinergias entre o turismo ativo, de natureza, o desporto e os montes panorâmicos, serão recursos a estruturar em packages que potenciem um maior conhecimento, dinamização e fruição do fabuloso património existente no concelho, nomeadamente o património ligado aos cursos e linhas de água, onde se destacam os rios Cávado e Neiva.

No processo turístico, os agentes locais e associativos serão parceiros estratégicos no desígnio pretendido, potenciando-se o trabalho destes como argumento de animação e fruição do território, por forma a criar massa crítica e fluxos de dinamização permanentes. O aproveitamento e ligação de eventos desportivos que acontecem no concelho, como argumentos de atratividade, através da criação de uma agenda anual neste domínio, será também um eixo a indexar à imagem turística de Barcelos, estruturando uma nova imagem para este domínio cada vez mais procurado, atraindo novos públicos turísticos.

Outro eixo a explorar será, impreterivelmente, a ligação do Caminho de Santiago à imagem turística do concelho, aproveitando-se as marcas jacobeanas, intrínsecas à história e identidade de Barcelos.

Assume especial relevância, a melhoria das estruturas de apoio aos peregrinos, sinalização itinerária e captação/promoção de eventos ligados ao Caminho de nível europeu para o concelho, realçando a posição central do Caminho português, tendo por base o contexto etnológico, histórico e cultural que nos diferencia dos demais territórios do Caminho português, nomeadamente a lenda do galo e o próprio galo. Neste âmbito, a projeção de parcerias com os agentes locais da restauração, alojamento, comércio local e hotelaria serão fulcrais por forma a garantir a qualidade da experiência dos peregrinos que passam pelo nosso território.

Continuar a aposta na dinamização do território através do turismo ativo, desporto de natureza, fruição ambiental e afirmação do concelho como um espaço dinâmico com condições únicas



para a prática de desporto de contacto com a natureza é um ativo a manter nos próximos exercícios.

A área do turismo equestre merecerá especial destaque, face à relevância assumida por este setor e como forma de atrair eventos de dimensão nacional e internacional, pretendendo-se um posicionamento idêntico ao alcançado na modalidade de tiro, elevando o nome de Barcelos internacionalmente.

Manter a aposta no programa de touring temático na área do enoturismo, turismo religioso e cultural são argumentos estruturantes na estratégia de dinamização pretendida, criando uma dinâmica de fruição do território que não tem paralelo noutros concelhos.

A valorização da feira semanal no contexto do Centro de Mercados Tradicionais é também um desígnio a continuar, tendo em vista a cada vez maior afirmação da feira e das suas especificidades no contexto turístico nacional.

A dinamização do centro histórico com eventos diferenciadores e de dimensão assinalada que valorizem os produtos e agentes locais, recorrendo a parcerias com associações do concelho, é um item a potenciar.

De igual modo, a afirmação dos espaços e infraestruturas culturais recentemente melhorados pelo Município junto do Trade e operadores turísticos será estratégico, no sentido de aumentar e reforçar os argumentos da cidade de Barcelos no contexto dos city breaks e touring cultural. Também a afirmação e promoção do convento S. Salvador de Vilar de Frades apresenta-se como estratégica para a atratividade do concelho.

Uma atenção ao turismo efetuado com recurso a autocaravanas será importante, considerando a crescente expressão deste tipo de turismo.

Todas estas linhas estruturantes serão essenciais para a afirmação do produto turístico de Barcelos, sobretudo no contexto do turismo do Porto e Norte, criando novas dinâmicas capazes de captar novos segmentos de público. Consequentemente, procurar-se-á atrair novos investimentos para o concelho, nomeadamente na área do turismo e hotelaria.

Neste sentido, serão também estratégicas parcerias que tenham em consideração uma leitura do território regional, mormente através da Associação de Municípios Quadrilátero, Associação de Municípios Portugueses do Vinho e Rede Europeia de Cidades do Vinho. A este respeito, reitere-se que Barcelos será “Cidade do Vinho 2014”.

A definição de uma estratégia agressiva e pró-ativa de promoção no contexto do mercado interno e mercado interno alargado, no âmbito das parceiras referenciadas no parágrafo anterior, ou isoladamente, afigura-se como um ponto a incrementar em cima do vasto trabalho que tem sido desenvolvido nos últimos anos pelo Município neste domínio.

O concelho de Barcelos é um território com uma identidade cultural e etnológica muito forte decorrente da variedade de artes e ofícios, dos quais se destaca, pela sua importância, a olaria.

No entanto, a riqueza do concelho não se limita às artes da olaria e do figurado, alargando-se aos bordados de crivo, aos bordados, à tecelagem, aos trabalhos em madeira e aos trabalhos em ferro, além das produções contemporâneas que atestam o espírito criativo dos barcelenses, assim se marcando a identidade do concelho. Barcelos é o Galo, é a Feira, é o artesanato, mas é também um território criativo em diversas produções que vão do barro ao têtil.

O artesanato é património material e imaterial de valor inestimável, identitário dos territórios, não podendo ser visto como mera herança ou reserva do passado. Ao invés, deve ser considerado como um ativo do presente, a potenciar no futuro, enquanto bandeira identitária e de diferenciação cultural no contexto global em que nos encontramos, funcionando como argumento de desenvolvimento económico e social. A taxa de empregabilidade deste setor no concelho impõe uma postura ativa na promoção da sustentabilidade e viabilidade de quem labora no mesmo.

O concelho de Barcelos assume-se, ao nível do Norte de Portugal, como um dos territórios com mais artesãos e unidades produtivas artesanais, distribuídos por produções diversas.

São dezenas os artesãos em exercício no concelho, com preponderância natural para os que se dedicam à olaria e figurado, que fazem do concelho um verdadeiro museu vivo desta arte popular, identitária de Barcelos e de Portugal.

O artesanato de Barcelos, nomeadamente a olaria e o figurado, além de ostentarem marca de certificação, que atesta a sua proveniência, qualidade e autenticidade, inserem-se num contexto socioeconómico que se confunde com a própria identidade do território e da comunidade concelhia, que ainda hoje vive em grande escala à volta das artes do barro.

Tal realidade terá de ser transversal às demais produções, mormente no que respeita ao bordado de crivo, assim se permitindo que as criações produzidas no concelho ostentem a marca de um território criativo e de artes, elevando-se Barcelos a um patamar superior, que promova a cidade como “Capital do Artesanato” e território de excelência artística e criativa.

Essencial será, além da aposta na certificação, definir uma estratégia que permita trazer ao concelho maior número de turistas e novos segmentos do mercado turístico potenciados pelo artesanato.

Priorizar uma aposta no Turismo Industrial, de Memórias e de Experiências deverá ser uma realidade premente.

Estabelecendo uma estratégia concertada com vários agentes, entre os quais, artesãos, associações, unidades de alojamento e restauração, autarquia, etc, com vista a utilizar as inúmeras fábricas e oficinas cerâmicas em termos de turismo industrial, alcançar-se-á um desenvolvimento económico e cultural sustentável da região, protegendo e valorizando a identidade local.

Dar continuidade à realização de exposições, nos espaços culturais da cidade e do concelho, mas também além das fronteiras concelhias e nacionais, permitirá a divulgação da arte dos mestres artesãos, potenciando ainda um desafio no âmbito da criatividade e inovação.

A implementação de medidas para apoiar e motivar o aparecimento de novos artesãos nas mais diversas áreas é igualmente importante para garantir o futuro do artesanato local, mantendo-se a imagem de “Capital do Artesanato” da qual Barcelos é atualmente detentora.

Definir uma estratégia de realização de workshops criativos de fusão, promovendo o envolvimento do meio académico local e regional e da comunidade artesanal local afigura-se estratégico para a difusão de saberes e promoção da inovação, potenciando o aparecimento de indústrias criativas no domínio das artes, por forma a promover a inovação das formas e design das produções tradicionais. Fomentar um cluster criativo é um desígnio essencial rumo à afirmação vanguardista de Barcelos neste domínio.

No intuito de promover e valorizar a marca “Artesanato de Barcelos”, é essencial estruturar um plano de feiras. Neste âmbito, também a internacionalização do produto será pertinente, aproveitando as redes e associações onde o Município tem já preponderância, como o Eixo Atlântico, definindo-se um posicionamento marcante nos certames europeus da especialidade.

Associar o artesanato e as marcas de certificação locais a eventos, pessoas, associações e entidades com exposição mediática é um item importante com vista a conquistar novos mercados e a cimentação da imagem de um território de artes.

Reforçar o posicionamento ao nível das entidades que coordenam a atividade artesanal no País será estratégica, no sentido de promover a defesa dos artesãos concelhios no panorama nacional e internacional.

Por último, apostar na continuidade do apoio técnico e profissional facultado à comunidade artesanal em termos administrativos, logísticos e promocionais pelo corpo técnico dos serviços de turismo e artesanato, proporcionando àqueles todas as condições de trabalho e afirmação.

Defender o artesanato, ícone de Barcelos, será sempre uma prioridade para o atual executivo.

4.6 AMBIENTE E ESPAÇOS VERDES

Neste domínio, apesar da contenção orçamental assumida pelo actual executivo e afirmada em sede própria, tem sido possível implementar um conjunto de iniciativas tendentes a tornar efectiva uma política de desenvolvimento com respeito pelas questões ambientais.

O actual executivo assumiu, sem reservas, uma reorganização dos espaços verdes existentes por todo o concelho, quer através de acções executadas pela Câmara Municipal, quer através da estreita ligação com associações ambientais, quer com o parceiro estratégico escolhido – as Juntas de Freguesia.



No que se refere às tarefas levadas a cabo, directamente, pela Câmara Municipal temos como referência uma atenção específica na área urbana, fustigada, ainda em 2009, com a queda de árvores e ramos, decorrente de falta de decisão política em anos anteriores no que se refere à atitude a tomar perante a identificação, por parte dos serviços, de falta de condições fitossanitárias de várias espécies, nomeadamente, no Parque da Cidade.

O Parque da Cidade, local que estava desorganizado e de costas voltadas para os munícipes, é, hoje, um local onde os munícipes se sentem bem, quer através de actividades de lazer, de desporto ou de recreação.

Para que tal se verificasse foi necessário salvaguardar a inexistência, neste espaço, de árvores assinaladas pelos serviços técnicos como decrépitas e de infestantes.

No ano de 2012 e 2013, a Câmara Municipal plantou várias árvores, disponibilizou às Juntas de Freguesia e a concelhos vizinhos.

Esta mais-valia dos Hortos Municipais decorre da aposta clara feita pelo Pelouro do Ambiente nos seus serviços internos, capazes de despertar o interesse por parte de entidades públicas (várias foram as Câmaras que se deslocaram neste ano a Barcelos para ver “in loco” o modo de produção e métodos de trabalho desenvolvidos) e entidades privadas; os serviços de jardinagem do município são, hoje, um exemplo de boa gestão de recursos humanos, materiais e financeiros.

As medidas adoptadas ao longo dos últimos anos constituem, hoje, um factor de desenvolvimento equilibrado do concelho de Barcelos.

No domínio dos espaços verdes, parques e jardins, daremos continuidade a uma política orientada para o equilíbrio entre a natureza, a segurança, a estética e a gestão eficiente de recursos.

No espaço urbano criou-se uma nova imagem: uma imagem de cidade moderna e organizada.

Nas freguesias desenvolveram-se projectos de requalificação paisagística de acordo com as legítimas pretensões dos eleitos locais e das populações que representam; com a delegação de competências não se deixou de prestar apoio a este nível, considerando-se que o espaço verde é de todos e todos devem contribuir para o seu melhoramento.

No domínio da agricultura, o conceito de horta urbana já está implementado há muitos anos na Europa e em Portugal são muitas as cidades que aderiram a este tipo de projectos.

O objectivo é proporcionar à população, locais onde esta possa desenvolver alguma agricultura e desta forma ter acesso a bens de elevada qualidade ambiental a baixo custo.

Esta iniciativa faz ainda mais sentido neste período de forte instabilidade laboral, com taxas de desemprego alarmantes e com o poder de compra das famílias a decrescer significativamente.

No domínio energético, estabeleceram-se metas orientadas para a boa gestão de recursos.

No domínio da gestão de resíduos e limpeza urbana o actual executivo vem assumindo as suas responsabilidades e compromissos no que se refere ao encaminhamento dos resíduos sólidos urbanos indiferenciados e ao crescente aumento dos meios ao dispor da população no domínio da recolha selectiva de resíduos.

No início de 2013 foi iniciado e concluído, com sucesso, o processo de implementação da gestão da qualidade com o objectivo de certificar, na área da qualidade, a recolha de resíduos sólidos urbanos.

O processo foi implementado com sucesso envolvendo, não só o Departamento de Administração e Conservação do Território e a Divisão de Gestão de Frota e Equipamentos, sectores que gerem directamente a recolha de resíduos urbanos, mas também a Divisão de Recursos Humanos, a Divisão de Contratação Pública, a Divisão de Gestão Patrimonial, como processos de suporte, e o Gabinete de Modernização Administrativa como processo de suporte e representante do gestor da qualidade.

No âmbito do processo de certificação decorreram a auditoria interna e a externa tendo sido atribuído, pela entidade certificadora, SGS, o certificado no âmbito da qualidade do serviço de Recolha de Resíduos.

Esta certificação indicia uma melhoria do serviço prestado à população e um maior compromisso com esta ao tornar pública esta decisão.

No âmbito da implementação da gestão da qualidade, e também dando cumprimento ao disposto na Lei n.º 66-B/2007, que implica a avaliação de todos os serviços que contactam com o público, tem sido efectuada a auscultação do público relativamente aos serviços prestados no âmbito dos resíduos sólidos e atendimento.

A metodologia aplicada na avaliação da satisfação do munícipe passou pela disponibilização de inquéritos, de forma a envolver a população no processo de avaliação do grau de satisfação do departamento e que tem ajudado o executivo a melhorar diversos aspectos que têm vindo a ser focados pela população como ações de melhoria.

Neste contexto, e na sequência das obras de requalificação urbana que tem vindo a ser efectuada na cidade, foi aumentado o número de contentores subterrâneos aumentando a capacidade de armazenamento dos resíduos e melhorando a imagem e as condições de higiene.

Foi elaborado um plano que se encontra aprovado para, faseadamente, e de acordo com os meios disponíveis, ser aumentada a quantidade de contentores subterrâneos na cidade em substituição dos de superfície.

Em colaboração com a Resulima, vão ser colocados contentores para recolha de óleos usados em todas as freguesias, ainda que na cidade seja colocado um tipo específico e em maior número pela especificidade desta área urbana.

Refira-se que todos os equipamentos estão georeferenciados numa base de dados em constante actualização o que nos permite monitorizar as existências e novas necessidades.

Está a ser feito um grande esforço, apesar dos recursos humanos serem escassos nesta área e a limitações nas contratações serem imensas, em melhorar tanto a limpeza dos espaço público como a limpeza dos contentores de recolha de resíduos sólidos.

Foi dada continuidade à recolha dos resíduos produzidos nos cemitérios do concelho – com a implementação de um sistema de recolha de círios/velas. Este projecto piloto, que decorreu nas freguesias localizadas no perímetro urbano, foi alargado, em 2012, a todas as freguesias do concelho de Barcelos e é, hoje, um enorme sucesso na redução de quantidades de lixo depositadas nos contentores de resíduos indiferenciados.

As medidas de promoção e sensibilização ambiental foram implementadas e continuamente reforçadas.

Serão efectuadas outras acções de sensibilização no âmbito da recolha, por parte dos particulares, dos dejectos produzidos pelos animais de estimação que passeiam nas ruas de forma a melhorar as condições de limpeza.

O Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, veio definir novas regras para o licenciamento das operações de gestão de resíduos revogando o Decreto-Lei n.º 239/97, de 9 de setembro e a Portaria n.º 961/98, de 10 de novembro.

O presente decreto-lei tem por objectivos evitar ou reduzir os efeitos negativos sobre o ambiente da deposição de resíduos em aterro, quer à escala local, em especial a poluição das águas superficiais e subterrâneas, do solo e da atmosfera, quer à escala global, em particular o efeito de estufa, bem como quaisquer riscos para a saúde humana.

Neste contexto, o executivo prevê dar início a um processo com vista à implementação de uma unidade de recolha de resíduos verdes e de resíduos de construção e demolição (SRCD) que inclui o respectivo licenciamento nos termos da legislação em vigor, destinado a assegurar, em condições de eficiência, conforto, segurança e inocuidade, a deposição, recolha, transporte, triagem, tratamento, valorização e eliminação dos resíduos de construção e demolição, sob quaisquer formas enunciadas no Decreto-Lei 178/2006, de 5 de Setembro e no Decreto – Lei 46/2008, de 12 de Março.

A recolha dos resíduos verdes tem por finalidade a criação de uma unidade de compostagem cujo resultado será utilizado nas actividades de jardinagem e cultura executadas pelo município.

No domínio da água e saneamento, o actual executivo continuará firme no seu propósito de alterar o modelo de gestão da água e saneamento, em prol da defesa dos legítimos interesses dos munícipes do nosso concelho. Este vector constitui um objectivo que visa afirmar uma política de solidariedade social e de igualdade de oportunidades no usufruto de um bem essencial para a sobrevivência humana e do serviço essencial de recolha de águas residuais,

que resultará numa diminuição drástica do preço dos ramais e redução significativa do preço da água.

Em 2014 o executivo irá assumidamente considerar uma prioridade a reconciliação da cidade com o Rio Cávado.

Para o efeito está em curso um projecto para limpeza do rio que inclui a destruição de espécies infestantes (como jacintos e ameijoja japonesa), a limpeza da vegetação solta e do fundo do rio, recolha de monstros.

Este projecto estará interligado ao aproveitamento das margens com a execução da ecovia.

Tendo em vista a diversidade e qualidade existente ao longo da EcoVia, em termos de flora e fauna, será aproveitada mais esta faceta do percurso, como uma componente mais pedagógica, implementando um sistema de sinalética que permita a sua divulgação, para além das componentes lúdica/desportiva.

4.7 COESÃO SOCIAL

A ação social do município, apresenta-se mais do que nunca como um recurso imprescindível à comunidade, mediante o contexto de crise em que vivemos.

Assim, deverá ser dada continuidade, aos projetos no âmbito do apoio à habitação social e apoio à renda, e apoio a bolsas de estudo do ensino superior, sendo necessário de acordo com as novas conjeturas sociais, efetuar uma revisão ao regulamento dos mesmos.

Em concreto no domínio da habitação social, para além do apoio à reabilitação das casas dos requerentes, comprovadamente carenciados e titulares das mesmas, propomos também um plano de reconversão das escolas devolutas, em habitações sociais de baixo custo. Propomos ainda protocolar com o Instituto de habitação e reabilitação urbana, no sentido de permitir às famílias carenciadas o fácil acesso às habitações sociais, que se encontram atualmente devolutas.

Deverá igualmente ser dada continuidade a parcerias estratégicas com privados na área dos cuidados de saúde oral e outras, estabelecendo protocolos que permitam o acesso a estes serviços por parte de famílias carenciadas.

A rede social será outra das áreas que deverá assumir um papel relevante, sendo um instrumento chave para a sinergia e rentabilização de recursos das diferentes instituições sociais do concelho. Assim será necessário fazer um aposta no incentivo à participação dos diferentes parceiros, reabilitar o funcionamento das Comissões Sociais Inter-freguesias (CSIFs), envolvendo ativamente os presidentes de junta e todas as instituições da respetiva área geográfica, rever a estratégia de ação dos diferentes grupos temáticos de trabalho e racionalizar/rentabilizar o funcionamento da Bolsa Solidária de Recursos (Banco de alimentos, de roupa e calçado, de material escolas e banco local de voluntariado). Relativamente ao Banco

Local de Voluntariado, será necessário em particular, apostar na formação dos voluntários, para que estes possam efetuar um trabalho com maior qualidade humana e técnica.

Sendo Barcelos um concelho com muitas instituições Particulares de Solidariedade Social, que desempenham um papel fundamental junto da comunidade, será importante o apoio do município no desenvolvimento de ações que contribuam para o bem-estar e de desenvolvimento dos utentes das referidas instituições. Este apoio pode ser traduzido na colaboração ou dinamização de alguns projetos, por exemplo no domínio da arte, da música e do teatro e que tenham um impacto significativo na qualidade de vida dos referidos utentes.

Tendo em conta o elevado número de crianças/jovens em risco acompanhados pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, ou de situações já acompanhadas pela segurança social e tribunal de menores, seria também importante o concelho de Barcelos, apresentar uma resposta integrada nesta área. Assim será fundamental implementar, em parceria com alguma IPSS local, uma resposta no âmbito da mediação familiar, que já está devidamente legislada (portaria 139/2013 de 2 de Abril), designada de Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP).

Dando resposta a franjas sociais mais desprotegidas, como as pessoas portadoras de deficiência e/ ou com graves problemas de saúde, será igualmente importante, o município continuar a apoiar o transporte destes munícipes através dos protocolos já estabelecidos anteriormente com os bombeiros voluntários do nosso concelho.

Numa lógica de formação e participação será também prioridade apostar fortemente nas hortas comunitárias dando condições às famílias para produziremos seus próprios alimentos.

Por último e tendo em conta as situações de emergência social, cada vez mais frequentes no nosso concelho, será importante ponderar uma resposta do município às mesmas. Esta resposta poderá passar por exemplo por uma linha de crédito, devidamente regulamentada e acessível às pessoas, em situações de dificuldades sociais inesperadas e emergentes.

4.8 TRÁNSITO E TRANSPORTES

Tendo presente que o Município elege o espaço público como um espaço de encontro e de democratização, onde todos, sem excepção, têm o direito de aceder, considera-se de maior importância o investimento em ações que tendam a melhorar os níveis de fruição do espaço público.

A mobilidade para todos tem merecido atenção especial, como bem atesta o reconhecimento do trabalho desenvolvido na área da acessibilidade para pessoas com mobilidade, pelo qual o Município foi galardoado com a Bandeira de Ouro da Mobilidade no ano de 2010, prémio atribuído pela APPLA – Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos.

As medidas tomadas no âmbito da Sinalização pretendem que cada vez mais sejam garantidos bons níveis de segurança aos peões e aos automobilistas.



Em complemento às acções levadas a cabo nos anos anteriores, pretende dar-se continuidade à cobertura da rede viária municipal com sinalização vertical, à marcação horizontal de novos arruamentos e à implementação de medidas de acalmia de tráfego, complementadas com correcções geométricas.

Por outro lado, prosseguirá o trabalho de sensibilização, através de campanhas direccionadas aos públicos das escolas e junto dos Automobilistas.

De acordo com os pressupostos da sustentabilidade aplicados à definição de políticas de desenvolvimento dos municípios e dos actuais sistemas de transporte, a Câmara Municipal de Barcelos apresenta como vector fundamental de orientação de políticas de transporte o privilégio da utilização do transporte colectivo em detrimento do modo individual motorizado. Uma mensagem clara de que o aumento do espaço urbano ocupado pelos automóveis não é a resposta ao desafio que os transportes colocam.

Assim, continua a ser uma prioridade o estudo de uma solução de transporte colectivo de passageiros que sirva e se adapte convenientemente às necessidades da população mais urbana do município e que se vê praticamente obrigada a deslocar por meios próprios, constatando-se que o veículo automóvel é o mais utilizado, face aos restantes modos de transporte mais sustentáveis.

No âmbito do “Quadrilátero - AMFE” encontra-se em curso um estudo integrado de mobilidade para os quatro municípios que se pretende que tenha continuidade com aplicações práticas.

Barcelos é uma cidade de média dimensão na escala nacional, foram desenvolvidos objectivos de intervenção para os quais se definiu uma série de acções prioritárias, como sejam, a organização do sistema de estacionamento da cidade, soluções de estacionamento periférico que poderão introduzir e favorecer políticas de Park&Ride, e o sistema de transportes colectivos de passageiros na zona urbana.

Por último, importa salientar que o possível sucesso das diferentes propostas apresentadas passará pela sua integração simultânea, uma vez que estas acabam por funcionar numa lógica da criação de fenómenos de compensação e alternativa, tendo como principal consequência uma melhoria dos padrões de mobilidade nesta área, verificando-se um inevitável enquadramento com um sistema de transportes mais equitativo e sustentável.

A Câmara pretende promover uma nova abordagem relativamente às viagens “casa-trabalho-casa”. As viagens pendulares contribuem significativamente para o congestionamento do tráfego durante as horas de ponta e a experiência demonstra que uma redução efectiva dos quilómetros percorridos de carros durante essas viagens, através de medidas que privilegiem novos padrões de mobilidade tais como a utilização dos transportes públicos ou dos modos suaves (andar a pé ou bicicleta), ou ainda a partilha dos automóveis (car sharing e car pooling), não implicam necessariamente grandes investimentos.

4.9 PROTECÇÃO CIVIL

A Protecção Civil tem como finalidade primordial responder a situações de emergência que se verifiquem no concelho, promovendo para o efeito as operações de segurança mais adequadas à salvaguarda de pessoas e bens.

Ainda que se tenham em consideração, como não poderia deixar de ser, as limitações orçamentais que se impõem ao Município, a Protecção Civil será, sempre, uma prioridade deste executivo, numa busca incessante pela segurança da população.

Durante o mês de outubro de 2013, com principal incidência nos dias 21 e 22 do referido mês, foi o concelho de Barcelos assolado por uma intempérie de que não há memória, tendo a mesma causado inúmeras situações de verdadeira calamidade.

Embora tenham já sido repostas as situações mais prementes resultantes da ocorrência mencionada, no ano de 2014, sobretudo nos seus primeiros meses, terá a Protecção Civil de despender especial atenção às localidades que foram mais afetadas pela mencionada intempérie, garantindo uma efetiva segurança aos barcelenses daquelas localidades.

As situações que, pela sua “menor” urgência, anda não se encontrem repostas, serão acompanhadas de perto pelos técnicos da Protecção Civil, garantindo que a segurança adequada seja uma realidade.

Tendo em mente esta situação recente, ainda fresca na memória dos barcelenses, não poderá a estratégia do Pelouro da Protecção Civil para o ano de 2014 deixar de apostar fortemente, na senda do que já vem fazendo, em matéria de prevenção.

Embora seja evidente que a este nível a estratégia sempre poderá vir a ser afetada por fatores incontrolláveis, nomeadamente a nível climatérico, que não podem ser previsíveis ou impedidos, o objetivo último definido para o próximo ano passará por minorar os riscos a que o território do concelho está sujeito, numa tentativa de garantir as melhores condições de segurança a quem reside ou se desloca ao concelho.

Com o intuito de prosseguir tal desígnio, será essencial manter a aposta em diversas ações de sensibilização na área da protecção civil, nomeadamente, promovendo essas ações junto das escolas e Juntas de Freguesia. Alertando-se para os riscos que poderão existir, conseguir-se-á prevenir a ocorrência de situações que coloquem em causa a segurança dos barcelenses.

Neste âmbito, uma efetiva sensibilização dos mais jovens para questões de segurança, e também de ambiente, será pertinente e merecerá especial atenção.

Uma outra questão que merecerá o cuidado da Protecção Civil em 2014, e também nos anos seguintes, será o combate à “vespa velutina”, também conhecida por “vespa asiática” ou “vespa das patas amarelas”. Esta espécie foi detetada no nosso concelho, tendo a Protecção Civil iniciado no corrente ano, após queixas da população e, em especial, de apicultores, um combate efetivo à presença de tal espécie em Barcelos.



Em 2014, além da destruição dos ninhos identificados, serão realizadas campanhas de sensibilização como forma de dar a conhecer a espécie em apreço, cuidados a ter com a mesma e a melhor forma de a combater.

Especial atenção, em termos similares ao que se vem fazendo, terá de ser dada à questão dos incêndios que, ano após ano, em todo o território nacional, e também no nosso concelho e concelhos vizinhos, causam situações de verdadeiro drama.

Será imperativo implementar programas de intervenção na área florestal, que visem, nomeadamente, promover e fiscalizar a limpeza de terrenos, em especial terrenos florestais. Ainda neste âmbito, a manutenção de condições adequadas dos caminhos florestais, assim como dos pontos de água prioritários, serão atividades que a Proteção Civil continuará a colocar em prática afincadamente.

Um outro foco que merecerá especial atenção do pelouro da Proteção Civil será a limpeza do Rio Cávado, um dos ex-libris da nossa cidade e concelho.

Apesar da relevância que o Rio Cávado possui no concelho, nem sempre o mesmo foi devidamente “respeitado” e protegido. Assim, o executivo municipal, e em especial o pelouro da Proteção Civil, irá dedicar especial atenção à limpeza do Rio Cávado, mantendo a aposta no programa de limpeza do rio que se iniciou com a aquisição de equipamento adequado a tal desígnio, como o barco de apoio, plataforma flutuante, grua, entre outro equipamento.

Com tal programa, serão identificados e combatidos os principais focos de poluição do rio.

De igual forma, especial atenção será dada às margens do rio, promovendo-se a remoção dos resíduos sólidos que as afetem. Também a vegetação aprisionada nas mesmas será removida, permitindo o normal curso do Rio Cávado ao longo do concelho.

Um outro aspeto importante do programa será a monitorização de espécies invasoras.

Os desígnios pretendidos com o programa a desenvolver pela Proteção Civil serão, como sempre, prosseguidos com o apoio de diversas entidades do concelho que com este Pelouro colaboram de forma afincada.

Nomeadamente no que respeita à limpeza do rio, um dos principais focos de atenção da Proteção Civil no ano de 2014, as corporações de bombeiros do concelho assumirão especial destaque enquanto parceiros fundamentais.

Um concelho seguro será a imagem do executivo.

4.10 – GESTÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Vivemos, presentemente, num mundo globalizado, no qual as sociedades mais diversas se aproximam e estreitam barreiras, fruto das tecnologias de informação.



O mundo tecnológico é uma realidade em constante evolução ou, porventura, revolução, impondo assim a todas as entidades que queiram manter-se na vanguarda da tecnologia uma constante atualização.

Enquanto concelho vanguardista que é o concelho de Barcelos, pretendendo manter e reforçar tal estatuto, urge manter uma aposta constante no que respeita às mais diversas ferramentas tecnológicas.

É neste contexto que se insere o Pelouro da Gestão e Modernização Administrativa, cuja finalidade maior se prende com a dotação ao concelho das mais inovadoras tecnologias de informação, assim propiciando um melhor desempenho em termos administrativos e, conseqüentemente, uma maior facilidade de acesso aos diversos serviços do Município por parte dos barcelenses. Foi neste sentido que surgiu o projeto "Cávado Digital" e surgirá em 2014 o projeto "Cávado Digital +".

Ainda que se encontre o Município sob uma gestão rigorosa em termos orçamentais, a aposta na Modernização Administrativa continuará a ser uma realidade no concelho, mantendo-se Barcelos como "Município Aberto aos Cidadãos".

O cenário verificado e os objetivos a atingir foram identificados num documento elaborado pelo Pelouro ao abrigo do projeto DLA (Digital Local Agenda) a convite da CCDR-N (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte), estando também em consonância com o Plano Estratégico Barcelos 2020.

A "Plataforma de Ensino Assistido" (PEA), pelo sucesso que representa, sendo um exemplo que gera curiosidade por parte dos demais Municípios, será um projecto a manter e promover, pretendendo-se que os resultados obtidos sejam ainda melhores, indo de encontro às necessidades de todos os intervenientes no setor do ensino.

Plataformas como "e-Urbanismo", "e-Freguesias" ou "Balcão do Empreendedor", entre outros, serão apostas que o executivo irá manter em 2014, por forma a propiciar aos munícipes um maior e mais facilitado acesso a um variado tipo de informação e gestão administrativa. De igual forma, ainda neste âmbito, o Executivo municipal irá continuar a promover a utilização destes canais, não apenas para consulta, mas também para a submissão de documentos e peças processuais por parte dos munícipes e outras entidades que os representem.

Na sua relação com as escolas, o Pelouro da Modernização Administrativa pretenderá concluir a instalação iniciada em 2013, de quadros interativos, novas redes informáticas e equipamentos de vídeo-vigilância, pretendendo ainda garantir a sua operacionalidade com uma equipa permanente de técnicos de informática.

Uma outra plataforma web já criada e em funcionamento interno pela equipa que faz a gestão da Biblioteca Municipal é a "Biblioteca Digital", a qual será disponibilizada aos munícipes no início do ano de 2014, assim se permitindo mais fácil acesso à biblioteca, nomeadamente através da reserva eletrónica de livros e consulta do catálogo de livros existentes.

A “Agenda Barcelos”, que se encontra implementada no concelho, continuará a merecer o apoio do Executivo, assim se permitindo a promoção de eventos que envolvam Barcelos e os barcelenses, a nível cultural, desportivo, entre outros.

Também a plataforma “Ação Social Digital”, que é uma realidade, irá ser prioritária para o Executivo, assim se permitindo um apoio social alargado a todos os habitantes do concelho que dele necessitem. Através desta plataforma, será promovida uma interligação entre vários parceiros que atuem na área do apoio social, assim se permitindo melhor resposta aos anseios da população.

O projeto "maisbarcelos.pt" deverá merecer contínua aposta, através de um melhoramento da imagem e expansão das funcionalidades do projeto. O Executivo garantirá, ainda, o suporte necessário às entidades que recorrem ao projeto, no sentido de prestar apoio na introdução de conteúdos.

A aposta na Qualidade será, uma vez mais, assumida pelo Executivo, norteando toda a atividade municipal desenvolvida. Após a Certificação da recolha de resíduos sólidos e de toda a sua envolvimento, apostar-se-á na Certificação dos serviços que interajam com os municípios.

A nível da relação com o Pelouro do Desporto, concluída que está a “Carta Desportiva” com suporte 100% digital, terá de ser assegurada a sua atualidade e eventual evolução para outros aspetos que vão além do mero registo de infraestruturas e atividades.

O projeto solidário "Dar é Valorizar", consubstanciado na partilha de bens em segunda mão, pela atualidade que o reveste, merecerá aposta clara, no sentido de se alargar a uma grande parte da população e à totalidade das IPSS's.

A divulgação de conteúdos de interesse público pelos municípios, com recurso a dispositivos táteis e outros meios de divulgação digital, será uma realidade, estando já adquiridos os equipamentos respetivos. Estas ferramentas digitais estarão especialmente vocacionadas para o auxílio dos visitantes do nosso concelho, nomeadamente, os peregrinos dos Caminhos de Santiago e demais turistas.

Ainda a respeito do apoio aos visitantes que acorrem ao concelho, será disponibilizada, no sítio de internet do município, durante o ano de 2014, um vasto leque de informação relacionada com a cidade e o concelho, nomeadamente no que respeita às áreas do turismo, artesanato, cultura e monumentos, sendo que tal informação estará disponível em seis línguas distintas.

Será ainda de manter a aposta na lógica do “Balcão Único”, no que respeita ao atendimento do público que recorre aos serviços municipais, sendo para tal alargadas as funcionalidades de atendimento dos sistemas informáticos de suporte.

Relativamente à interligação de edifícios com serviços municipais por fibra ótica e melhoramento da rede interna de dados nos espaços com redes não certificadas, concluída que está a aplicação de fibra ótica às Piscinas Municipais, Serviços de Ação Social e outros, importará agora alargar tal realidade aos demais edifícios com serviços municipais.

A nível de gestão pelo Executivo Municipal, estando adquirida plataforma “MultiPeers” de apresentação de indicadores de gestão (“dashboard”), concretizar-se-á a sua implementação, através da integração de dados com as aplicações já existentes nos serviços, permitindo-se uma mostragem de indicadores de gestão variados, nomeadamente quanto à evolução da receita e despesa, estado de processos de licenciamento, de empreitadas, entre outros.

Ainda no âmbito do funcionalismo interno dos serviços, irá promover-se uma renovação dos equipamentos informáticos em fim de vida por forma a garantir a atualidade do vasto parque informático municipal.

O Município irá, ainda, promover a integração do seu projeto SIG (Sistema de Informação Geográfico) no seio da CIM Cávado (Comunidade Intermunicipal do Cávado), esperando obter-se uma gestão mais coerente do território transversal aos concelhos integradores daquela comunidade.

Em termos de colaboração com estabelecimentos de ensino, secundário e/ou superior, o Município manter-se-á disponível para a integração de alunos, em regime de estágio curricular de âmbito tecnológico, no sentido de proporcionar um primeiro contacto com o mercado de trabalho.

Na sua atuação, o Executivo irá procurar a implementação constante das políticas definidas pela AMA (Agência para a Modernização Administrativa) no que respeita a municípios.

OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO

1. ESTRUTURA DAS OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO

ESTRUTURA DO ORÇAMENTO

Ao apresentar o orçamento para 2014 impõe-se referir que em termos globais o documento elaborado consubstancia um ajustamento, na medida em que se planificou a actuação municipal dentro de limites mais restritos, o que exigiu definir com grande determinação as prioridades do Município.

Nestes termos, o orçamento que ora se apresenta é inferior ao do ano transacto em 6,4 milhões de euros, situando-se nos 62,3 milhões de euros.

De facto, a conjuntura económica mantendo-se desfavorável não é possível manter expectativas elevadas, pelo que haverá um conjunto significativo de investimentos que embora reconhecidamente importantes só serão concretizados com financiamento adicional da comunidade europeia; também importará referir que, decorrente do mesmo quadro económico negativo, não será propício pensar na alienação de património municipal para financiar investimentos, na medida em que o mercado não oferecerá nestas circunstâncias o valor considerado adequado e justo.

Assim no orçamento, mais especificamente no PPI constam um conjunto de projectos para a concretização dos quais terão de surgir oportunidade de financiamento que os permite realizar, pois que as despesas correntes, dado serem de natureza imprescindível não poderão ser postas em causa.

Importa também destacar que o orçamento que ora se apresenta não é sustentado no aumento da carga fiscal nem das taxas previstas em regulamentos municipais.

Assim, da análise do quadro I, que resume os fluxos de receita e despesa para o ano 2014, verifica-se uma receita corrente de 50,3 milhões de euros e na despesa corrente de 35,4 milhões de euros; ressalta a diminuição das receitas de capital que representam 19,3% na estrutura e o aumento das receitas correntes que decorre, em parte, da alteração da repartição do FEF que elevou para 90% a componente corrente em detrimento da parte de capital que fica em 10%.

A repartição da receita proveniente do FEF tem sido alterada nos últimos anos, passando a repartição entre corrente e capital de 60% e 40%, respectivamente, para 80% e 20% em 2013, e no próximo ano, como se referiu, para 90% e 10%.

Estruturalmente e reflectindo o referido nos parágrafos anteriores a receita corrente e de capital representam 81% e 19%, respectivamente.

No que concerne à despesa a repartição entre correntes e capital assume valores não tão diferenciados 35,4 milhões de euros (57%) e 26,7 milhões de euros (43%) respectivamente, o



que significa que uma parte significativa da receita corrente foi canalizada para despesa de capital.

QUADRO I

(em euros)

	Receita	%	Despesa	%
Correntes	50.290.278	80,7	35.446.875	56,9
Capital	12.011.029	19,3	26.854.432	43,1
Total	62.301.307	100,0	62.301.307	100,0

A poupança corrente apurada que resulta da diferença entre receita corrente e despesa corrente é de 14,8 milhões de euros, valor que supera o do ano transacto em 2,9 milhões de euros.

Nestes momentos de grandes dificuldades a rigidez dos recursos e alternativas também dificultadas impõe-se explorar ao máximo os ganhos de eficiência, pelo que nos apraz registar, nas actuais circunstâncias, que a despesa corrente é inferior à do orçamento do ano 2013 no valor de 1,2 milhões de euros, e no total representa 56,9%. O peso relativo das despesas de capital situa-se nos 43%, pelo que o peso no orçamento é significativo.

Importará ainda referir que o orçamento elaborado respeita as regras de equilíbrio actualmente em vigor e, analisado à luz das regras bem mais exigentes que entrarão em vigor no próximo ano, com a nova lei das finanças locais, é também um orçamento equilibrado.

O orçamento de despesa pode ainda ser estruturado do seguinte modo:

Despesas Correntes	35.446.875 €
Investimento e Transferências de Capital	24.191.432 €
Amortização de passivos financeiros e Outras	2.663.000 €

O orçamento do Município para 2014 nas suas grandes rubricas orçamentais pode resumidamente apresentado no quadro seguinte:

QUADRO II

Designação	Orçamento 2014	Designação	Orçamento 2014
RECEITAS CORRENTES	50.290.278	DESPESAS CORRENTES	35.446.875
Impostos Directos	15.150.650	Despesas com Pessoal	13.888.200
Impostos Indirectos	826.500	Aquisição de Bens e Serviços	16.330.435
Taxas, Mult. e O. Penal.	1.086.100	Juros e Outros Encargos	436.000
Rendimento Propriedade	4.065.050	Transferências Correntes	4.132.240
Transferências Correntes	25.982.223	Subsídios	250.000
Vendas Bens e Serviços	3.079.755	Outras Despesas Correntes	410.000
Outras Receitas Correntes	100.000		
RECEITAS CAPITAL	12.011.029	DESPESAS CAPITAL	26.854.432
Vendas Bens Investimento	2.197.000	Aquisição Bens de Capital	15.192.282
Transferências de Capital	7.568.444	Transferências de Capital	8.999.100
Passivos Financeiros	2.243.585	Activos Financeiros	50
Outras Receitas de Capital	1.000	Passivos Financeiros	2.661.000
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	1.000	Outras Despesas Capital	2.000
TOTAL RECEITAS	62.301.307	TOTAL DESPESAS	62.301.307

Analisando o orçamento da receita de acordo com a proveniência dos recursos, o quadro III evidencia a estabilidade do valor das receitas próprias correntes, situação explicada pelo efeito da compensação entre as várias receita que enquadram a tipologia

Com efeito as receitas provenientes de impostos directos compensam a descida abrupta das relativas às cobranças de taxas e preços.

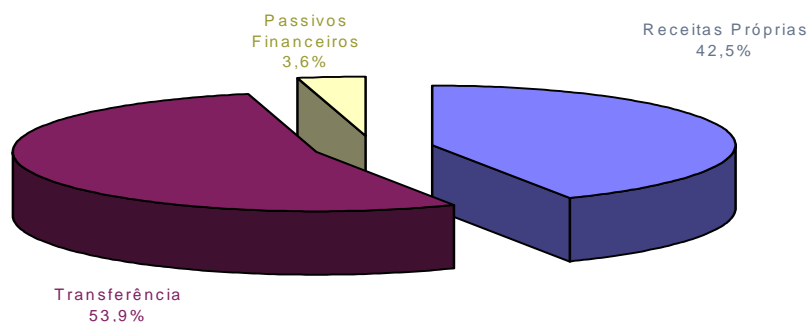
Contrariamente, as receitas próprias de capital diminuem dada que a alienação dos bens de investimento, cuja previsão de realização está em curso, e teve execução no exercício corrente pelo que o valor será necessariamente menor em 2014.

QUADRO III

RECEITAS TOTAIS

(em euros)

Receitas	Correntes	%	Capital	%	Totais	%
Receitas Próprias	24.308.055	48,3	2.199.000	18,3	26.507.055	42,5
Transferência	25.982.223	51,7	7.568.444	63,0	33.550.667	53,9
Passivos Financeiros			2.243.585	18,7	2.243.585	3,6
Total	50.290.278	100,0	12.011.029	100,0	62.301.307	100,0



Integram as receitas próprias os impostos directos onde se prevê um aumento de 4% relativamente ao orçamento de 2013; o incremento verificado é determinado pelo IMI que tem registado uma evolução muito positiva em razão da avaliação geral dos prédios, e continuará a verificar-se em 2014 uma tendência de crescimento, na medida em que a introdução da cláusula de salvaguarda travou o aumento imediato resultante da avaliação.

Relativamente ao IUC é espectável manter a mesma previsão para 2014, pelo que se estima arrecadar uma receita desta proveniência de ordem dos 2,5 milhões de euros.

A receita decorrente do IMT tem, no orçamento municipal, uma expressão idêntica à do IUC, muito para além dos 2 milhões de euros, receita que tende a desaparecer com a recente legislação publicada sobre financiamento das autarquias locais.

Em sentido descendente estimam-se as receitas que derivam da economia local designadamente do licenciamento e da actividade económica. Neste domínio não foram tomadas medidas que contrariassem este efeito como o possível aumento das taxas e preços, que não se verifica desde 2009; esta opção política contrasta claramente com as opções do governo que tem aumentado a carga fiscal, cujas implicações na economia local são extremamente nefastas.

QUADRO IV

RECEITAS PRÓPRIAS CORRENTES

(em euros)

	Valor	%
Impostos Directos	15.150.650	62,3
Impostos Indirectos e Taxas	1.912.600	7,9
Rendimentos de Propriedade	4.065.050	16,7
Venda de Bens e Serviços	3.079.755	13,7
Outros	100.000	0,4
Total	24.308.055	100,0

Neste capítulo das receitas próprias correntes e especificamente nos Impostos indirectos e taxas, prevê-se uma quebra acentuada na ordem dos 25%, situação justificada em função da execução efectiva, obtida nos últimos anos, e que, por enquanto, não se vislumbra alteração.

Importará referir que, neste grupo, as receitas proveniente de mercados e feiras e loteamentos e obras são as mais significativas, sendo de mencionar que nos últimos anos o valor decorrente do licenciamento de loteamentos e obras sofreu uma quebra na ordem dos 60%.

Ainda neste domínio, salienta-se que a receita de taxas paga por entidades “particulares” é muito superior à obtida do sector empresarial.

Os rendimentos de propriedade no que respeita às receitas de rendas de concessão (EDP, Vale D’Este e ADB), manterão os valores ao nível do ano anterior, sendo que a previsão para o ano 2014 inclui os valores em dívida relativos aos direitos de superfície e renda de concessão em dívida pela ADB.

QUADRO V

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

(em euros)

	Valor	%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	16.683.116	63,5
Fundo Social Municipal	2.087.980	8,0
Participação variável no IRS	1.902.577	7,3
DGEstE (DREN) e outras entidades	4.317.000	16,6
QREN	991.550	3,8
Total	25.982.223	100,0

No que concerne às transferências do FEF, e de acordo com o previsto no Orçamento de Estado, irão ser inferiores em 635.285 €, valor que representa uma redução equivalente a 3,5%.

Os valores do FSM e IRS manterão em 2014 os valores idênticos aos dos exercícios anteriores (2012 e 2013).

Quanto a outras transferências da Administração Central designadamente DREN, agora designada de DGEstE, prevê-se que se mantenham os mesmos projectos, financiados por acordos de cooperação relativos a Componente de Apoio à Família (CAF) e AEC's, estimando-se também a comparticipação decorrente do Programa Impulso Jovem na ordem dos 240.000 €

Relativamente a candidaturas do QREN, irá verificar-se que alguns projectos iniciados em 2013 terão a execução financeira predominantemente em 2014.

Inscribe-se pela primeira vez no orçamento a candidatura do Festival Internacional de Filmes de Turismo, a Instalação de Central Térmica no Pavilhão Municipal, o Cavado Digital + e a Requalificação Urbana do Núcleo Central Envolvente à Matriz.

QUADRO VI

RECEITAS PRÓPRIAS CAPITAL

(em euros)

	Valor	%
Venda de Bens de Investimento	2.197.000	99,9
Outros	2.000	0,1
Total	2.199.000	100,0

O orçamento de 2014 prevê um financiamento por recurso à venda de bens de investimento de aproximadamente 2,2 milhões de euros, valor este inferior ao do ano de 2013.

Acresce referir que o Município dispõe no seu património de diversos bens que poderá dispor em circunstâncias que o mercado ofereça condições mais favoráveis, pelo que actualmente só inscreve aqueles cujo processo de venda está mais agilizado ou em curso, como é o caso da venda das habitações em Milhazes ou aqueles cujo interesse de venda já foi demonstrado.

Não obstante as condições precárias que se verificam actualmente, a venda do conjunto habitacional está realizado na ordem dos 50% e é espectável concluir a sua realização em 2014, ainda que se tenha de promover alguma divulgação mais.

Ainda, e relativamente às receitas de capital, importará acrescentar que o orçamento prevê uma receita extraordinária de passivos financeiros, no valor de 2,2 milhões de euros, para fazer face à recuperação do património destruído pelo mau tempo que afectou o concelho, cujo processo de contrato está em sede de apreciação pelo Tribunal de Contas

QUADRO VII

TRANSFERÊNCIAS CAPITAL

(em euros)

	Valor	%
Fundo de Equilibrio Financeiro	1.853.679	24,5
QREN	5.713.765	75,5
Outros	1.000	0,0
Total	7.568.444	100,0

O valor previsto para a vertente de capital do FEF é significativamente menor porque reflecte a alteração de 10% na repartição entre corrente e capital, bem como a redução global das transferências divulgadas pelo Orçamento de Estado.

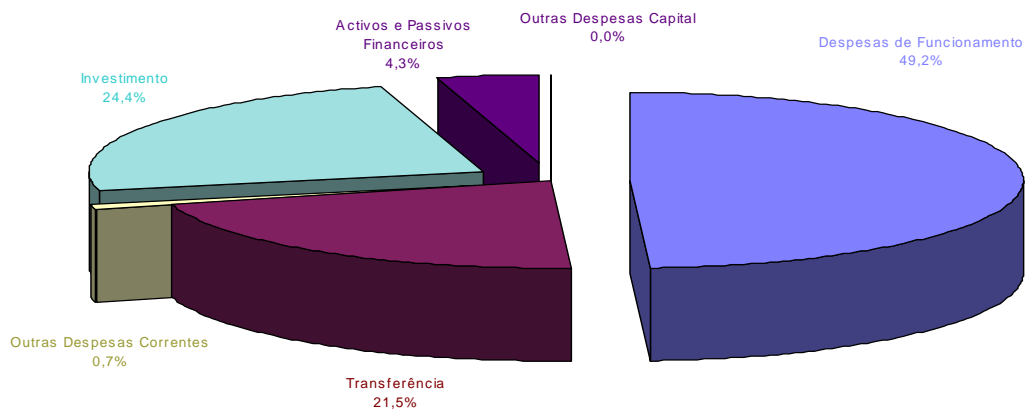
As receitas provenientes do QREN são inferiores às previstas no ano transacto, pois as candidaturas dos Centros Escolares estão fortemente concretizadas, sendo todavia possível que no âmbito do Novo Quadro Comunitário se apresentem candidaturas de acordo com as orientações que vierem a ser definidas.

QUADRO VII

DESPESAS TOTAIS

(em euros)

Despesas	Correntes	%	Capital	%	Totais	%
Despesas de Funcionamento	30.654.635	86,5			30.654.635	49,2
Transferência	4.382.240	12,4	8.999.100	33,5	13.381.340	21,5
Outras Despesas Correntes	410.000	1,2		0,0	410.000	0,7
Investimento			15.192.282	56,6	15.192.282	24,4
Activos e Passivos Financeiros			2.661.050	9,9	2.661.050	4,3
Outras Despesas Capital			2.000	0,0	2.000	0,0
Total	35.446.875	100,0	26.854.432	100,0	62.301.307	100,0



As despesas correntes, em termos globais, apresentam-se inferiores às previstas no ano transacto, num valor na ordem de 1,1 milhões de euros.

A alteração mais significativa coloca-se ao nível das transferências, designadamente para as empresas municipais.

Por outro lado, as despesas designadas de funcionamento aumentam ligeiramente situação que não decorre do aumento de gastos ou consumos, antes derivam de alterações legais ou de reajustes no funcionamento das organizações relacionadas com o Município e as Empresas Municipais.

Por conseguinte, nas despesas de funcionamento onde se inscrevem as despesas com pessoal deverá ter-se em consideração o impacto da reposição integral dos subsídios de Férias e de Natal dos funcionários, bem como o facto de a componente educativa, habitualmente designada de AEC's passar a ser contratada directamente pelo Município.

Também, no que respeita ao capítulo de aquisição de bens e serviços, que revelam um aumento da ordem de 5,8%, deverá ser tido em consideração, previamente, que um conjunto de despesas anteriormente da responsabilidade das empresas municipais passaram a ser assumidas directamente pelo Município em face do processo de reestruturação.

Assim, e em consequência das decisões tomadas a rubrica de aquisição de bens e serviços passou a comportar as despesas relativas ao funcionamento de equipamentos como o Estádio Municipal, Pavilhão Municipal, bem como a realização das Festas das Cruzes, do Festival Milhões de Festa, Iluminação de Natal, entre muitos outros eventos.

Deste modo e naturalmente, as despesas decorrentes da referida alteração têm impacto directo e acentuado nesta agregação de despesas designada aquisição de bens e serviços.

Referir, ainda, que o valor a despender com o funcionamento do Tribunal Arbitral, constituído para dirimir o conflito decorrente da parceria público privada – Barcelos Futuro, também se reflecte neste grupo de despesas.

As despesas provenientes de encargos com juros da dívida de empréstimos bancários aumentou no valor de 172.000 €, relativamente ao ano transacto, em virtude do pagamento de encargos de 2 contratos que estão no início, período em que os juros são mais elevados.

Nestas circunstâncias estão o empréstimo da Caixa Geral de Depósitos, no valor de 2.250.988 €, que inicia em 2014 o período de amortização, estando prevista uma amortização de cerca de 150.000 € e o contrato, ainda em análise pelo Tribunal de Contas para fazer face às intempéries, relativamente ao qual apenas se prevê o pagamento de juros.

O valor com o serviço de dívida previsto no orçamento é de 3.097.000 €, menos de 5% do orçamento municipal.

Importa ainda referir que o valor da dívida bancária a final do ano, contabilizando a utilização destes empréstimos, será de aproximadamente 21.3 milhões de euros.



As transferências para as entidades públicas e privadas, onde se inscrevem as Freguesias, as IPSS, as famílias entre outras, receberão uma fatia muito substancial do orçamento municipal, na ordem de 13,3 milhões de euros.

Estas transferências abrangem apoios sociais às famílias nos termos dos regulamentos em vigor, apoios a instituições com fins sociais, culturais, recreativos, etc, cuja actividade é reconhecidamente importante para a população e ainda às freguesias, entidades com quem se celebram “protocolos” de cooperação e delegação de competências em diversas áreas.

De entre as transferências que se prevêem efectuar destacam-se, pelo seu valor as destinadas às Juntas de Freguesia que serão na ordem dos 9 milhões de euros, dividindo-se entre correntes e capital, sendo que se destacam as de capital dada a sua natureza e objectivo: o investimento.

A despesa com investimentos será tratada mais especificamente no título Estrutura das Opções do Plano que se apresenta a seguir

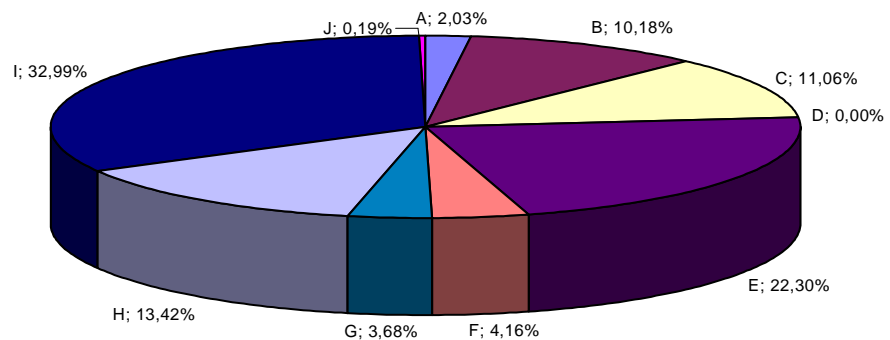
ESTRUTURA DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

As grandes opções do plano integram o Plano Plurianual de Investimento onde se inscrevem os investimentos directos do Município.

Investimento e Transferências de Capital

(24.191.432 €)

A	Serviços Gerais da Administração Pública
B	Segurança e Ordem Pública
C	Educação
D	Saúde
E	Habituação e Serviços Colectivos
F	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos
G	Indústria e Energia
H	Transportes e Comunicações
I	Transferências entre Administrações
J	Diversas não Especificadas



RESUMO DO INVESTIMENTO E TRANSFERÊNCIAS INSCRITOS NAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

(em euros)

Objectivos/Programa	Valor	%
Funções Gerais	2.953.135	12,21%
Serviços Gerais da Administração Pública	491.050	
Segurança e Ordem Públicas	2.462.085	
Funções Sociais	9.076.382	37,52%
Educação	2.675.251	
Saúde	50	
Habituação e Serviços Colectivos	5.394.734	
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	1.006.347	
Funções Económicas	4.136.876	17,10%
Indústria e Energia	890.000	
Transportes e Comunicações	3.246.876	
Outras Funções	8.025.039	33,17%
Transferências entre Administrações	7.980.000	
Diversas não Especificadas	45.039	
TOTAIS	24.191.432	100,00%

Relativamente às obras constantes no PPI destacam-se, pelo seu valor, a conclusão e apetrechamento dos Centros Escolares que em conjunto com outras pequenas obras em edifícios escolares absorvem 2,7 milhões de euros; a requalificação da zona envolvente aos paços dos Condes/ Duques e à Igreja Matriz que será uma obra plurianual e se afectará 2,3 milhões de euros; o investimento no plano de eficiência energética financiado pelo FEDER, inscrito com 0,8 milhões de euros; a pavimentação da EM 561 desde Sequeade ao limite do concelho que no ano 2014 dispõe do valor de 1,3 milhões de euros.

Estabelecendo paralelismos com as Grandes Opções do Plano de 2013, o investimento na educação deixa de aparecer no lugar cimeiro como o objectivo com mais peso relativo face aos valores disponibilizados dado que os centros escolares estão praticamente concluídos, cedendo o destaque para as obras de requalificação urbana e ordenamento do território, drenagem de águas pluviais e aquisição ou reparação de equipamento básico e/ou transporte, equipamento este que contribuirá para garantir o funcionamento e eficiência dos serviços.

De relevar também a inscrição de um conjunto de investimentos, cuja execução poderá ser antecipada para 2014, na eventualidade de se conseguir fundos de financiamento comunitário como são a Modernização da EM 505 entre a EN 306 (Barcelinhos) e 306-1 (Carvalho), a Ligação à variante da EN 103 em Rio Covo Santa Eugénia, a variante à EN 306 com ligação à rotunda do Andorinhas, a Ecovia do Cavado, a Construção do Gimnodesportivo de Fragoso e a Construção dos outros Centros Escolares.





Por último, destaca-se a relevância do investimento indirecto, assegurado através de transferências de capital. Nesta componente de despesa o destaque é para as freguesias, continuando-se a garantir o valor de 200% do FEF para financiar um conjunto de realizações de interesse local, referentes a competências próprias ou delegadas nos termos a estabelecer em documento próprio.

Para o conjunto de transferências a Câmara Municipal destina quase 8 milhões de euros, valor que nas Grandes Opções do Plano representam cerca de 33%.





Resumo do Orçamento





Município de Barcelos

RESUMO DO ORÇAMENTO PARA O ANO 2014

Receitas	Montante (€)		Despesas	Montante (€)	
Correntes	50.290.278		Correntes	35.446.875	
Capital	12.011.029		Capital	26.854.432	
Total:		62.301.307	Total:		62.301.307
Serviços Municipalizados		0	Serviços Municipalizados		0
Total Geral:		62.301.307	Total Geral:		62.301.307

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....



Orçamento da Receita




Município de Barcelos
ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
01	Impostos directos	
0102	Outros	
010202	Imposto municipal sobre imóveis	9.000.000
010203	Imposto único de circulação	2.500.000
010204	Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	2.750.000
010205	Derrama	900.000
010207	Impostos abolidos	
01020701	Contribuição autárquica	500
01020702	Imposto municipal de sisa	50
01020703	Imposto municipal sobre veículos	50
010299	Impostos directos diversos	50
	Total do Capítulo Económico 01:	15.150.650
02	Impostos indirectos	
0202	Outros	
020206	Impostos indirectos específicos das autarq.localais	
02020601	Mercados e feiras	450.000
02020602	Loteamentos e obras	145.000
02020603	Ocupação da via pública	50.000
02020605	Publicidade	60.000
02020699	Outros	
0202069902	Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	1.500
0202069999	Outros	120.000
	Total do Capítulo Económico 02:	826.500
04	Taxas, multas e outras penalidades	
0401	Taxas	
040123	Taxas específicas das autarquias locais	
04012302	Loteamentos e obras	600.000
04012303	Ocupação da via pública	50.000
04012305	Caça, uso e porte de arma	500
04012399	Outras	
0401239901	Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	500
0401239902	Taxa pela emissão do certificado de registo	100
0401239999	Outras	320.000
0402	Multas e outras penalidades	
040201	Juros de mora	25.000
040202	Juros compensatórios	60.000
040204	Coimas e penalidades por contra-ordenações	10.000


Município de Barcelos
ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
040299	Multas e penalidades diversas	20.000
	Total do Capítulo Económico 04:	1.086.100
05	Rendimentos da propriedade	
0502	Juros-Sociedades financeiras	
050201	Bancos e outras instituições financeiras	30.000
0507	Dividend.partic.lucros socied.quase-soc.nãofinanc.	
050702	Empresas públicas municipais e intermunicipais	20.000
0510	Rendas	
051001	Terrenos	255.000
051005	Bens de domínio público	
05100501	Concessão de jazigos e sepulturas	70.000
051099	Outros	
05109901	Rendas de concessão da EDP e Vale D'Este	2.600.000
05109902	Rendas de concessão de água e saneamento	1.090.000
05109999	Outros	50
	Total do Capítulo Económico 05:	4.065.050
06	Transferências correntes	
0603	Administração central	
060301	Estado	
06030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	16.683.116
06030102	Fundo Social Municipal	2.087.980
06030103	Participação fixa no IRS	1.902.577
06030199	Outras	
0603019902	DGESTE (DREN)	3.467.000
0603019999	Outras	850.000
060306	Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados	
06030601	FEDER	
0603060101	Eixo 2-Minho In, roteiro artes tradicionais	482.000
0603060103	Eixo 5-Cávado prospectivo	46.000
0603060104	Eixo 6-Programa promoção acessibilidade (rampa)	65.700
0603060105	Eixo 7- Barcelos Plural	20.000
0603060106	Cooperação Transfronteira (POCTEP)	85.000
0603060107	Outros	50
0603060108	Valorização estratégica Cávado	74.000
0603060109	Festival Internacional Filmes Turismo	193.800
0606	Segurança social	


Município de Barcelos
ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
060601	Sistemas de solidariedade e segurança social	25.000
	Total do Capítulo Económico 06:	25.982.223
07	Venda de bens e serviços correntes	
0701	Venda de bens	
070109	Matérias de consumo	50
070111	Produtos acabados e intermédios	
07011101	Água	50
0702	Serviços	
070208	Serv.sociais,recreativos,culturais e de desporto	
07020803	Serviços culturais	20.000
070209	Serviços específicos das autarquias	
07020902	Resíduos sólidos	1.800.000
07020904	Trabalhos por conta de particulares	1.000
07020905	Cemitérios	30.000
07020906	Mercados e feiras	70.000
07020907	Parques de estacionamento	10.000
07020999	Outros	
0702099903	Transportes Escolares	300.000
0702099904	Cantinas Escolares	800.000
0702099999	Outros (peças de artesanato e livros)	5.000
0703	Rendas	
070301	Habitacões	10.645
070302	Edifícios	11.850
070399	Outras	21.160
	Total do Capítulo Económico 07:	3.079.755
08	Outras receitas correntes	
0801	Outras	
080199	Outras	
08019999	Diversas	100.000
	Total do Capítulo Económico 08:	100.000
	Total das Receitas Correntes:	50.290.278
09	Venda de bens de investimento	
0901	Terrenos	
090110	Famílias	
09011001	Lotes de Terreno em Barqueiros	150.000
09011002	Lotes de Terreno em Cambeses	250.000
09011003	Lotes de Terreno em Durrães	250.000


Município de Barcelos
ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
09011004	Terreno na freguesia da Pousa	223.000
0902	Habitacões	
090210	Famílias	
09021001	Habitacões em Milhazes	930.000
09021003	Fundacão Salazar	390.000
0903	Edifícios	
090310	Famílias	1.000
0904	Outros bens de investimento	
090401	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
09040101	Equipamento de transporte	1.000
09040102	Maquinaria e equipamento	1.000
09040103	Outros	1.000
	Total do Capítulo Económico 09:	2.197.000
10	Transferências de capital	
1003	Administração central	
100301	Estado	
10030101	Fundo de Equilibrio Financeiro	1.853.679
10030104	Cooperacão Técnica e Financeira	
1003010499	Outros	1.000
100307	Estado-Particip.comunitária project.co-financiados	
10030701	FEDER	
1003070104	Eixo 1 - Eficiência energetica iluminação pública	756.000
1003070106	Eixo 3 - Centro Escolar Arcozelo	870.245
1003070107	Eixo 3 - Centro Escolar Fragoso	160.000
1003070108	Eixo 3 - Centro Escolar António Fogaça	175.700
1003070109	Eixo 3 - Centro Escolar Lijó	348.100
1003070110	Eixo 3 - Centro Escolar Gilmonde	304.250
1003070111	Eixo 3 - Centro Escolar Barqueiros	33.700
1003070112	Eixo 3 - Museu Olaria remodelacão e valorizacão	31.870
1003070114	Eixo 4-Req EM 505-3 EM 570 Viatodos Grim Minhotães	39.000
1003070116	Eixo 4 -Quadrilatero Desenv Urbano -Torre Medieval	52.000
1003070117	Eixo 4 -Quadrilatero Cultural Bilhética Electrón.	3.000
1003070119	Eixo 4-Quadrilatero Criativo edificio Arcozelo	34.000
1003070121	Outros	70.000
1003070124	Eixo 3 -Passagem Superior da Ribeira de Patarro	550.000
1003070126	Eixo 3 -Valorizacão Estratéfica Rio Cávado	105.000
1003070127	Eixo 3 -Aquisicão Contentores Subterrâneos 1ª Fase	9.900


Município de Barcelos
ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
1003070128	Eixo 5 -Guia Turístico Interativo de Barcelos	5.000
1003070129	Eixo 3 - Req.Urb. Núcleo Central Histórico Matriz	1.900.000
1003070130	Eixo 4 - Cávado Digital +	246.000
1003070131	Eixo 1 - Inst.Central Térmica Pavilhão Municipal	20.000
	Total do Capítulo Económico 10:	7.568.444
12	Passivos financeiros	
1206	Empréstimos a médio e longo prazos	
120602	Sociedades financeiras	
12060208	Investimento 2.243.585 Euros	2.243.585
	Total do Capítulo Económico 12:	2.243.585
13	Outras receitas de capital	
1301	Outras	
130199	Outras	1.000
	Total do Capítulo Económico 13:	1.000
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	
1501	Reposições não abatidas nos pagamentos	
150101	Reposições não abatidas nos pagamentos	1.000
	Total do Capítulo Económico 15:	1.000
	Total das Receitas de Capital:	12.011.029
	Total do Orçamento da Receita:	62.301.307



Orçamento da Despesa




Município de Barcelos
ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Despesa

Código	Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica		€
01	Administração Autárquica	
01 01	Despesas com o pessoal	
01 0102	Abonos variáveis ou eventuais	
01 010213	Outros suplementos e prémios	
01 01021302	Outros	76.200
	Total do Capítulo Económico 01:	76.200
01 02	Aquisição de bens e serviços	
01 0201	Aquisição de bens	
01 020108	Material de escritório	250
01 020121	Outros bens	
01 02012106	Outros	1.000
01 0202	Aquisição de serviços	
01 020213	Deslocações e estadas	3.000
01 020217	Publicidade	1.500
01 020219	Assistência técnica	1.000
01 020220	Outros trabalhos especializados	
01 02022002	Outros	1.500
	Total do Capítulo Económico 02:	8.250
	Total das Despesas Correntes:	84.450
	Total do Capítulo Orgânico 01:	84.450
02	CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPAIS	
02 01	Despesas com o pessoal	
02 0101	Remunerações certas e permanentes	
02 010101	Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	200.000
02 010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	
02 01010401	Pessoal em funções	6.650.000
02 01010404	Recrutamento de pessoal para novos postos trabalho	100.000
02 010106	Pessoal contratado a termo	
02 01010601	Pessoal em funções	300.000
02 01010604	Recrutamento de pessoal para novos postos trabalho	60.000
02 010108	Pessoal aguardando aposentação	15.000
02 010109	Pessoal em qualquer outra situação	700.000
02 010111	Representação	100.000
02 010113	Subsidio de refeição	720.000
02 010114	Subsídio de férias e de Natal	1.510.000
02 010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	200.000


Município de Barcelos
ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Despesa

Código		Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica			€
02	0102	Abonos variáveis ou eventuais	
02	010202	Horas extraordinárias	50.000
02	010204	Ajudas de custo	20.000
02	010205	Abono para falhas	17.000
02	010210	Subsídio de trabalho nocturno	5.000
02	010211	Subsídio de turno	183.000
02	010212	Indemnizações por cessação de funções	50.000
02	010213	Outros suplementos e prémios	
02	01021302	Outros	20.000
02	0103	Segurança social	
02	010301	Encargos com a saúde	450.000
02	010302	Outros encargos com a saúde	175.000
02	010303	Subsídio familiar a criança e jovens	70.000
02	010304	Outras prestações familiares	15.000
02	010305	Contribuições para a segurança social	
02	01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos	2.000
02	01030502	Segurança social dos funcionários públicos	
02	0103050201	Caixa Geral de Aposentações	1.360.000
02	0103050202	Regime Geral	650.000
02	010306	Acidentes em serviço e doenças profissionais	20.000
02	010308	Outras pensões	10.000
02	010309	Seguros	
02	01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	160.000
Total do Capítulo Económico 01:			13.812.000
02	02	Aquisição de bens e serviços	
02	0201	Aquisição de bens	
02	020101	Matérias-primas e subsidiárias	230.000
02	020102	Combustíveis e lubrificantes	
02	02010201	Gasolina	25.000
02	02010202	Gasóleo	600.000
02	02010299	Outros	40.000
02	020104	Limpeza e higiene	35.000
02	020107	Vestuário e artigos pessoais	30.000
02	020108	Material de escritório	60.000
02	020109	Produtos químicos e farmacêuticos	10.000
02	020112	Material de transporte-Peças	250.000
02	020113	Material de consumo hoteleiro	2.500


Município de Barcelos
ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Despesa

Código		Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica			€
02	020114	Outro material-Peças	10.000
02	020115	Prémios, condecorações e ofertas	25.000
02	020116	Mercadorias para venda	
02	02011602	Electricidade	2.100.000
02	02011603	Outras	10.000
02	020117	Ferramentas e utensílios	10.000
02	020118	Livros e documentação técnica	2.000
02	020119	Artigos honoríficos e de decoração	2.000
02	020120	Material de educação, cultura e recreio	50.000
02	020121	Outros bens	
02	02012101	Aquisição de Materiais de Construção	65.000
02	02012105	Aquisição de Outros Materiais	80.000
02	02012106	Outros	80.000
02	0202	Aquisição de serviços	
02	020201	Encargos das instalações	
02	02020101	Escolas e Jardins Infância	570.000
02	02020102	Outros	585.000
02	020202	Limpeza e higiene	100.000
02	020203	Conservação de bens	400.000
02	020205	Locação de material de informática	33.000
02	020206	Locação de material de transporte	1.000
02	020209	Comunicações	250.000
02	020210	Transportes	
02	02021001	Transportes Escolares	3.000.000
02	02021002	Outros	25.000
02	020211	Representação dos serviços	10.000
02	020212	Seguros	150.000
02	020213	Deslocações e estadas	80.000
02	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	300.000
02	020215	Formação	20.000
02	020216	Seminários, exposições e similares	210.000
02	020217	Publicidade	125.000
02	020218	Vigilância e segurança	235.000
02	020219	Assistência técnica	80.000
02	020220	Outros trabalhos especializados	
02	02022001	Tratamento de residuos	1.350.000
02	02022002	Outros	821.685


Município de Barcelos
ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
02	020222	Serviços de saúde	35.000
02	020224	Encargos de cobrança de receitas	375.000
02	020225	Outros serviços	
02	02022501	Rendas	65.000
02	02022503	Aquisição de Serviços	600.000
02	02022504	Vigilância florestal	110.000
02	02022505	Cantinas Escolares	3.000.000
02	02022599	Outros	75.000
Total do Capítulo Económico 02:			16.322.185
02	03	Juros e outros encargos	
02	0301	Juros da dívida pública	
02	030103	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	
02	03010302	Empréstimos de médio e longo prazos	
02	0301030202	C.G.D. (Investimento - 12.469.947 Euros)	15.000
02	0301030204	B.T.A. (Investimento - 9.975.958 Euros)	30.000
02	0301030205	C.G.D. (Linha Crédito III QCA - 2.210.248 Euros)	9.000
02	0301030206	B.C.P. (Investimento - 15.000.000 Euros)	110.000
02	0301030207	C.G.D. (Obras participadas- 396.017 Euros)	1.500
02	0301030208	C.G.D. (Obras participadas - 299.953 Euros)	1.500
02	0301030209	C.G.D. (Financiamento 2.267.626 Euros)	15.000
02	0301030210	C.G.D. (Investimento -2.500.000 Euros)	9.000
02	0301030211	C.G.D. (Investimento - 2.250.988 Euros)	145.000
02	0301030212	Investimento 2.243.585 Euros	100.000
Total do Capítulo Económico 03:			436.000
02	04	Transferências correntes	
02	0405	Administração local	
02	040501	Continente	
02	04050102	Freguesias	
02	0405010201	Protocolo de Cooperação	717.240
02	0405010202	Outras Transferências	200.000
02	04050104	Associações de municípios	
02	0405010401	CIM	50.000
02	0405010402	Quadrilatero	70.000
02	04050108	Outros	5.000
02	0407	Instituições sem fins lucrativos	
02	040701	Instituições sem fins lucrativos	
02	04070101	Associações e Organizações Desportivas	300.000


Município de Barcelos
ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Despesa

Código		Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica			€
02	04070102	Associações Humanitárias e de Assistência Social	50.000
02	04070103	Outras Associações e Organizações	100.000
02	04070105	Associações de Educação e Cultura	1.680.000
02	0408	Famílias	
02	040802	Outras	
02	04080201	Bolsas de Estudo	90.000
02	04080202	Apoio a Renda de Casa	700.000
02	04080203	Apoio Aquisição Livros Escol. e material didactico	120.000
02	04080204	Outros	50.000
Total do Capítulo Económico 04:			4.132.240
02	05	Subsídios	
02	0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
02	050101	Públicas	
02	05010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	
02	0501010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	250.000
Total do Capítulo Económico 05:			250.000
02	06	Outras despesas correntes	
02	0602	Diversas	
02	060201	Impostos e taxas	50.000
02	060203	Outras	
02	06020301	Outras restituições	250.000
02	06020302	IVA pago	50.000
02	06020304	Serviços bancários	10.000
02	06020305	Outras	50.000
Total do Capítulo Económico 06:			410.000
Total das Despesas Correntes:			35.362.425
02	07	Aquisição de bens de capital	
02	0701	Investimentos	
02	070101	Terrenos	350
02	070102	Habitacões	
02	07010201	Construção	131.700
02	07010203	Reparação e beneficiação	25.000
02	070103	Edifícios	
02	07010301	Instalações de serviços	76.050
02	07010305	Escolas	2.125.201
02	07010307	Outros	159.139
02	070104	Construções diversas	


Município de Barcelos
ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Despesa

Código		Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica			€
02	07010401	Viadutos, arruamentos e obras complementares	3.708.784
02	07010402	Sistemas de drenagem de águas residuais	312.050
02	07010404	Iluminação pública	890.000
02	07010406	Instalações desportivas e recreativas	228.208
02	07010408	Viação rural	5.222.361
02	07010409	Sinalização e trânsito	168.000
02	07010412	Cemitérios	87.000
02	07010413	Outros	188.650
02	070106	Material de transporte	
02	07010601	Recolha de resíduos	300.000
02	07010602	Outro	125.000
02	070107	Equipamento de informática	405.000
02	070108	Software informático	100.000
02	070109	Equipamento administrativo	50.000
02	070110	Equipamento básico	
02	07011001	Equipamento de recolha de resíduos	150.000
02	07011002	Outro	685.000
02	070111	Ferramentas e utensílios	10.000
02	070115	Outros investimentos	44.789
Total do Capítulo Económico 07:			15.192.282
02	08	Transferências de capital	
02	0805	Administração local	
02	080501	Continente	
02	08050102	Freguesias	7.980.000
02	08050104	Associações de municípios	50
02	0807	Instituições sem fins lucrativos	
02	080701	Instituições sem fins lucrativos	669.050
02	0808	Famílias	
02	080802	Outras	350.000
Total do Capítulo Económico 08:			8.999.100
02	09	Activos financeiros	
02	0907	Acções e outras participações	
02	090702	Socied.e quase socied.não financeiras-Públicas	
02	09070299	Outros	50
Total do Capítulo Económico 09:			50
02	10	Passivos financeiros	
02	1006	Empréstimos a médio e longo prazos	


Município de Barcelos
ORÇAMENTO PARA O ANO 2014 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
02	100603	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	
02	10060302	C.G.D. (Investimento - 12.469.947 Euros)	650.000
02	10060304	B.T.A. (Investimento - 9.975.958 Euros)	540.000
02	10060305	B.C.P. (Investimento - 15 000 000 Euros)	900.000
02	10060306	C.G.D. (Linha credito III QCA - 2.210.248 Euros)	100.000
02	10060307	C.G.D. (Obras participadas 396.017 Euros)	40.000
02	10060308	C.G.D. (Obras participadas 299.953 Euros)	30.000
02	10060309	C.G.D. (Investimento 2.267.626 Euros)	135.000
02	10060310	C.G.D. (Investimento 2.500.000 Euros)	116.000
02	10060311	C.G.D. (Investimento - 2.250.988 Euros)	150.000
Total do Capítulo Económico 10:			2.661.000
02	11	Outras despesas de capital	
02	1102	Diversas	
02	110201	Restituições	1.000
02	110299	Outras	1.000
Total do Capítulo Económico 11:			2.000
Total das Despesas de Capital:			26.854.432
Total do Capítulo Orgânico 02:			62.216.857
Total do Orçamento da Despesa:			62.301.307

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....



Grandes Opções do Plano

Grandes Opções do Plano do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)		
															2014			Anos seguintes						
		Ano / N.º	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)	Outros (h)			
01				FUNÇÕES GERAIS																				
01 002				SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA																				
01	002	2014/23	4	Subsídios a instituições de proteção civil	02	080701	O	100		01	01/2014	12/2014	0										105.000	
Totais do Programa 002:														2.462.085	2.462.085		414.000					2.876.085		
Totais do Objetivo 01:														117.072	3.578.135	3.578.135	0	414.000	0	0	0	4.109.207		
02				FUNÇÕES SOCIAIS																				
02 001				EDUCAÇÃO																				
02	001	2006/4		ENSINO BÁSICO/2006																				
02	001	2006/4	2	Reformulação e const.do Polidesportivo da Escola Primária de Rio Côvo Sta Eugénia	02	07010305	E	100		08	01/2007	12/2014	4											36.700
CENTROS ESCOLARES / 2008																								
02	001	2008/25		Centro Escolar de Carapeços	02	07010305	E	100		08	01/2008	12/2015	0											2.330.050
02	001	2008/25	8	Centro Escolar de Roriz	02	07010305	E	100		08	01/2008	12/2015	0											2.115.050
02	001	2008/25	9	Centro Escolar de Viatodos	02	07010305	E	15	85	08	01/2008	12/2014	4	79.573	10.630	10.630								90.203
ENSINO BÁSICO / 2009																								
02	001	2009/4	6	Recuperação e remodelação da antiga escola em pólo de leitura - Remelhe	02	07010305	E	100		08	01/2009	12/2014	4	145.353	53.835	53.835								199.188
CENTROS ESCOLARES / 2009																								
02	001	2009/25	1	Centro Escolar de Martim	02	07010305	E	100		08	01/2009	12/2015	0											804.050
ENSINO BÁSICO / 2010																								
02	001	2010/4	1	Requalificação do polidesportivo escola Pousa	02	07010305	E	100		08	01/2010	12/2014	3											50
CENTROS ESCOLARES / 2011																								
02	001	2011/25	1	Centro Escolar António Fogaça	02	07010305	E	15	85	08	01/2011	12/2014	4	1.157.877	429.536	429.536								1.587.413
02	001	2011/25	2	Centro Escolar Arcozelo	02	07010305	E	15	85	08	01/2011	12/2014	4	869.079	873.000	873.000								1.742.079
02	001	2011/25	3	Centro Escolar Cristelo	02	07010305	E	100		08	01/2011	12/2015	0											2.646.050
02	001	2011/25	4	Centro Escolar Sul	02	07010305	E	100		08	01/2011	12/2015	0											2.649.050
02	001	2011/25	5	Centro Escolar Lijó	02	07010305	E	15	85	08	01/2011	12/2014	3	553.131	336.100	336.100								889.231
02	001	2011/25	6	Centro Escolar Fragoso - Jardim Infância Fragoso	02	07010305	E	15	85	08	01/2011	12/2014	4	281.671	113.200	113.200								394.871
02	001	2011/25	7	Centro Escolar Várzea	02	07010305	E	100		08	01/2011	12/2015	0											2.849.050
02	001	2011/25	8	Centro Escolar Aldão	02	07010305	E	100		08	01/2011	12/2015	0											2.644.050
02	001	2011/25	9	Centro Escolar Milhazes	02	07010305	E	100		08	01/2011	12/2015	0											1.381.050
02	001	2011/25	10	Centro Escolar Moure	02	07010305	E	100		08	01/2011	12/2015	0											1.490.050
02	001	2011/25	11	Centro Escolar Pousa	02	07010305	E	100		08	01/2011	12/2015	0											2.329.050



Grandes Opções do Plano do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Despesas						Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)			
														Realizado (a)	2014			Anos seguintes					
		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)				Financiam. não definido (d)	2015 (e)	2016 (f)		2017 (g)	Outros (h)											
02 FUNÇÕES SOCIAIS																							
02 001 EDUCAÇÃO																							
02	001	2011/25	12	Centro Escolar Gilmonde	02	07010305	E	15	85	08	01/2011	12/2014	4	434.262	161.500	161.500					595.762		
02	001	2011/25	13	Centro Escolar Cambeses	02	07010305	E	100		08	01/2011	12/2015	0		50	50		2.720.000			2.720.050		
02	001	2011/25	14	Centro Escolar Vale do Neiva	02	07010305	E	100		08	01/2011	12/2015	0		50	50		2.558.000			2.558.050		
02	001	2011/25	16	Elaboração de projectos	02	07010305	O	100		08	01/2011	12/2014	4	1.023.200	10.000	10.000					1.033.200		
02	001	2014/3		EDUCAÇÃO / 2014																			
02	001	2014/3	1	Remodelação e/ou reparação de jardins de infância e escolas	02	07010305	E	100		08	01/2014	12/2014	0		100.000	100.000					100.000		
02	001	2014/3	2	Elaboração de projetos	02	07010305	O	100		08	01/2014	12/2014	0		50	50					50		
02	001	2014/3	3	Aquisição de equipamento básico	02	07011002	O	100		07	01/2014	12/2014	0		350.000	350.000					350.000		
02	001	2014/3	4	Aquisição de equipamento informático	02	070107	O	100		07	01/2014	12/2014	0		200.000	200.000					200.000		
02	001	2014/3	5	Aquisição de terrenos	02	070101	O	100		07	01/2014	12/2014	0		50	50					50		
02	001	2014/3	6	Prestação de serviços de transportes escolares	02	02021001	O	100		24	01/2014	12/2014	0		3.000.000	3.000.000					3.000.000		
02	001	2014/3	7	Prestações de serviços de cantinas escolares	02	02022505	O	100		24	01/2014	12/2014	0		3.000.000	3.000.000					3.000.000		
Totais do Programa 001:														4.544.146	8.675.251	8.675.251		26.515.000					39.734.397
02 002 SAÚDE																							
SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE / 2009																							
02	002	2009/5	1	Aquisição de terrenos para construção do novo hospital	02	070101	O	100		07	01/2009	12/2014	0		50	50					50		
Totais do Programa 002:															50	50							50
02 003 HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS																							
HABITAÇÃO/2004																							
02	003	2004/6	2	Const. habitações e obras urbaniz. em Milhazes	02	07010201	E	100		08	01/2006	12/2014	4	56.405	131.700	131.700					188.105		
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO/2006																							
02	003	2006/7	2	Requalificação da Urbanização Altamira - Arcozelo	02	07010401	E	100		08	01/2007	12/2015	0		50	50		150.000			150.050		
02	003	2006/7	9	Requalificação da Urbanização Quinta do Brigadeiro	02	07010401	E	100		08	04/2006	12/2015	0					300.000			300.000		
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO / 2007																							
02	003	2007/7	3	Via de acesso à Central de Camionagem	02	07010401	E	100		08	01/2007	12/2016	0		50	50		1.000.000	1.000.000		2.000.050		
02	003	2007/7	10	Acessibilidades imediatas aos campos do IPCA	02	07010401	E	100		08	09/2007	12/2015	2	10.328	100.000	100.000		300.000			410.328		
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO / 2008																							
02	003	2008/7	1	Arranjo urbanístico da Escola EB2, 3 de Manhente	02	07010401	E	100		08	01/2008	12/2015	0					1.300.000			1.300.000		



Grandes Opções do Plano do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2014			Anos seguintes				
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)	Outros (h)	
02		FUNÇÕES SOCIAIS																				
02 003		HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS																				
02 003	2008/7	2	Acesso e arranjo urbanístico junto à Escola Vila Cova	02 07010401	E	100	08	01/2008	12/2015	0					200.000					200.000		
02 003	2008/7	6	Arranjo urbanístico do Terreiro de Negreiros	02 07010401	E	100	08	01/2008	12/2015	0					200.000					200.000		
02 003	2009/7		ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO / 2009																			
02 003	2009/7	1	Arranjo urb. junto à igreja com sanitários - Alheira	02 07010401	E	100	08	01/2009	12/2015	0					225.000					225.000		
02 003	2009/7	2	Requalificação da Rua da Olivença - Barcelos	02 07010401	E	100	08	01/2009	12/2015	0					225.000					225.000		
02 003	2009/7	7	Arranjo urb. junto à Igreja de - Lijó	02 07010401	E	100	08	01/2009	12/2016	0					75.000	25.000				100.000		
02 003	2009/7	9	Arranjo urb. Rua das Oliveiras - CV 2027 - Oliveira	02 07010401	E	100	08	01/2009	12/2015	0					250.000					250.000		
02 003	2009/11		RECURSOS NATURAIS / 2009																			
02 003	2009/11	2	Reconstrução da levada da Ponte Medieval	02 07010413	E	100	08	01/2009	12/2014	0				50	50					50		
02 003	2011/7		ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO / 2011																			
02 003	2011/7	1	Alargamento e reabilitação da ponte sobre a Ribeira de S. Vicente em Fragoso	02 07010401	E	100	08	01/2011	12/2015	0					252.000					252.000		
02 003	2011/7	5	Obra Requalificação e estacionamento de veículos em V.F.S.Martinho	02 07010401	E	100	08	04/2011	12/2015	0					50	50				250.050		
02 003	2012/7		ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO / 2012																			
02 003	2012/7	2	Reabilitação da Av. dos Combatentes da Grande Guerra	02 07010401	E	100	08	01/2012	12/2015	0					50	50				500.050		
02 003	2013/7		ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO / 2013																			
02 003	2013/7	1	Requalificação da Av. João Duarte e Av D. Nuno Álvares Pereira	02 07010401	E	100	08	01/2013	12/2014	3	454.805	321.534	321.534							776.339		
02 003	2013/7	2	Passagem superior sobre o corredor verde da Ribeira de Patarro	02 07010401	E	15 85	08	01/2013	12/2015	0					612.000	612.000			200.000	812.000		
02 003	2013/7	6	Req. Urb. zona envolvente Passos dos Condes/Duques e à Igreja Matriz de Barcelos	02 07010401	E	15 85	08	11/2013	12/2015	0					2.275.000	2.275.000			300.000	2.575.000		
02 003	2013/11		RECURSOS NATURAIS / 2013																			
02 003	2013/11	1	Valorização do Rio Cávado	02 07010413	E	15 85	09	01/2013	12/2014	2	6.480	100.000	100.000							106.480		
02 003	2014/7		ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO / 2014																			
02 003	2014/7	1	Pequenos arranjos urbanísticos	02 07010401	E	100	08	01/2014	12/2014	0					200.000	200.000				200.000		
02 003	2014/7	2	Estudos, projetos e levantamentos topográficos	02 07010401	O	100	08	01/2014	12/2014	0					100.000	100.000				100.000		
02 003	2014/7	3	Aquisição de terrenos	02 070101	O	100	07	01/2014	12/2014	0					50	50				50		
02 003	2014/8		SANEAMENTO / 2014																			
02 003	2014/8	1	Saneamento da estação elevatória de Barcelinhos para rede pública	02 07010402	E	100	09	01/2014	12/2015	0					50	50			300.000	300.050		
02 003	2014/8	2	Pequenas obras de saneamento	02 07010402	E	100	09	01/2014	12/2014	0					12.000	12.000				12.000		
02 003	2014/10		RESÍDUOS SÓLIDOS / 2014																			



Grandes Opções do Plano do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / N°	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2014			Anos seguintes				
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)	Outros (h)	
02 FUNÇÕES SOCIAIS																						
02 003 HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS																						
02	003	2014/10	1	Aquisição de material para depósito e recolha de lixo	02 07011001	O	100			23	01/2014	12/2014	0	150.000	150.000					150.000		
02	003	2014/10	2	Aquisição e reparação de equipamento de transporte	02 07010601	O	100			23	01/2014	12/2014	0	300.000	300.000					300.000		
02	003	2014/10	3	Aquisição de maquinaria e equipamento	02 07011002	O	100			23	01/2014	12/2014	0	80.000	80.000					80.000		
02	003	2014/11		RECURSOS NATURAIS / 2014																		
02	003	2014/11	1	Recuperação linha de água e outros recursos naturais	02 07010413	E	100			23	01/2014	12/2014	0	50	50					50		
02	003	2014/11	2	Drenagem de águas pluviais	02 07010402	E	100			23	01/2014	12/2014	0	300.000	300.000					300.000		
02	003	2014/12		PARQUES E JARDINS / 2014																		
02	003	2014/12	1	Requalificação da Fonte Cibernética	02 07010401	E	100			08	01/2014	12/2014	0	100.000	100.000					100.000		
02	003	2014/12	2	Aquisição de terrenos	02 070101	A	100			07	01/2014	12/2014	0	50	50					50		
02	003	2014/12	3	Aquisição de maquinaria e equipamento	02 07011002	O	100			12	01/2014	12/2014	0	120.000	120.000					120.000		
02	003	2014/12	4	Aquisição e reparação de equipamento de transporte	02 07010602	O	100			12	01/2014	12/2014	0	25.000	25.000					25.000		
02	003	2014/13		HIGIENE PÚBLICA / 2014																		
02	003	2014/13	1	Sanitários	02 07010413	E	100			23	01/2014	12/2014	0	50	50					50		
02	003	2014/14		CEMITÉRIOS / 2014																		
02	003	2014/14	1	Pequenas obras no cemitério	02 07010412	E	100			23	01/2014	12/2014	0	87.000	87.000					87.000		
02	003	2014/14	2	Equipamentos de cemitério	02 07011002	O	100			03	01/2014	12/2014	0	5.000	5.000					5.000		
02	003	2014/25		HABITAÇÃO / 2014																		
02	003	2014/25	1	Apoio à habitação social	02 080802	O	100			01	01/2014	12/2014	0	350.000	350.000					350.000		
02	003	2014/25	2	Obras de beneficiação em habitação social	02 07010203	E	100			08	01/2014	12/2014	0	25.000	25.000					25.000		
Totais do Programa 003:														528.018	5.394.734	5.394.734	6.027.000	1.025.000			12.974.752	
02 004 SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS																						
02	004	2005/16		DESPORTO, RECREIO E LAZER/2005																		
02	004	2005/16	3	Polidesportivo de Pereira	02 07010406	E	100			08	01/2005	12/2014	2	153.108	153.108					153.108		
02	004	2010/16		DESPORTO, RECREIO E LAZER / 2010																		
02	004	2010/16	7	Construção do pavilhão gimnodesportivo de Fragoso	02 07010406	E	100			08	01/2010	12/2015	0	50	50	650.000				650.050		
02	004	2011/15		CULTURA / 2011																		
02	004	2011/15	1	Intervenção na Estação Arqueológica do Castelo de Faria	02 07010307	E	100			08	01/2011	12/2015	0	50	50	100.000				100.050		
02	004	2011/15	2	Recuperação da Casa Rosa Ramalho	02 07010307	E	100			08	01/2011	12/2015	3	50	50	250.000				250.050		
02	004	2011/15	3	Recuperação edifício em frente ao Museu Olaria para Centro de Exposição pela Arte	02 07010307	E	100			08	01/2011	12/2016	0	50	50	400.000	400.000			800.050		



Grandes Opções do Plano do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas						Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)		
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2014			Anos seguintes					
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)		Outros (h)	
02 FUNÇÕES SOCIAIS																							
02 004 SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS																							
02	004	2011/15	4	Museu do Rio	02 07010307	E	100			08	01/2011	12/2015	0		50	50		100.000					100.050
02	004	2014/15		CULTURA / 2014																			
02	004	2014/15	1	Adaptação do Teatro Gil Vicente	02 07010307	E	100			08	01/2014	12/2014	0	158.889	158.889								158.889
02	004	2014/15	2	Aquisição de equipamento para área cultural	02 07011002	O	100			24	01/2014	12/2014	0	5.000	5.000								5.000
02	004	2014/16		DESPORTO, RECREIO E LAZER / 2014																			
02	004	2014/16	1	Ecovia do Cávado	02 07010406	E	100			08	01/2014	12/2016	0	50	50		500.000	1.000.000					1.500.050
02	004	2014/16	2	Construção de parques infantis	02 07010406	E	100			08	01/2014	12/2014	0	25.000	25.000								25.000
02	004	2014/16	3	Obras em instalações desportivas, de recreio e lazer	02 07010406	E	100			08	01/2014	12/2014	0	50.000	50.000								50.000
02	004	2014/16	4	Aquisição de terrenos	02 070101	O	100			07	01/2014	12/2014	0	50	50								50
02	004	2014/16	5	Aquisição de equipamento desportivo, recreativo e de lazer	02 07011002	O	100			07	01/2014	12/2014	0	50.000	50.000								50.000
02	004	2014/16	6	Subsídios a organizações desportivas, recreativas, de lazer e outras	02 080701	O	100			01	01/2014	12/2014	0	400.000	400.000								400.000
02	004	2014/16	7	Subsídios a associações de assistência social	02 080701	O	100			01	01/2014	12/2014	0	114.000	114.000								114.000
02	004	2014/16	8	Subsídios a associações de educação e cultura	02 080701	O	100			01	01/2014	12/2014	0	50.000	50.000								50.000
Totais do Programa 004:															1.006.347	1.006.347		2.000.000	1.400.000				4.406.347
Totais do Objetivo 02:														5.072.164	15.076.382	15.076.382	0	34.542.000	2.425.000	0	0	57.115.546	
03 FUNÇÕES ECONÓMICAS																							
03 001 INDÚSTRIA E ENERGIA																							
ILUMINAÇÃO PÚBLICA / 2014																							
03	001	2014/17		Melhoria da iluminação pública	02 07010404	E	100			13	01/2014	12/2014	0	50.000	50.000								50.000
03	001	2014/17	2	Eficiência energética na iluminação pública do Cávado	02 07010404	E	15	85	13	01/2014	12/2014	0	840.000	840.000									840.000
Totais do Programa 001:														890.000	890.000				890.000				
03 002 TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES																							
REDE VIÁRIA / 2008																							
03	002	2008/18	3	Modernização da EM 505 entre EN 306(Barcelinhos) e 306-1(Carvalhas)	02 07010408	E	100			08	01/2008	12/2016	0	50	50		1.800.000	1.000.000					2.800.050
03	002	2008/18	8	Requalificação CM 1114 - Vila Sêca	02 07010408	E	100			08	01/2008	12/2015	0				500.000						500.000
REDE VIÁRIA / 2009																							
03	002	2009/18	1	Ligação à variante da EN 103 em Rio Côvo Santa Eugénia	02 07010408	E	100			08	01/2009	12/2016	0	50	50		1.500.000	1.000.000					2.500.050



Grandes Opções do Plano do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2014			Anos seguintes				
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)	Outros (h)	
03 FUNÇÕES ECONÓMICAS																						
03 002 TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES																						
03	002	2009/18	6	Alargamento e pav. Rua da Junqueira - Várzea	02 07010408	E	100			08	01/2009	12/2014	3	27.810	220.547	220.547						248.357
03	002	2009/18	8	Requalificação espaço exterior Bairro Misericórdia - Fase 3: execução arruamento entre a Avª Nossa Srª Franqueira e Rua Casal de Nil - Vila F.S. Martinho	02 07010408	E	100			08	01/2009	12/2015	0		50	50		150.000				150.050
03	002	2009/18	12	Construção de passeios EN 103 - Abade de Neiva	02 07010408	E	100			08	01/2009	12/2016	0					100.000	100.000			200.000
03	002	2009/18	15	Pavimentação da EM 561 desde Sequeade até ao limite do concelho	02 07010408	E	100			08	01/2009	12/2015	0	7.884	1.335.600	1.335.600		552.000				1.895.484
03	002	2009/18	24	Alargamento do caminho Fonte Rio - Lama	02 07010408	E	100			08	01/2009	12/2015	0					250.000				250.000
03	002	2009/18	26	Alargamento e pavimentação da Rua da Igreja - Manhente	02 07010408	E	100			08	01/2009	12/2015	0		50	50		250.000				250.050
REDE VIÁRIA / 2011																						
03	002	2011/18	1	Reabilitação da EM entre Viatodos e Grimancelos 2.ª fase	02 07010408	E	100			08	01/2011	12/2015	0					200.000				200.000
03	002	2011/18	2	Pequenas obras em caminhos	02 07010408	E	100			08	01/2011	12/2014	4	136.776	230.995	230.995						367.771
REDE VIÁRIA / 2012																						
03	002	2012/18	1	Variante à EN 306 com ligação à rotunda do Andorinhas	02 07010408	E	100			08	01/2012	12/2016	0		50	50		1.500.000	2.000.000			3.500.050
03	002	2012/18	5	Pequenas obras em caminhos	02 07010408	E	100			08	01/2012	12/2014	3		93.320	93.320						93.320
TRANSPORTES E SINALIZAÇÃO / 2012																						
03	002	2012/19	4	Construção de gares autocarros Barcelinhos e Silveiros	02 07010401	E	100			23	01/2012	12/2015	0		50	50		50.000				50.050
REDE VIÁRIA / 2013																						
03	002	2013/18	1	Reconstrução do Pontão no CM 1140, em Macieira de Rates	02 07010408	E	100			08	01/2014	12/2014	0		202.354	202.354						202.354
03	002	2013/18	2	Pequenas obras em caminhos	02 07010408	E	100			08	01/2013	12/2014	2	50.254	386.160	386.160						436.414
REDE VIÁRIA / 2014																						
03	002	2014/18	1	Beneficiação do CM 1115 entre Milhazes e Faria	02 07010408	E	100			08	01/2014	12/2015	0		50	50		1.200.000				1.200.050
03	002	2014/18	2	Pequenas obras em caminhos	02 07010408	E	100			08	01/2014	12/2014	0		500.000	500.000						500.000
03	002	2014/18	3	Elaboração de projetos	02 07010408	O	100			08	01/2014	12/2014	0		9.500	9.500						9.500
03	002	2014/18	4	Aquisição de terrenos	02 070101	O	100			07	01/2014	12/2014	0		50	50						50
TRANSPORTES E SINALIZAÇÃO / 2014																						
03	002	2014/19	1	Aquisição e reparação de material de transporte	02 07010602	O	100			23	01/2014	12/2014	0		50.000	50.000						50.000
03	002	2014/19	2	Aquisição de maquinaria e equipamento	02 07010602	O	100			23	01/2014	12/2014	0		50.000	50.000						50.000
03	002	2014/19	3	Sinalização e semaforização	02 07010409	O	100			23	01/2014	12/2014	0		100.000	100.000						100.000



Grandes Opções do Plano do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
															2014			Anos seguintes				
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)	Outros (h)	
03 FUNÇÕES ECONÓMICAS																						
03 002 TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES																						
03	002	2014/19	4	Aquisição e construção de abrigos	02	07010409	E	100		23	01/2014	12/2014	0		68.000	68.000					68.000	
Totais do Programa 002:														222.724	3.246.876	3.246.876	8.052.000	4.100.000				15.621.600
Totais do Objetivo 03:														222.724	4.136.876	4.136.876	0	8.052.000	4.100.000	0	0	16.511.600
04 OUTRAS FUNÇÕES																						
04 001 TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES																						
04	001	2014/5001		TRANSFERÊNCIAS PARA JUNTAS DE FREGUESIA / 2014	02	08050102	O	100		01	01/2014	12/2014	0	5.500.000	5.500.000						5.500.000	
04	001	2014/50012		Obras em equipamentos escolares	02	08050102	O	100		01	01/2014	12/2014	0	150.000	150.000						150.000	
04	001	2014/50013		Caminhos Públicos	02	08050102	O	100		01	01/2014	12/2014	0	1.000.000	1.000.000						1.000.000	
04	001	2014/50014		Sedes	02	08050102	O	100		01	01/2014	12/2014	0	400.000	400.000						400.000	
04	001	2014/50015		Cemitérios	02	08050102	O	100		01	01/2014	12/2014	0	580.000	580.000						580.000	
04	001	2014/50016		Outros	02	08050102	O	100		01	01/2014	12/2014	0	350.000	350.000						350.000	
Totais do Programa 001:														7.980.000	7.980.000						7.980.000	
04 002 DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS																						
04 002 2014/24 EXERCÍCIO DE COMPETÊNCIAS / 2014																						
04	002	2014/24	1	Obras particulares para salvaguarda do interesse público	02	070115	E	100		01	01/2014	12/2014	0	44.789	44.789						44.789	
04	002	2014/24	2	Exercício do direito de preferência na aquisição de terrenos	02	070101	O	100		07	01/2014	12/2014	0	50	50						50	
04	002	2014/24	3	Exercício do direito de aquisição de edifícios	02	07010307	O	100		01	01/2014	12/2014	0	50	50						50	
04 002 2014/5003 DIVERSAS																						
04	002	2014/50031		CIM - Comunidade Intermunicipal do Cávado	02	08050104	O	100		01	01/2014	12/2014	0	50	50						50	
04	002	2014/50032		Outras instituições	02	080701	O	100		01	01/2014	12/2014	0	50	50						50	
04	002	2014/50033		Ações ou outras participações	02	09070299	O	100		01	01/2014	12/2014	0	50	50						50	
Totais do Programa 002:														45.039	45.039						45.039	
Totais do Objetivo 04:														0	8.025.039	8.025.039	0	0	0	0	0	8.025.039
Total Geral:														5.411.960	30.816.432	30.816.432	0	43.008.000	6.525.000	0	0	85.761.392

ORGÃO EXECUTIVO

Em _____ de _____ de _____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em _____ de _____ de _____





PPI – Plano Plurianual de Investimentos

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2014			Anos seguintes				
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)	Outros (h)	
01 FUNÇÕES GERAIS																						
01 001 SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA																						
01	001	2013/1		ADMINISTRAÇÃO GERAL / INSTALAÇÕES 2013																		
01	001	2013/1	5	Remodelação e modernização do Edifício da PSP de Barcelos	02	07010301	E	100	08	04/2013	12/2014	0	117.072	26.000	26.000					143.072		
01	001	2014/1		ADMINISTRAÇÃO GERAL / INSTALAÇÕES 2014																		
01	001	2014/1	1	Recuperação de edifícios para funcionamento de serviços	02	07010301	E	100	08	01/2014	12/2014	0		50.000	50.000					50.000		
01	001	2014/1	2	Aquisição de edifícios	02	07010301	O	100	07	01/2014	12/2014	0		50	50					50		
01	001	2014/2		ADMINISTRAÇÃO GERAL / MAQ. - EQUIPAMENTO 2014																		
01	001	2014/2	1	Aquisição e reparação maquinaria e equipamento básico para os Serviços da Autarquia	02	07011002	O	100	07	01/2014	12/2014	0		50.000	50.000					50.000		
01	001	2014/2	2	Aquisição e reparação maquinaria e equipamento administrativo para os Serviços da Autarquia	02	070109	O	100	07	01/2014	12/2014	0		50.000	50.000					50.000		
01	001	2014/2	3	Aquisição e reparação de utensílios e ferramentas para os Serviços da Autarquia	02	070111	O	100	07	01/2014	12/2014	0		10.000	10.000					10.000		
01	001	2014/2	4	Aquisição de equipamento informático	02	070107	O	100	07	01/2014	12/2014	0		205.000	205.000					205.000		
01	001	2014/2	5	Aquisição de software informático	02	070108	O	100	07	01/2014	12/2014	0		100.000	100.000					100.000		
Totais do Programa 001:													117.072	491.050	491.050	0	0	0	0	0	608.122	
01 002 SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA																						
01	002	2013/23		PROTEÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS / 2013																		
01	002	2013/23	1	Melhoria das condições de segurança na EN 306-caminhos de Santiago em Gueral e Pedra Furada	02	07010413	E	100	08	01/2013	12/2015	0				100.000				100.000		
01	002	2013/23	3	Demolição e reconstrução de muros de suporte em Martim - 2ª fase	02	07010413	E	100	08	01/2013	12/2015	0		500	500	314.000				314.500		
01	002	2013/23	7	Reparação e/ou reconstrução de Património Municipal destruído	02	07010408	E	100	08	11/2013	12/2014	0		2.243.585	2.243.585					2.243.585		
01	002	2014/23		PROTEÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS/2014																		
01	002	2014/23	1	Beneficiação da rede viária florestal	02	07010413	E	100	08	01/2014	12/2014	0		38.000	38.000					38.000		
01	002	2014/23	2	Aquisição de equipamento de segurança rodoviária	02	07011002	O	100	23	01/2014	12/2014	0		25.000	25.000					25.000		
01	002	2014/23	3	Obras de emergência	02	07010413	E	100	08	01/2014	12/2014	0		50.000	50.000					50.000		
Totais do Programa 002:													0	2.357.085	2.357.085	0	414.000	0	0	0	2.771.085	
Totais do Objetivo 01:													117.072	2.848.135	2.848.135	0	414.000	0	0	0	3.379.207	

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Despesas						Total previsto (i) = (a)+(b)+ (e)+(f)+(g)+(h)			
														2014			Anos seguintes						
		Ano / N°	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim		Realizado (a)	Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2015 (e)	2016 (f)		2017 (g)	Outros (h)	
02 FUNÇÕES SOCIAIS																							
02 001 EDUCAÇÃO																							
02	001	2006/4		ENSINO BÁSICO/2006																			
02	001	2006/4	2	Reformulação e const.do Polidesportivo da Escola Primária de Rio Covo Sta Eugénia	02	07010305	E	100		08	01/2007	12/2014	4		36.700	36.700					36.700		
02	001	2008/25		CENTROS ESCOLARES / 2008																			
02	001	2008/25	3	Centro Escolar de Carapeços	02	07010305	E	100		08	01/2008	12/2015	0		50	50		2.330.000				2.330.050	
02	001	2008/25	8	Centro Escolar de Roriz	02	07010305	E	100		08	01/2008	12/2015	0		50	50		2.115.000				2.115.050	
02	001	2008/25	9	Centro Escolar de Viatodos	02	07010305	E	15	85	08	01/2008	12/2014	4	79.573	10.630	10.630						90.203	
02	001	2009/4		ENSINO BÁSICO / 2009																			
02	001	2009/4	6	Recuperação e remodelação da antiga escola em pólo de leitura - Remelhe	02	07010305	E	100		08	01/2009	12/2014	4	145.353	53.835	53.835							199.188
02	001	2009/25		CENTROS ESCOLARES / 2009																			
02	001	2009/25	1	Centro Escolar de Martim	02	07010305	E	100		08	01/2009	12/2015	0		50	50		804.000				804.050	
02	001	2010/4		ENSINO BÁSICO / 2010																			
02	001	2010/4	1	Requalificação do polidesportivo escola Pousa	02	07010305	E	100		08	01/2010	12/2014	3		50	50						50	
02	001	2011/25		CENTROS ESCOLARES / 2011																			
02	001	2011/25	1	Centro Escolar António Fogaça	02	07010305	E	15	85	08	01/2011	12/2014	4	1.157.877	429.536	429.536							1.587.413
02	001	2011/25	2	Centro Escolar Arcozelo	02	07010305	E	15	85	08	01/2011	12/2014	4	869.079	873.000	873.000							1.742.079
02	001	2011/25	3	Centro Escolar Cristelo	02	07010305	E	100		08	01/2011	12/2015	0		50	50		2.646.000				2.646.050	
02	001	2011/25	4	Centro Escolar Sul	02	07010305	E	100		08	01/2011	12/2015	0		50	50		2.649.000				2.649.050	
02	001	2011/25	5	Centro Escolar Lijó	02	07010305	E	15	85	08	01/2011	12/2014	3	553.131	336.100	336.100							889.231
02	001	2011/25	6	Centro Escolar Fragoso - Jardim Infância Fragoso	02	07010305	E	15	85	08	01/2011	12/2014	4	281.671	113.200	113.200							394.871
02	001	2011/25	7	Centro Escolar Várzea	02	07010305	E	100		08	01/2011	12/2015	0		50	50		2.849.000				2.849.050	
02	001	2011/25	8	Centro Escolar Aldão	02	07010305	E	100		08	01/2011	12/2015	0		50	50		2.644.000				2.644.050	
02	001	2011/25	9	Centro Escolar Milhazes	02	07010305	E	100		08	01/2011	12/2015	0		50	50		1.381.000				1.381.050	
02	001	2011/25	10	Centro Escolar Moure	02	07010305	E	100		08	01/2011	12/2015	0		50	50		1.490.000				1.490.050	
02	001	2011/25	11	Centro Escolar Pousa	02	07010305	E	100		08	01/2011	12/2015	0		50	50		2.329.000				2.329.050	
02	001	2011/25	12	Centro Escolar Gilmonde	02	07010305	E	15	85	08	01/2011	12/2014	4	434.262	161.500	161.500							595.762
02	001	2011/25	13	Centro Escolar Cambeses	02	07010305	E	100		08	01/2011	12/2015	0		50	50		2.720.000				2.720.050	
02	001	2011/25	14	Centro Escolar Vale do Neiva	02	07010305	E	100		08	01/2011	12/2015	0		50	50		2.558.000				2.558.050	
02	001	2011/25	16	Elaboração de projectos	02	07010305	O	100		08	01/2011	12/2014	4	1.023.200	10.000	10.000							1.033.200
02	001	2014/3		EDUCAÇÃO / 2014																			
02	001	2014/3	1	Remodelação e/ou reparação de jardins de infância e escolas	02	07010305	E	100		08	01/2014	12/2014	0		100.000	100.000							100.000

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2014			Anos seguintes				
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)	Outros (h)	
02 FUNÇÕES SOCIAIS																						
02 001 EDUCAÇÃO																						
02	001	2014/3	2	Elaboração de projetos	02 07010305	O		100	08	01/2014	12/2014	0		50	50					50		
02	001	2014/3	3	Aquisição de equipamento básico	02 07011002	O		100	07	01/2014	12/2014	0		350.000	350.000					350.000		
02	001	2014/3	4	Aquisição de equipamento informático	02 070107	O		100	07	01/2014	12/2014	0		200.000	200.000					200.000		
02	001	2014/3	5	Aquisição de terrenos	02 070101	O		100	07	01/2014	12/2014	0		50	50					50		
Totais do Programa 001:													4.544.146	2.675.251	2.675.251	0	26.515.000	0	0	0	0	33.734.397
02 002 SAÚDE																						
SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE / 2009																						
02	002	2009/5	1	Aquisição de terrenos para construção do novo hospital	02 070101	O		100	07	01/2009	12/2014	0		50	50					50		
Totais do Programa 002:													0	50	50	0	0	0	0	0	0	50
02 003 HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS																						
HABITAÇÃO/2004																						
02	003	2004/6	2	Const. habitações e obras urbaniz. em Milhazes	02 07010201	E		100	08	01/2006	12/2014	4	56.405	131.700	131.700					188.105		
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO/2006																						
02	003	2006/7	2	Requalificação da Urbanização Altamira - Arcozelo	02 07010401	E		100	08	01/2007	12/2015	0		50	50		150.000			150.050		
02	003	2006/7	9	Requalificação da Urbanização Quinta do Brigadeiro	02 07010401	E		100	08	04/2006	12/2015	0					300.000			300.000		
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO / 2007																						
02	003	2007/7	3	Via de acesso à Central de Camionagem	02 07010401	E		100	08	01/2007	12/2016	0		50	50		1.000.000	1.000.000		2.000.050		
02	003	2007/7	10	Acessibilidades imediatas aos campos do IPCA	02 07010401	E		100	08	09/2007	12/2015	2	10.328	100.000	100.000		300.000			410.328		
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO / 2008																						
02	003	2008/7	1	Arranjo urbanístico da Escola EB2, 3 de Manhente	02 07010401	E		100	08	01/2008	12/2015	0					1.300.000			1.300.000		
02	003	2008/7	2	Acesso e arranjo urbanístico junto à Escola Vila Cova	02 07010401	E		100	08	01/2008	12/2015	0					200.000			200.000		
02	003	2008/7	6	Arranjo urbanístico do Terreiro de Negreiros	02 07010401	E		100	08	01/2008	12/2015	0					200.000			200.000		
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO / 2009																						
02	003	2009/7	1	Arranjo urb. junto à igreja com sanitários - Alheira	02 07010401	E		100	08	01/2009	12/2015	0					225.000			225.000		
02	003	2009/7	2	Requalificação da Rua da Olivença - Barcelos	02 07010401	E		100	08	01/2009	12/2015	0					225.000			225.000		
02	003	2009/7	7	Arranjo urb. junto à Igreja de - Lijó	02 07010401	E		100	08	01/2009	12/2016	0					75.000	25.000		100.000		
02	003	2009/7	9	Arranjo urb. Rua das Oliveiras - CV 2027 - Oliveira	02 07010401	E		100	08	01/2009	12/2015	0					250.000			250.000		
RECURSOS NATURAIS / 2009																						
02	003	2009/11	2	Reconstrução da levada da Ponte Medieval	02 07010413	E		100	08	01/2009	12/2014	0		50	50					50		



Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas						Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2014			Anos seguintes				
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)		Outros (h)
02 FUNÇÕES SOCIAIS																						
02 003 HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS																						
02	003	2011/7		ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO / 2011																		
02	003	2011/7	1	Alargamento e reabilitação da ponte sobre a Ribeira de S. Vicente em Fragoso	02	07010401	E	100		08	01/2011	12/2015	0			252.000	252.000					
02	003	2011/7	5	Obra Requalificação e estacionamento de veículos em V.F.S.Martinho	02	07010401	E	100		08	04/2011	12/2015	0	50	50	250.000	250.050					
02	003	2012/7		ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO / 2012																		
02	003	2012/7	2	Reabilitação da Av. dos Combatentes da Grande Guerra	02	07010401	E	100		08	01/2012	12/2015	0	50	50	500.000	500.050					
02	003	2013/7		ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO / 2013																		
02	003	2013/7	1	Requalificação da Av. João Duarte e Av D. Nuno Álvares Pereira	02	07010401	E	100		08	01/2013	12/2014	3	454.805	321.534	321.534	776.339					
02	003	2013/7	2	Passagem superior sobre o corredor verde da Ribeira de Patarro	02	07010401	E	15	85	08	01/2013	12/2015	0		612.000	612.000	200.000	812.000				
02	003	2013/7	6	Req. Urb. zona envolvente Passos dos Condes/Duques e à Igreja Matriz de Barcelos	02	07010401	E	15	85	08	11/2013	12/2015	0	2.275.000	2.275.000	300.000	2.575.000					
02	003	2013/11		RECURSOS NATURAIS / 2013																		
02	003	2013/11	1	Valorização do Rio Cávado	02	07010413	E	15	85	09	01/2013	12/2014	2	6.480	100.000	100.000	106.480					
02	003	2014/7		ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO / 2014																		
02	003	2014/7	1	Pequenos arranjos urbanísticos	02	07010401	E	100		08	01/2014	12/2014	0		200.000	200.000	200.000					
02	003	2014/7	2	Estudos, projetos e levantamentos topográficos	02	07010401	O	100		08	01/2014	12/2014	0		100.000	100.000	100.000					
02	003	2014/7	3	Aquisição de terrenos	02	070101	O	100		07	01/2014	12/2014	0		50	50	50					
02	003	2014/8		SANEAMENTO / 2014																		
02	003	2014/8	1	Saneamento da estação elevatória de Barcelinhos para rede pública	02	07010402	E	100		09	01/2014	12/2015	0		50	50	300.000	300.050				
02	003	2014/8	2	Pequenas obras de saneamento	02	07010402	E	100		09	01/2014	12/2014	0		12.000	12.000	12.000					
02	003	2014/10		RESÍDUOS SÓLIDOS / 2014																		
02	003	2014/10	1	Aquisição de material para depósito e recolha de lixo	02	07011001	O	100		23	01/2014	12/2014	0		150.000	150.000	150.000					
02	003	2014/10	2	Aquisição e reparação de equipamento de transporte	02	07010601	O	100		23	01/2014	12/2014	0		300.000	300.000	300.000					
02	003	2014/10	3	Aquisição de maquinaria e equipamento	02	07011002	O	100		23	01/2014	12/2014	0		80.000	80.000	80.000					
02	003	2014/11		RECURSOS NATURAIS / 2014																		
02	003	2014/11	1	Recuperação linha de água e outros recursos naturais	02	07010413	E	100		23	01/2014	12/2014	0		50	50	50					
02	003	2014/11	2	Drenagem de águas pluviais	02	07010402	E	100		23	01/2014	12/2014	0		300.000	300.000	300.000					
02	003	2014/12		PARQUES E JARDINS / 2014																		
02	003	2014/12	1	Requalificação da Fonte Cibernética	02	07010401	E	100		08	01/2014	12/2014	0		100.000	100.000	100.000					
02	003	2014/12	2	Aquisição de terrenos	02	070101	A	100		07	01/2014	12/2014	0		50	50	50					

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Despesas						Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)								
														2014			Anos seguintes											
		Ano / N°	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim		Realizado (a)	Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2015 (e)	2016 (f)		2017 (g)	Outros (h)						
02 FUNÇÕES SOCIAIS																												
02 003 HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS																												
02	003	2014/12	3	Aquisição de maquinaria e equipamento	02 07011002	O		100		12	01/2014	12/2014	0							120.000	120.000							120.000
02	003	2014/12	4	Aquisição e reparação de equipamento de transporte	02 07010602	O		100		12	01/2014	12/2014	0							25.000	25.000							25.000
02 003 2014/13 HIGIENE PÚBLICA / 2014																												
02	003	2014/13	1	Sanitários	02 07010413	E		100		23	01/2014	12/2014	0							50	50							50
02 003 2014/14 CEMITÉRIOS / 2014																												
02	003	2014/14	1	Pequenas obras no cemitério	02 07010412	E		100		23	01/2014	12/2014	0							87.000	87.000							87.000
02	003	2014/14	2	Equipamentos de cemitério	02 07011002	O		100		03	01/2014	12/2014	0							5.000	5.000							5.000
02 003 2014/25 HABITAÇÃO / 2014																												
02	003	2014/25	2	Obras de beneficiação em habitação social	02 07010203	E		100		08	01/2014	12/2014	0							25.000	25.000							25.000
														Totais do Programa 003:		528.018	5.044.734	5.044.734	0	6.027.000	1.025.000	0	0	12.624.752				
02 004 SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS																												
02 004 2005/16 DESPORTO, RECREIO E LAZER/2005																												
02	004	2005/16	3	Polidesportivo de Pereira	02 07010406	E		100		08	01/2005	12/2014	2							153.108	153.108							153.108
02 004 2010/16 DESPORTO, RECREIO E LAZER / 2010																												
02	004	2010/16	7	Construção do pavilhão gimnodesportivo de Fragoso	02 07010406	E		100		08	01/2010	12/2015	0							50	50	650.000						650.050
02 004 2011/15 CULTURA / 2011																												
02	004	2011/15	1	Intervenção na Estação Arqueológica do Castelo de Faria	02 07010307	E		100		08	01/2011	12/2015	0							50	50	100.000						100.050
02	004	2011/15	2	Recuperação da Casa Rosa Ramalho	02 07010307	E		100		08	01/2011	12/2015	3							50	50	250.000						250.050
02	004	2011/15	3	Recuperação edifício em frente ao Museu Olaria para Centro de Exposição pela Arte	02 07010307	E		100		08	01/2011	12/2016	0							50	50	400.000	400.000					800.050
02	004	2011/15	4	Museu do Rio	02 07010307	E		100		08	01/2011	12/2015	0							50	50	100.000						100.050
02 004 2014/15 CULTURA / 2014																												
02	004	2014/15	1	Adaptação do Teatro Gil Vicente	02 07010307	E		100		08	01/2014	12/2014	0							158.889	158.889							158.889
02	004	2014/15	2	Aquisição de equipamento para área cultural	02 07011002	O		100		24	01/2014	12/2014	0							5.000	5.000							5.000
02 004 2014/16 DESPORTO, RECREIO E LAZER / 2014																												
02	004	2014/16	1	Ecovia do Cávado	02 07010406	E		100		08	01/2014	12/2016	0							50	50	500.000	1.000.000					1.500.050
02	004	2014/16	2	Construção de parques infantis	02 07010406	E		100		08	01/2014	12/2014	0							25.000	25.000							25.000
02	004	2014/16	3	Obras em instalações desportivas, de recreio e lazer	02 07010406	E		100		08	01/2014	12/2014	0							50.000	50.000							50.000
02	004	2014/16	4	Aquisição de terrenos	02 070101	O		100		07	01/2014	12/2014	0							50	50							50

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				2014				Anos seguintes											
							AC	AA	FC		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)	Outros (h)			
02 FUNÇÕES SOCIAIS																						
02 004 SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS																						
02	004	2014/16	5	Aquisição de equipamento desportivo, recreativo e de lazer	02	07011002	O	100		07	01/2014	12/2014	0	50.000	50.000					50.000		
Totais do Programa 004:														0	442.347	442.347	0	2.000.000	1.400.000	0	0	3.842.347
Totais do Objetivo 02:														5.072.164	8.162.382	8.162.382	0	34.542.000	2.425.000	0	0	50.201.546
03 FUNÇÕES ECONÓMICAS																						
03 001 INDÚSTRIA E ENERGIA																						
ILUMINAÇÃO PÚBLICA / 2014																						
03	001	2014/17	1	Melhoria da iluminação pública	02	07010404	E	100		13	01/2014	12/2014	0	50.000	50.000					50.000		
03	001	2014/17	2	Eficiência energética na iluminação pública do Cávado	02	07010404	E	15	85	13	01/2014	12/2014	0	840.000	840.000					840.000		
Totais do Programa 001:														0	890.000	890.000	0	0	0	0	0	890.000
03 002 TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES																						
REDE VIÁRIA / 2008																						
03	002	2008/18	3	Modernização da EM 505 entre EN 306(Barcelinhos) e 306-1(Carvalhas)	02	07010408	E	100		08	01/2008	12/2016	0	50	50	1.800.000	1.000.000			2.800.050		
03	002	2008/18	8	Requalificação CM 1114 - Vila Sêca	02	07010408	E	100		08	01/2008	12/2015	0			500.000				500.000		
REDE VIÁRIA / 2009																						
03	002	2009/18	1	Ligação à variante da EN 103 em Rio Côvo Santa Eugénia	02	07010408	E	100		08	01/2009	12/2016	0	50	50	1.500.000	1.000.000			2.500.050		
03	002	2009/18	6	Alargamento e pav. Rua da Junqueira - Várzea	02	07010408	E	100		08	01/2009	12/2014	3	27.810	220.547	220.547					248.357	
03	002	2009/18	8	Requalificação espaço exterior Bairro Misericórdia - Fase 3: execução arruamento entre a Avª Nossa Srª Franqueira e Rua Casal de Nil - Vila F.S. Martinho	02	07010408	E	100		08	01/2009	12/2015	0		50	50	150.000				150.050	
03	002	2009/18	12	Construção de passeios EN 103 - Abade de Neiva	02	07010408	E	100		08	01/2009	12/2016	0			100.000	100.000			200.000		
03	002	2009/18	15	Pavimentação da EM 561 desde Sequeade até ao limite do concelho	02	07010408	E	100		08	01/2009	12/2015	0	7.884	1.335.600	1.335.600	552.000				1.895.484	
03	002	2009/18	24	Alargamento do caminho Fonte Rio - Lama	02	07010408	E	100		08	01/2009	12/2015	0			250.000				250.000		
03	002	2009/18	26	Alargamento e pavimentação da Rua da Igreja - Manhente	02	07010408	E	100		08	01/2009	12/2015	0		50	50	250.000				250.050	
REDE VIÁRIA / 2011																						
03	002	2011/18	1	Reabilitação da EM entre Viatodos e Grimancelos 2.ª fase	02	07010408	E	100		08	01/2011	12/2015	0			200.000				200.000		
03	002	2011/18	2	Pequenas obras em caminhos	02	07010408	E	100		08	01/2011	12/2014	4	136.776	230.995	230.995					367.771	
REDE VIÁRIA / 2012																						

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2014

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				2014				Anos seguintes											
							AC	AA	FC		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	2015 (e)	2016 (f)	2017 (g)	Outros (h)			
03 FUNÇÕES ECONÓMICAS																						
03 002 TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES																						
03	002	2012/18	1	Variante à EN 306 com ligação à rotunda do Andorinhas	02 07010408	E		100		08	01/2012	12/2016	0		50	50	1.500.000	2.000.000			3.500.050	
03	002	2012/18	5	Pequenas obras em caminhos	02 07010408	E		100		08	01/2012	12/2014	3		93.320	93.320					93.320	
03 002 2012/19 TRANSPORTES E SINALIZAÇÃO / 2012																						
03	002	2012/19	4	Construção de gares autocarros Barcelinhos e Silveiros	02 07010401	E		100		23	01/2012	12/2015	0		50	50	50.000				50.050	
03 002 2013/18 REDE VIÁRIA / 2013																						
03	002	2013/18	1	Reconstrução do Pontão no CM 1140, em Macieira de Rates	02 07010408	E		100		08	01/2014	12/2014	0		202.354	202.354					202.354	
03	002	2013/18	2	Pequenas obras em caminhos	02 07010408	E		100		08	01/2013	12/2014	2	50.254	386.160	386.160					436.414	
03 002 2014/18 REDE VIÁRIA / 2014																						
03	002	2014/18	1	Beneficiação do CM 1115 entre Milhazes e Faria	02 07010408	E		100		08	01/2014	12/2015	0		50	50	1.200.000				1.200.050	
03	002	2014/18	2	Pequenas obras em caminhos	02 07010408	E		100		08	01/2014	12/2014	0		500.000	500.000					500.000	
03	002	2014/18	3	Elaboração de projetos	02 07010408	O		100		08	01/2014	12/2014	0		9.500	9.500					9.500	
03	002	2014/18	4	Aquisição de terrenos	02 070101	O		100		07	01/2014	12/2014	0		50	50					50	
03 002 2014/19 TRANSPORTES E SINALIZAÇÃO / 2014																						
03	002	2014/19	1	Aquisição e reparação de material de transporte	02 07010602	O		100		23	01/2014	12/2014	0		50.000	50.000					50.000	
03	002	2014/19	2	Aquisição de maquinaria e equipamento	02 07010602	O		100		23	01/2014	12/2014	0		50.000	50.000					50.000	
03	002	2014/19	3	Sinalização e semaforização	02 07010409	O		100		23	01/2014	12/2014	0		100.000	100.000					100.000	
03	002	2014/19	4	Aquisição e construção de abrigos	02 07010409	E		100		23	01/2014	12/2014	0		68.000	68.000					68.000	
Totais do Programa 002:													222.724	3.246.876	3.246.876	0	8.052.000	4.100.000	0	0	15.621.600	
Totais do Objetivo 03:													222.724	4.136.876	4.136.876	0	8.052.000	4.100.000	0	0	16.511.600	
04 OUTRAS FUNÇÕES																						
04 002 DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS																						
04 002 2014/24 EXERCÍCIO DE COMPETÊNCIAS / 2014																						
04	002	2014/24	1	Obras particulares para salvaguarda do interesse público	02 070115	E		100		01	01/2014	12/2014	0		44.789	44.789					44.789	
04	002	2014/24	2	Exercício do direito de preferência na aquisição de terrenos	02 070101	O		100		07	01/2014	12/2014	0		50	50					50	



MAPAS ANEXOS





Encargos Anuais com Empréstimos Bancários





EMPRÉSTIMOS

MUNICÍPIO DE BARCELOS

Ano
Mapa Previsional

Caracterização do Empréstimo	Data de aprovação pela A.M.	Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade do empréstimo	Capital		Taxa de juro		Encargos do ano				Encargos do ano vencidos e não pagos	Dívida em 1 de Janeiro	Dívida em 31 de Dezembro	Obs
					Nº Reg	Data		Contratado	Utilizado	Inicial	Actual	Amortização	Juros	Total	Juros de mora				
Curto prazo																			
TOTAL																			
Médio e Longo Prazo																			
C.G.D. - INVEST.	25.09.98	31.12.98	20	15	44.310	09.12.98	N	12.469.947,42 €	12.469.947,42 €	3,37	0,9840	650.000,00 €	15.000,00 €	665.000,00 €		4.075.002,31 €	3.425.002,31 €		
BST - INVEST.	13.07.01	18.07.01	20	12	2.465	26.07.01	N	9.975.957,94 €	9.975.957,94 €	4,6748	1,3195	540.000,00 €	30.000,00 €	570.000,00 €		4.043.289,08 €	3.503.289,08 €		
BCP - INVEST.	05.05.02	06.05.02	20	11	1.125	23.05.02	N	15.000.000,00 €	15.000.000,00 €	4,25	2,0950	900.000,00 €	110.000,00 €	1.010.000,00 €		7.816.459,64 €	6.916.459,64 €		
C.G.D. - INVEST.	22.02.02	19.07.02	12	11	1.949	28.08.02	I	230.444,63 €	217.817,24 €	1,125	2,1700	21.000,00 €	1.000,00 €	22.000,00 €		21.000,00 €	0,00 €		
C.G.D. - INVEST.	22.02.02	19.07.02	12	11	1.951	28.08.02	I	200.516,75 €	192.316,93 €	1,125	2,1700	19.000,00 €	1.000,00 €	20.000,00 €		19.000,00 €	0,00 €		
C.G.D. - INVEST.	22.02.02	19.07.02	15	11	1.952	28.08.02	I	332.698,20 €	290.850,64 €	1,125	2,1700	21.500,00 €	2.000,00 €	23.500,00 €		85.234,81 €	63.734,81 €		
C.G.D. - INVEST.	22.02.02	19.07.02	12	11	1.955	28.08.02	I	209.495,12 €	169.017,29 €	1,125	2,1700	16.500,00 €	1.000,00 €	17.500,00 €		16.500,00 €	0,00 €		
C.G.D. - INVEST.	22.02.02	19.07.02	20	11	1.957	28.08.02	I	515.657,27 €	412.481,57 €	1,125	2,1700	22.000,00 €	4.000,00 €	26.000,00 €		196.121,23 €	174.121,23 €		
C.G.D.-INVEST.	17.12.04	09.02.05	12	8	2.046	13.10.05	I	396.017,00 €	396.017,00 €	2,579	1,9000	40.000,00 €	1.500,00 €	41.500,00 €		137.809,05 €	97.809,05 €		
C.G.D.-INVEST.	17.12.04	09.02.05	12	8	2.047	13.10.05	I	299.953,00 €	299.953,00 €	2,579	1,9000	30.000,00 €	1.500,00 €	31.500,00 €		104.973,45 €	74.973,45 €		
C.G.D.-INVEST.	28.12.05	03.03.06	20	7	3.093	20.03.06	N	2.267.626,00 €	2.267.626,00 €	2,782	1,0910	135.000,00 €	15.000,00 €	150.000,00 €		1.658.232,97 €	1.523.232,97 €		
C.G.D.-INVEST.	15.12.06	13.11.06	20	7	2.219	14.03.07	N	2.500.000,00 €	2.064.240,22 €	4,268	1,0410	116.000,00 €	9.000,00 €	125.000,00 €		1.543.512,61 €	1.427.512,61 €		
C.G.D.-INVEST.	28.09.12	12.10.12	12	1	1.482	21022013	N	2.250.988,38 €	2.060.000,00 €	6,643		150.000,00 €	145.000,00 €	295.000,00 €		2.060.000,00 €	1.910.000,00 €		
C.G.D.-INVEST.	15.11.13	21.11.13	15				N	2.243.585,00 €	2.243.585,00 €			0,00 €	100.000,00 €	100.000,00 €		0,00 €	2.243.585,00 €		
TOTAL								47.161.420,46 €	46.419.666,97 €			2.661.000,00 €	436.000,00 €	3.097.000,00 €	0,00 €	21.777.135,15 €	21.359.720,15 €		

Orgão executivo
Em _____ de _____ de 20____

Orgão deliberativo
Em _____ de _____ de 20____



Transferências para as Freguesias





Mapa de Transferências para as Freguesias no Âmbito do Protocolo

FREGUESIA	Valor do Protocolo	FREGUESIA	Valor do Protocolo
Abade de Neiva	65.730,00 €	Paradela	48.538,00 €
Aborim	47.496,00 €	Pereira	50.954,00 €
Adães	45.682,00 €	Perelhal	60.934,00 €
Airó	45.682,00 €	Pousa	73.834,00 €
Aldreu	45.682,00 €	Remelhe	55.766,00 €
Alvelos	67.606,00 €	Roriz	68.192,00 €
Arcozelo	182.188,00 €	Rio Covo Sta Eugénia	47.542,00 €
Areias S. Vicente	46.666,00 €	Silva	45.682,00 €
Balugães	45.682,00 €	Tamel S. Veríssimo	81.776,00 €
Barcelinhos	57.264,00 €	Ucha	52.306,00 €
Barqueiros	67.840,00 €	Várzea	47.542,00 €
Cambeses	47.718,00 €	Vila Sêca	52.784,00 €
Carapeços	69.166,00 €	União das Freguesias de Alheira e Igreja Nova	97.872,00 €
Carvalhoal	49.812,00 €	União das Freguesias de Alvito (São Pedro e São Martinho) e Couto	137.048,00 €
Carvalhas	45.682,00 €	União das Freguesias de Areias de Vilar e Encourados	100.194,00 €
Cossourado	47.912,00 €	União das Freguesias de Barcelos, Vila Boa e Vila Frecainha (São Martinho e São Pedro)	249.262,00 €
Cristelo	66.376,00 €	União das Freguesias de Campo e Tamel (São Pedro Fins)	91.366,00 €
Fornelos	45.682,00 €	União das Freguesias de Carreira e Fonte Coberta	98.374,00 €
Fragoso	74.380,00 €	União das Freguesias de Chorente, Goios, Courel, Pedra Furada e Gual	228.414,00 €
Galegos Santa Maria	67.980,00 €	União das Freguesias de Creixomil e Mariz	91.366,00 €
Galegos São Martinho	53.556,00 €	União das Freguesias de Durrães e Tregosa	91.366,00 €
Gilmonde	56.388,00 €	União das Freguesias de Gamil e Midões	91.366,00 €
Lama	47.542,00 €	União das Freguesias de Milhazes, Vilar de Figs e Faria	137.376,00 €
Lijó	67.332,00 €	União das Freguesias de Negreiros e Chavão	105.844,00 €
Macieira	68.970,00 €	União das Freguesias de Quintiães e Aguiar	91.366,00 €
Manhente	56.230,00 €	União das Freguesias de Sequeade e Bastuço (São João e Santo Estevão)	137.048,00 €
Martim	69.246,00 €	União das Freguesias de Silveiros e Rio Covo (Santa Eulália)	95.660,00 €
Moure	45.682,00 €	União das Freguesias de Tamel (Santa Leocádia) e Vilar do Monte	91.366,00 €
Oliveira	48.574,00 €	União das Freguesias de Viatodos, Grimancelos, Minhotães e Monte de Fralães	200.730,00 €
Palme	52.780,00 €	União de Freguesias de Vila Cova e Feitos	115.502,00 €
Panque	45.682,00 €	TOTAL	4.781.578,00 €



Mapa de Pessoal

Unidade orgânica/ centros de competência ou de produto/ área de atividades	Atribuições/competências/atividades	Cargos/carreiras/categorias											Área de formação académica e/ou profissional	Novos postos de trabalho		
		Diretor Municipal	Diretor de Departamento *	Chefe de Divisão *	Comandante Operacional Municipal	Dirigente intermédio 3ºGrau *	Técnico superior	Especialista de informática	Técnico de informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado geral operacional			Encarregado operacional	Assistente operacional
Medico Veterinário Municipal	Saúde Pública Veterinária; Higiene e Segurança Alimentar (Decreto-Lei nº 116/98, de 5/05).					1				1						
Serviço Municipal de Proteção Civil e Defesa da Floresta	Acompanhar permanentemente as operações de proteção e socorro que ocorram na área do concelho; Promover a elaboração dos planos prévios de intervenção com vista à articulação de meios face a cenários previsíveis; Promover reuniões periódicas de trabalho sobre matérias de âmbito exclusivamente operacional, com os comandantes dos corpos de bombeiros; Dar parecer sobre o material mais adequado à intervenção operacional no respetivo município; Comparecer no local do sinistro sempre que as circunstâncias o aconselhem; Assumir a coordenação das operações de socorro de âmbito municipal, nas situações previstas no plano de emergência municipal, bem como quando a dimensão do sinistro requeira o emprego de meios de mais de um corpo de bombeiros.				1	2										
	Acompanhar permanentemente as operações de proteção e socorro que ocorram na área do concelho; Promover a elaboração dos planos prévios de intervenção com vista à articulação de meios face a cenários previsíveis; Promover reuniões periódicas de trabalho sobre matérias de âmbito exclusivamente operacional, com os comandantes dos corpos de bombeiros; Dar parecer sobre o material mais adequado à intervenção operacional no respetivo município; Comparecer no local do sinistro sempre que as circunstâncias o aconselhem; Assumir a coordenação das operações de socorro de âmbito municipal, nas situações previstas no plano de emergência municipal, bem como quando a dimensão do sinistro requeira o emprego de meios de mais de um corpo de bombeiros.				1									12.º ano de escolaridade	c)	
	Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, no âmbito de atuação do serviço, designadamente, dar parecer sobre o material mais adequado à intervenção operacional no respetivo município; comparecer no local do sinistro sempre que as circunstâncias o aconselhem; acompanhamento das operações de socorro de âmbito municipal, nas situações previstas no plano de emergência municipal, bem como quando a dimensão do sinistro requeira o emprego de meios de mais de um corpo de bombeiros.						2							licenciatura na área de proteção civil	a)	
Agência Municipal de Investimento e Desenvolvimento Económico	O constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.			1		7				1			2			
	Artigo 15.º da Lei n.º 49/2012, de 29/08, e o aplicável constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.			1										licenciatura	c)	



Unidade orgânica/ centros de competência ou de produto/ área de atividades	Atribuições/competências/atividades	Cargos/carreiras/categorias											Área de formação académica e/ou profissional	Novos postos de trabalho					
		Diretor Municipal	Diretor de Departamento *	Chefe de Divisão *	Comandante Operacional Municipal	Dirigente intermédio 3ºGrau *	Técnico superior	Especialista de informática	Técnico de informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado geral operacional			Encarregado operacional	Assistente operacional			
Gabinete de Modernização Administrativa e Atendimento ao Município	O constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.			1			2	4	7	1	1								
	Artigo 15.º da Lei n.º 49/2012, de 29/08, e o aplicável constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.			1													licenciatura	c)	
	Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com grau de complexidade 2, designadamente, assegurar o bom desempenho e manutenção dos sistemas de informação e comunicação; garantir a segurança da informação; instalação, reparação e manutenção do parque informático e do software utilizado; monitorização dos espaços Internet; apoio informático às EB1's e JI's do concelho.									6								curso tecnológico, das escolas profissionais ou curso de qualificação de nível III na área de informática	a)
	Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com grau de complexidade 2, designadamente, assegurar o bom desempenho e manutenção dos sistemas de informação e comunicação; garantir a segurança da informação; instalação, reparação e manutenção do parque informático e do software utilizado; monitorização dos espaços Internet; apoio informático às EB1's e JI's do concelho.									3								12.º ano de escolaridade e formação complementar específica em informática	a)
	Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, designadamente, assegurar o bom desempenho e manutenção dos sistemas de informação e comunicação; garantir a segurança da informação; gestão de conteúdos do site do município; gestão de redes sociais; apoio na organização de eventos desenvolvidos pelo GMAAM; monitorização de Espaços Internet.							2										licenciatura na área de relações públicas	a)
Responsável pela segurança física e lógica dos SI e respetiva informação; definição e implementação de normas e políticas de segurança para os SI (hardware e software), incluindo guias e procedimentos para proteção dos sistemas. Definição e implementação de soluções tecnológicas de suporte às políticas de segurança dos SI (hardware e software); definição e implementação de plano de contingência para os SI para responder a incidentes que ponham em causa a segurança dos SI e sua informação; monitorização permanente da segurança dos SI. Definição de procedimentos e controlo dos acessos físicos e lógicos aos sistemas informáticos, aos servidores e redes de comunicação; responsável pela certificação dos SI na área de segurança e qualidade.							6										licenciatura na área de informática/ engenharia informática	a)	
Gabinete de Apoio Técnico	O constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.						3				6				1				
	Grupo de Trabalho do Plano Diretor Municipal - Reavaliação do trabalho efetuado, nomeadamente: estudos de caracterização; proposta de revisão da RAN; proposta de redefinição da REN e proposta de redefinição dos perímetros urbanos; Elaboração do Regulamento; Elaboração do relatório do PDM; Elaboração do relatório Ambiental.							5				1							
	Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, designadamente, Elaboração de informações e Pareceres Jurídicos em todas as áreas de atuação do Município. Elaboração de informações jurídicas no âmbito dos procedimentos administrativos das diversas unidades orgânicas que integram a moldura organizacional do Município. Elaboração e interpretação de Protocolos e diversos tipos de contratos a celebrar entre o Município e diversas instituições. Análise, instrução e elaboração de informações relativos a pedidos de indemnização, no âmbito da responsabilidade civil extracontratual.						4										licenciatura na área de direito	a)	



Unidade orgânica/ centros de competência ou de produto/ área de atividades	Atribuições/competências/atividades	Cargos/carreiras/categorias											Área de formação académica e/ou profissional	Novos postos de trabalho				
		Diretor Municipal	Diretor de Departamento *	Chefe de Divisão *	Comandante Operacional Municipal	Dirigente intermédio 3ºGrau *	Técnico superior	Especialista de informática	Técnico de informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado geral operacional			Encarregado operacional	Assistente operacional		
Gabinete de Apoio Técnico (cont.)	Elaboração de projetos de regulamentos municipais. Instrução de processos disciplinares. Prestação de esclarecimentos suscitados pelos colegas dos diversos serviços que integram a estrutura orgânica do Município. Recolha e tratamento de diplomas legais e regulamentares. Suporte jurídico transversal a todas as unidades orgânicas do Município. Acompanhamento de processos e solicitações de entidades externas. Acompanhamento de processos em Tribunal.																	
	Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, designadamente, Avaliação e triagem da documentação, fazendo a eliminação, respeitando os prazos definidos por lei. Zelar pela conservação e preservação da documentação, de forma a criar condições de acondicionamento ambientais e espaciais.						2										licenciatura na área de ciências da informação e da documentação	a)
	Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com grau de complexidade 2, designadamente, assegura o contacto entre os serviços; efetua a receção e entrega de expediente e encomendas; anuncia mensagens; transmite recados; presta informações verbais ou telefónicas; estampa correspondência.									1							12.º ano	a)
	Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, designadamente, desenvolvimento e execução de projetos com diversos graus de complexidade a área de produção de conteúdos e espaços noticiosos; execução de iniciativas no domínio da comunicação institucional; participar na definição das ações de comunicação internas e externas; implementar campanhas/iniciativas de comunicação.						1										licenciatura na área de comunicação	a)
Fiscalização Municipal/ Polícia Municipal	O constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.			1		3				12					2			
	Artigo 15.º da Lei n.º 49/2012, de 29/08, e o aplicável constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.			1												licenciatura	c)	
Gabinete de Desporto e Juventude	O constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.					3				2					1			
	Artigo 15.º da Lei n.º 49/2012, de 29/08, e o aplicável constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.				1											licenciatura	c)	
	Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, designadamente, no âmbito de atividades no domínio da juventude; Estabelecimento e execução de programas especiais para a juventude, no âmbito da casa da juventude; Colaborar em todas as atividades da Casa da Juventude; Elaborar relatórios dos projetos e atividades promovidas pela Casa da Juventude.						1										licenciatura na área de gestão e planeamento em turismo	a)
	Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, designadamente, no âmbito de atuação da unidade orgânica.						2										licenciatura na área de educação/desporto	a)
	Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, execução de tarefas de apoio elementares, responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos, com grau de complexidade 1, designadamente, no âmbito de atuação da unidade orgânica.														2		escolaridade obrigatória	a)



Unidade orgânica/ centros de competência ou de produto/ área de atividades	Atribuições/competências/atividades	Cargos/carreiras/categorias											Área de formação académica e/ou profissional	Novos postos de trabalho			
		Diretor Municipal	Diretor de Departamento *	Chefe de Divisão *	Comandante Operacional Municipal	Dirigente intermédio 3ºGrau *	Técnico superior	Especialista de informática	Técnico de informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado geral operacional			Encarregado operacional	Assistente operacional	
Divisão de Educação, Desenvolvimento Social, Cultura e Museus	O constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.			1		5	1			2							
	Artigo 15.º da Lei n.º 49/2012, de 29/08, e o aplicável constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.			1											licenciatura	c)	
	Grupo de Trabalho do Arquivo Municipal - Definir e implementar uma política arquivística que facilite a organização, tratamento e difusão da documentação, nomeadamente, coordenar e gerir os arquivos do município, o Arquivo Geral Intermédio e o Arquivo Histórico; elaborar um regulamento geral para os diversos arquivos; avaliar, selecionar e eliminar a documentação que integra os arquivos ; implementar uma gestão integrada que permita o acesso dos investigadores e do público em geral a toda a informação municipal tanto definitiva/permanente, como a corrente, através da incorporação periódica dos documentos triados ou selecionados procedentes de vários pontos da administração municipal e na modelagem, acompanhamento e visionamento da informação documental corrente nos vários serviços, via informática.					1					3		1				
	Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, designadamente, exercer funções relativas ao Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º ciclo do Ensino Básico, designadamente, lecionar atividade física e desportiva, inglês, atividades lúdico-expressivas, música, de entre outras previstas no "Programa".					200									licenciatura ou qualificação habilitante	b)	
	Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com grau de complexidade 2, designadamente, exercício de funções de apoio a alunos, docentes e encarregados de educação entre e durante as atividades letivas, assegurando uma estreita colaboração no processo educativo, nomeadamente, o desempenho das seguintes funções: Participar em ações que visem o desenvolvimento pessoal e cívico de crianças e jovens e favoreçam um crescimento saudável; Exercer tarefas de apoio à atividade docente de âmbito curricular e de enriquecimento do currículo; Exercer tarefas de enquadramento e acompanhamento de crianças e jovens, nomeadamente no âmbito da animação sócio-educativa e de apoio à família; Cooperar com os serviços especializados de apoio sócio-educativo; Prestar apoio específico a crianças e jovens portadores de deficiência; Colaborar no despiste de situações de risco social, internas e externas, que ponham em causa o bem-estar de crianças e jovens e da escola.										2				12.º ano e/ou curso que lhe seja equiparado	a)	
Assegurar as condições de higiene, segurança e organização do local onde as crianças se encontram, assim como dos brinquedos e outros materiais utilizados; Acompanhar e dar as refeições ou auxiliar as crianças durante o período da refeição (no horário de trabalho); Prestar cuidados de higiene pessoal às crianças e auxiliá-las nestas tarefas; Apoiar a Educadora de Infância no desenvolvimento das atividades lúdico pedagógicas em sala ou no espaço de recreio/logradouro das atividades; Proceder à receção e entrega das crianças (no período normal estabelecido na Lei); Vigiar as crianças nas salas de atividades (na ausência da Educadora), nos espaços de recreio, de repouso e de refeição, garantindo e promovendo a sua segurança, bem estar e higiene; Colaborar com a Educadora de Infância no desenvolvimento e acompanhamento das atividades a desenvolver com as crianças, quer a nível externo, bem como nas deslocações e transporte para fora do jardim (passeios, excursões, visitas de estudo); Vigiar a turma na ausência da Educadora de Infância;																	



Unidade orgânica/ centros de competência ou de produto/ área de atividades	Atribuições/competências/atividades	Cargos/carreiras/categorias											Área de formação académica e/ou profissional	Novos postos de trabalho		
		Diretor Municipal	Diretor de Departamento *	Chefe de Divisão *	Comandante Operacional Municipal	Dirigente intermédio 3ºGrau *	Técnico superior	Especialista de informática	Técnico de informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado geral operacional			Encarregado operacional	Assistente operacional
Divisão de Educação, Desenvolvimento Social, Cultura e Museus (cont.)	<p>Cuidar de crianças com necessidades educativas específicas, colaborando na execução das atividades, no desenvolvimento e no acompanhamento das atividades quotidianas e de tempos livres; Transmitir aos encarregados de educação e/ou Educadora de Infância eventuais problemas de saúde ou outros assuntos relativos às rotinas diárias das crianças (recolhidas ou dadas pela Educadora e/ou pais); Acompanhar e apoiar as crianças no desenvolvimento de atividades pedagógicas e lúdicas fora das atividades normais; Atendimento e encaminhamento dos utilizadores do Jardim de Infância, bem como controlar entradas e saídas de pessoas e/ou agentes educativos; Prestar apoio e assistência em situações de primeiros socorros e, em caso de necessidade, acompanhar a criança à unidade de saúde; Estabelecer contactos telefónicos, prestar informações e transmitir recados, apenas aos interessados no processo educativo; Reproduzir documentos (fotocópias) desde que autorizada; Assegurar o controlo de gestão dos materiais necessários ao funcionamento do Jardim de Infância (material didático, material de desgaste ou consumíveis, de limpeza, equipamentos e instrumentos);</p> <p>Ser o elo da comunidade educativa (educadores, aluno, encarregados de educação, funcionários, visitantes); Lutar pela manutenção do espírito de ajuda/colaboração entre todos os agentes educativos (Educadora, pais, alunos, comunidade, autarquia); Fazer prevalecer as relações interpessoais e humanas entre o meio e a Escola/Jardim de Infância.</p>												12	escolaridade obrigatória	a)	
Gabinete de Ação Social e Saúde Pública	O constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.					1	6				1					
	Artigo 15.º da Lei n.º 49/2012, de 29/08, e o aplicável constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.					1									licenciatura	c)
	Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, designadamente, nas áreas de intervenção social, marginalidade, delinquência e carências económicas; carências de cuidados de saúde e qualidade de vida; proteção à infância e à terceira idade; acompanhamento das famílias/ indivíduos que estão a beneficiar do apoio à renda.						3								licenciatura na área de educação	a)
	Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, designadamente, Funções na coordenação da rede social de Barcelos. Integração do grupo operativo da supra concelhia. Responsável do Banco Local do Voluntariado. Representação da Rede Social na modalidade alargada da CPCJ. Membro da equipa da universidade sénior de Barcelos. Colaboração no Programa da rede portuguesa das cidades saudáveis; atendimento à população no âmbito do Apoio à Participação do pagamento da Renda de casa; avaliação dos processos das situações que estão a beneficiar do apoio à participação da renda de casa; acompanhamento das famílias/ indivíduos que estão a beneficiar do apoio à renda; integra o Núcleo Local de Inserção do Rendimento Social de Inserção como entidade parceira obrigatória; avaliação, triagem das pessoas para a colocação de próteses dentárias no âmbito do projeto "Barcelos a Sorrir"; medida Inov-Social.						4								licenciatura na área de serviço social	a)
Gabinete de Educação	O constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.					1	4				5			36		
	Artigo 15.º da Lei n.º 49/2012, de 29/08, e o aplicável constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.					1									licenciatura	c)



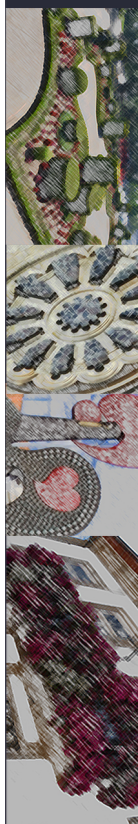
Unidade orgânica/ centros de competência ou de produto/ área de atividades	Atribuições/competências/atividades	Cargos/carreiras/categorias											Área de formação académica e/ou profissional	Novos postos de trabalho					
		Diretor Municipal	Diretor de Departamento *	Chefe de Divisão *	Comandante Operacional Municipal	Dirigente intermédio 3ºGrau *	Técnico superior	Especialista de informática	Técnico de informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado geral operacional			Encarregado operacional	Assistente operacional			
Gabinete de Cultura, Museus e Arquivo	O constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.					1	10						12			8			
	Artigo 15.º da Lei n.º 49/2012, de 29/08, e o aplicável constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.					1											licenciatura	c)	
	Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, designadamente, execução de trabalhos específicos, elaboração de estudos, e desenvolvimento de projetos, no âmbito da arqueologia.						1											licenciatura na área de arqueologia	a)
	Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, designadamente, Registo de documentos/ monografias, publicações periódicas, material gráfico e multimédia. Tratamento técnico dos documentos; Digitalização do acervo bibliográfico; Tratamento técnico retrospectivo dos documentos; Pesquisa, tratamento e digitalização de notícias da imprensa local e nacional, relativa à cerâmica, às atividades do Concelho de Barcelos, ao Museu da Olaria e também à história local; enriquecimento do espólio documental do Centro de Documentação com a pesquisa e tratamento de analíticos; Verificação dos catálogos de livreiros e alfarrabistas com o objetivo de adquirir alguma publicação de interesse para o Centro de Documentação; Receber as publicações das várias instituições e enviar as publicações do Museu de Olaria;						2											licenciatura na área de ciências históricas, ramo educacional	a)
	Tratamento técnico documental do acervo bibliográfico dos Serviços de Arqueologia. Elaboração/ revisão de conteúdos, desenvolvidos no museu. Manutenção da página Web do Museu. Colaboração na organização de exposições. Revisão de provas de publicações. Trabalhos de investigação. Organização e arquivo da correspondência expedida e recebida pelo Museu.																		
	Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, execução de tarefas de apoio elementares, responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos, com grau de complexidade 1, designadamente, Preparação e realização de visitas escolares. No âmbito do Serviço Educativo e de Animação (SEA), preparação do material para as atividades práticas, limpeza do material utilizado nas atividades do material utilizado na realização das peças que produz, produção de peças, apoio na realização das atividades, preparação do vidro, vidragem e limpeza de azulejos e peças realizadas, aplicação de verniz nas peças pintadas nas atividades, colocar a secar e a cozer as peças resultantes das atividades, pelos grupos e também as peças produzidas na roda e em moldes. Embalamento e acondicionamento destas. Transporte e montagem de vidros, plintos, vitrinas e peças.															3		escolaridade obrigatória	a)
	Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, designadamente, no âmbito de atuação da Divisão.						7											licenciatura na área de gestão do património/ licenciatura na área de turismo/ licenciatura na área de relações públicas	a)
	Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com grau de complexidade 2, designadamente, vigilância e apoio à sala de leitura de adultos e crianças; acondicionamento de livros e publicações; apoio ao auditório e exposições; atendimento ao público e pesquisa de informação; elaboração de dossiers temáticos; orientação e consulta bibliográficas.													1				12.º ano e/ou curso que lhe seja equiparado	a)
Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com grau de complexidade 2, designadamente, atividades pedagógicas no âmbito dos objetivos pedagógicos do Museu.													1				12.º ano e/ou curso que lhe seja equiparado	a)	



Unidade orgânica/ centros de competência ou de produto/ área de atividades	Atribuições/competências/atividades	Cargos/carreiras/categorias											Área de formação académica e/ou profissional	Novos postos de trabalho			
		Diretor Municipal	Diretor de Departamento *	Chefe de Divisão *	Comandante Operacional Municipal	Dirigente intermédio 3ºGrau *	Técnico superior	Especialista de informática	Técnico de informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado geral operacional			Encarregado operacional	Assistente operacional	
Gabinete de Cultura, Museus e Arquivo (cont.)	Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com grau de complexidade 2, leitura e animação da hora do conto, no âmbito da rede itinerante das bibliotecas escolares do concelho; dinamização e animação das bibliotecas escolares.												1			12.º ano e/ou curso que lhe seja equiparado	a)
	Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com grau de complexidade 2, desenvolver tarefas de animação no âmbito das artes cénicas.												1			12.º ano e/ou curso que lhe seja equiparado	a)
DIREÇÃO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS	O constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.																
	Artigo 15.º da Lei n.º 49/2012, de 29/08, e o aplicável constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.	1														licenciatura	c)
	Funções de chefia técnica e administrativa, por cujos resultados é responsável. Realização das atividades de programação e organização do trabalho do pessoal que coordena com grau de complexidade 2, no âmbito de atuação da unidade orgânica.											1				12.º ano e/ou curso que lhe seja equiparado	a)
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL (DAG)	O constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.		1										1				
	Artigo 15.º da Lei n.º 49/2012, de 29/08, e o aplicável constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.		1													licenciatura	c)
	Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, designadamente, realização e tratamento estatístico no âmbito do Departamento de Administração Geral (DAG); Controlo de gestão; Elaboração de informações acerca das várias matérias do DAG.							4								licenciatura na área de gestão	a)
	Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, execução de tarefas de apoio elementares, responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos, com grau de complexidade 1, designadamente, Proceder à abertura e aterro de sepulturas, ao depósito e levantamento dos restos mortais. Manutenção do cemitério.														3	escolaridade obrigatória	a)
Divisão Administração e Licenciamentos	O constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.			1				3			1	12			35		
	Artigo 15.º da Lei n.º 49/2012, de 29/08, e o aplicável constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.			1												licenciatura	c)
	Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, execução de tarefas de apoio elementares, responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos, com grau de complexidade 1, designadamente, Registo e tramitação de correspondência. Digitalização e anexação de documentos. Arquivo da correspondência nas pastas. Elaboração do mapa do correio.														1	escolaridade obrigatória	a)
	Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com grau de complexidade 2, designadamente, Registo e tramitação de correspondência. Digitalização e anexação de documentos. Arquivo da correspondência nas pastas. Elaboração do mapa do correio.												5			12.º ano e/ou curso que lhe seja equiparado	a)
	Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, execução de tarefas de apoio elementares, responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos, com grau de complexidade 1, designadamente, Limpeza das instalações dos serviços municipais.														6	escolaridade obrigatória	a)
	Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, designadamente, na área de atuação da divisão.							1								licenciatura na área das ciências sociais	a)



Unidade orgânica/ centros de competência ou de produto/ área de atividades	Atribuições/competências/atividades	Cargos/carreiras/categorias											Área de formação académica e/ou profissional	Novos postos de trabalho			
		Diretor Municipal	Diretor de Departamento *	Chefe de Divisão *	Comandante Operacional Municipal	Dirigente intermédio 3ºGrau *	Técnico superior	Especialista de informática	Técnico de informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado geral operacional			Encarregado operacional	Assistente operacional	
Divisão de Recursos Humanos	O constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.			1			5				5						
	Artigo 15.º da Lei n.º 49/2012, de 29/08, e o aplicável constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.			1												licenciatura	c)
	Funções de chefia técnica e administrativa, por cujos resultados é responsável. Realização das atividades de programação e organização do trabalho do pessoal que coordena com grau de complexidade 2, no âmbito de atuação da unidade orgânica.										1					12.º ano e/ou curso que lhe seja equiparado	a)
	Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, designadamente, na área de atuação da divisão.						1									licenciatura na área de contabilidade	a)
Divisão de Contratação Pública	O constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.			1			10							1			
	Artigo 15.º da Lei n.º 49/2012, de 29/08, e o aplicável constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.			1												licenciatura	c)
	Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, designadamente, realização e tratamento estatístico no âmbito da divisão.						1									licenciatura na área de gestão	a)
DEPARTAMENTO FINANCEIRO (DF)	O constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.		1				3		1	2							
	Artigo 15.º da Lei n.º 49/2012, de 29/08, e o aplicável constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.		1													licenciatura	c)
Divisão de Finanças	O constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.			1			8		1	7							
	Artigo 15.º da Lei n.º 49/2012, de 29/08, e o aplicável constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.			1												licenciatura	c)
	Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, na área de atuação da divisão, nomeadamente, inventariações, conciliações contabilísticas; contabilidade analítica.						4									licenciatura na área de gestão pública	a)
Divisão de Gestão Patrimonial	O constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.			1			7			1				3			
	Artigo 15.º da Lei n.º 49/2012, de 29/08, e o aplicável constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.			1												licenciatura	c)
DIREÇÃO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO URBANA	O constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.																
	Artigo 15.º da Lei n.º 49/2012, de 29/08, e o aplicável constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.	1														licenciatura	c)
	Funções de chefia técnica e administrativa, por cujos resultados é responsável. Realização das atividades de programação e organização do trabalho do pessoal que coordena com grau de complexidade 2, no âmbito de atuação da unidade orgânica.									1						12.º ano e/ou curso que lhe seja equiparado	a)
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO TERRITÓRIO (DACT)	O constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.		1				5			5				1			
	Artigo 15.º da Lei n.º 49/2012, de 29/08, e o aplicável constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.		1													licenciatura	c)
	Funções de chefia técnica e administrativa, por cujos resultados é responsável. Realização das atividades de programação e organização do trabalho do pessoal que coordena com grau de complexidade 2, no âmbito de atuação da unidade orgânica.									1						12.º ano e/ou curso que lhe seja equiparado	a)



Unidade orgânica/ centros de competência ou de produto/ área de atividades	Atribuições/competências/atividades	Cargos/carreiras/categorias											Área de formação académica e/ou profissional	Novos postos de trabalho	
		Diretor Municipal	Diretor de Departamento *	Chefe de Divisão *	Comandante Operacional Municipal	Dirigente intermédio 3ºGrau *	Técnico superior	Especialista de informática	Técnico de informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado geral operacional			Encarregado operacional
Divisão de Gestão de Frota e Equipamentos	O constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.			1						2		1	14		
	Artigo 15.º da Lei n.º 49/2012, de 29/08, e o aplicável constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.			1										licenciatura	c)
	Grupo de Trabalho do Serviço de Recolha - Serviços de recolha e de lavagem de equipamentos e espaço público; colaboração com os serviços de proteção civil; colaboração nas tarefas de organização e manutenção das instalações do parque de viaturas.												75		
	Grupo de Trabalho Oficinas Auto Municipais - Reparação dos diversos circuitos (hidráulicos, elétricos, pneumáticos, etc), e das diversas anomalias eletro/mecânicas nas diferentes viaturas do município, bem como a manutenção das viaturas com a mudança de óleos, filtros e de outros componentes; manutenção da operacionalidade dos diferentes equipamentos do parque de viaturas; colaboração nas tarefas de organização e manutenção das instalações do parque de viaturas.												8		
	Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, execução de tarefas de apoio elementares, responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos, com grau de complexidade 1, designadamente, Conduz viaturas ligeiras para transporte de bens e pessoas tendo em conta a segurança dos utilizadores e dos bens. Cuida da manutenção das viaturas que lhe forem distribuídas (verifica: níveis, estado dos pneus, limpeza, etc.) de forma a assegurar o bom funcionamento destas. Recebe e entrega expediente ou encomendas. Deteta anomalias e participa-as superiormente de forma a serem corrigidas.												4	escolaridade obrigatória	a)
	Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com grau de complexidade 2, designadamente, Introdução de dados relacionados com as viaturas tais como: abastecimentos, manutenções, reparações, intervenções nas freguesias, etc., no programa de gestão da frota. Fotocopiar, digitalizar e arquivar diverso expediente. Colocação de documentos nas viaturas. Controlo da assiduidade bem como todo tipo de expediente relacionado com os trabalhadores afetos a D.G.F.E. Conduz viaturas ligeiras para transporte de bens e pessoas tendo em conta a segurança dos utilizadores e dos bens. Processa fundo de maneo D.G.F.E. e procede ao seu envio. Cuida e zela pelo material / equipamento que lhe esta adstrito, bem como a limpeza do seu gabinete.									1				12.º ano e/ou curso que lhe seja equiparado	a)
Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, execução de tarefas de apoio elementares, responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos, com grau de complexidade 1, designadamente, Repara e conserva viaturas automóveis para passageiros ou mercadorias; examina os veículos para localizar as deficiências e determina as respetivas causas; faz os trabalhos de desmontagem de certos órgãos, tais como motor, caixa de velocidades, diferencial, sistema de direção ou travões; substitui ou repara as peças ou órgãos danificados; roda as válvulas, guarnece os travões, encasquilha o mecanismo de direção e realiza outras reparações; efetua os necessários trabalhos de montagem; muda o óleo do motor e dos sistemas de transmissão; lubrifica as juntas; aperta as peças mal fixadas; procede às afinações e realiza outros trabalhos para manter os veículos em bom estado; por vezes solda a estanho com maçarico oxiacetilénico ou com arco elétrico; procede ao preenchimento de uma ficha individual de cada reparação que executa; inventaria o material necessário e providencia a sua requisição.												2	escolaridade obrigatória	a)	



Unidade orgânica/ centros de competência ou de produto/ área de atividades	Atribuições/competências/atividades	Cargos/carreiras/categorias											Área de formação académica e/ou profissional	Novos postos de trabalho	
		Diretor Municipal	Diretor de Departamento *	Chefe de Divisão *	Comandante Operacional Municipal	Dirigente intermédio 3ºGrau *	Técnico superior	Especialista de informática	Técnico de informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado geral operacional			Encarregado operacional
Divisão de Gestão de Frota e Equipamentos (cont.)	Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, execução de tarefas de apoio elementares, responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos, com grau de complexidade 1, designadamente, Reparação dos diversos circuitos(hidráulicos, eléctricos,pneumáticos); reparação das diversas avarias mecânicas nas diferentes viaturas do município; efectua a manutenção das viaturas com a mudança de óleos, filtros e diversos outros materiais necessários; manter a operacionalidade dos meios do parque de viaturas; colabora nas tarefas de organização e manutenção das instalações do parque de viaturas.												2	escolaridade obrigatória	a)
	Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, execução de tarefas de apoio elementares, responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos, com grau de complexidade 1, designadamente, Conduz máquinas pesadas de movimentação de terras ou guas ou veículos destinados à limpeza urbana ou recolha de lixo. Zela pela conservação e limpeza das viaturas. Preenche os mapas de horas/quilómetros. Conduz todo o tipo de viaturas. Verifica os níveis dos diferentes órgãos das viaturas que conduz ou Manobra. Lubrifica com os produtos indicados os diversos pontos de atrito; Conduz veículos de elevada tonelagem; procede ao transporte de diversos materiais destinados ao abastecimento das obras em execução; aciona os mecanismos necessários para a descarga de materiais; assegura a manutenção do veículo;abastece a viatura de combustível; executa pequenas reparações; preenche e entrega diariamente o boletim diário da viatura; colabora, quando necessário, nas operações de carga e descarga; conduz, eventualmente, viaturas ligeiras.												5	escolaridade obrigatória	a)
	Funções de coordenação dos assistentes operacionais afetos ao seu sector de atividade, por cujos resultados é responsável. Realização das tarefas de programação, organização e controlo dos trabalhos a executar, com grau de complexidade 1, designadamente, Supervisiona a presença dos funcionários da unidade orgânica, nomeadamente dos assistentes operacionais. Supervisiona o trabalho de recolha de resíduos, resolvendo situações de imediato, associadas à recolha. Supervisiona a logística necessária à distribuição e recolha dos equipamentos de deposição de resíduos de carácter permanente ou temporário. Supervisiona a logística necessária à recolha dos "Monstros domésticos", solicitada por particulares ou abandonados em espaço público. Supervisiona a logística necessária à lavagem que equipamentos e/ou do espaço público.													2	escolaridade obrigatória



Unidade orgânica/ centros de competência ou de produto/ área de atividades	Atribuições/competências/atividades	Cargos/carreiras/categorias											Área de formação académica e/ou profissional	Novos postos de trabalho					
		Diretor Municipal	Diretor de Departamento *	Chefe de Divisão *	Comandante Operacional Municipal	Dirigente intermédio 3ºGrau *	Técnico superior	Especialista de informática	Técnico de informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado geral operacional			Encarregado operacional	Assistente operacional			
Divisão de Parques e Jardins	O constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.			1						2				2	1	1	72		
	Artigo 15.º da Lei n.º 49/2012, de 29/08, e o aplicável constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.			1														licenciatura	c)
	Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, execução de tarefas de apoio elementares, responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos, com grau de complexidade 1, designadamente, Construção e manutenção de espaços verdes. Instalação e reparação de sistemas de irrigação. Operações de mobilização do solo. Tratamentos fitossanitários. Operações de poda, sementeira, plantação, propagação vegetal e fertilização. Manutenção e conservação de relvados. Vigilância do parque da cidade. Limpeza de jardins e sanitários públicos. Remoção de espécies herbáceas, arbustivas, e arbóreas. Manuseamento de todo o equipamento, maquinaria e veículos utilizados na manutenção e construção de espaços verdes.																20	escolaridade obrigatória	a)
	Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, execução de tarefas de apoio elementares, responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos, com grau de complexidade 1, designadamente, Despejo dos contentores de recolha. Recolhe os resíduos junto aos contentores. Varre e recolhe os detritos dos espaços pedonais e arruados. Descarrega papeleiras. Limpa sarjetas e estirpa ervas. Lava pavimentos e/ou equipamentos públicos. Captura de animais que deambulam no espaço público.																20	escolaridade obrigatória	a)
Divisão de Serviços Urbanos	O constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.			1						6				6		2	19		
	Artigo 15.º da Lei n.º 49/2012, de 29/08, e o aplicável constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.			1														licenciatura	c)
	Grupo de Trabalho de Serviços e Eventos - Realização de trabalhos técnicos/operacionais, no âmbito da Divisão, de serviços e eventos																36		
	Grupo de Trabalho Brigada Operacional - Implantação e conservação de sinalização vertical; Marcação da sinalização horizontal; Colocação de barreiras; Colocação pontual de guardas de segurança; Colocação de redutores de velocidade e outros equipamentos de acalmia de tráfego; Entrega e recolha de guardas de segurança de peões em ocorrências pontuais; Colocação de adaptadores de sinalização vertical de forma a eliminar barreiras arquitetónicas.																4		
	Funções de chefia do pessoal da carreira de assistente operacional, coordenação geral de todas as tarefas, com grau de complexidade 1, designadamente, a distribuição diária das tarefas ao pessoal da Divisão; programar o trabalho de acordo com as orientações superiores; acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos, elabora relatórios de atividade operacional, participa ativamente na formação e aperfeiçoamento profissional, inventariação sistemática dos locais a intervir.																2	escolaridade obrigatória	a)
Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, execução de tarefas de apoio elementares, responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos, com grau de complexidade 1, designadamente, Aparelha pedra em grosso. Executa alvenarias e muros. Assentar manilhas, tubos e cantarias. Preencher e entregar a folha de serviço por centro de custos.																1	escolaridade obrigatória	a)	



Unidade orgânica/ centros de competência ou de produto/ área de atividades	Atribuições/competências/atividades	Cargos/carreiras/categorias											Área de formação académica e/ou profissional	Novos postos de trabalho			
		Diretor Municipal	Diretor de Departamento *	Chefe de Divisão *	Comandante Operacional Municipal	Dirigente intermédio 3ºGrau *	Técnico superior	Especialista de informática	Técnico de informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado geral operacional			Encarregado operacional	Assistente operacional	
Divisão de Serviços Urbanos (cont.)	Executar planos, alçados, cortes, perspetivas, mapas, contas, gráficos e outros traçados, segundo esboços e especificações complementares; examinar esboços, esquemas e especificações técnicas, elaborados por engenheiros, arquitetos ou outros técnicos; calcular dimensões, superfícies, volumes e outros fatores, a fim de completar os elementos recebidos; relacionar as dimensões dos diferentes elementos da obra a efetuar; utilizar o equipamento informático e o software adequado ao tipo de trabalho a realizar; colaboração em grupos de trabalho que executem projetos ou obras, onde os seus conhecimentos e aptidões se revelem de interesse.										3				12.º ano e/ou curso profissional na área de CAD/CAM	a)	
DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA (DPGU)	O constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.		1				1										
	Artigo 15.º da Lei n.º 49/2012, de 29/08, e o aplicável constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.		1													licenciatura	c)
	Funções de chefia técnica e administrativa, por cujos resultados é responsável. Realização das atividades de programação e organização do trabalho do pessoal que coordena com grau de complexidade 2, no âmbito de atuação da unidade orgânica.									1						12.º ano e/ou curso que lhe seja equiparado	a)
Divisão de Obras e Projetos Municipais	O constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.			1			28				13			2			
	Artigo 15.º da Lei n.º 49/2012, de 29/08, e o aplicável constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.			1												licenciatura	c)
	Efetuar levantamentos topográficos, tendo em vista a elaboração de plantas, cartas e mapas com vista à preparação e orientação de trabalhos de engenharia ou para outros fins: executar levantamentos topográficos apoiando-se normalmente em vértices geodésicos existentes; determinar rigorosamente a posição relativa de pontos notáveis de determinada zona da superfície terrestre cujas coordenadas e cotas obtêm por triangulação, trilateração, poligonização, intersecções diretas, nivelamento, processos gráficos e outros; regular e utilizar os instrumentos de observação, tais como taqueómetros, teodolitos, níveis, estádias, distanciómetros, etc.; proceder a cálculos com base nos elementos colhidos no campo; proceder à implantação no terreno de pontos de referência para determinadas construções, traçar esboços e desenhos e elaborar relatórios das operações efetuadas											3				curso profissional na área de topografia	a)
	Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, designadamente, nas Obras Municipais, estudos e projetos de arquitetura e suas especialidades; Acompanhamento Técnico e Fiscalização das Obras Municipais.							6								licenciatura na área de arquitetura	a)
	Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com grau de complexidade 2, designadamente, realização de funções relacionadas com controlo dos prazos de alvarás e respetivas caducidades, anexação de antecedentes em processos de licenciamento e respetiva tramitação; exercício de funções de atendimento e informação aos munícipes (presencialmente, telefonicamente ou via Internet); assegurar a verificação da boa instrução dos processos; emissão de alvarás de licença/títulos de admissão de comunicação prévia relativos a construção de edifícios, entre outros.											1				12.º ano e/ou curso que lhe seja equiparado	a)
	Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, designadamente, na área de atuação da divisão.							1								licenciatura na área de design	a)



Unidade orgânica/ centros de competência ou de produto/ área de atividades	Atribuições/competências/atividades	Cargos/carreiras/categorias											Área de formação acadêmica e/ou profissional	Novos postos de trabalho	
		Diretor Municipal	Diretor de Departamento *	Chefe de Divisão *	Comandante Operacional Municipal	Dirigente intermédio 3ºGrau *	Técnico superior	Especialista de informática	Técnico de informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado geral operacional			Encarregado operacional
Divisão de Planeamento Urbanístico, Mobilidade e Ambiente	O constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.			1		36			1	24		1	18		
	Artigo 15.º da Lei n.º 49/2012, de 29/08, e o aplicável constante no Regulamento Orgânico do Município de Barcelos.			1										licenciatura	c)
	Verificação de implantações de edifícios antes da emissão do alvará de licença; Verificação do estado de obras em pedidos de suspensão e prorrogação de licença; Verificação de inícios de obras de urbanização; Controlo dos prazos de suspensão de alvarás; Controlo de caducidade de alvarás; Elaboração de ofícios; Anexação de antecedentes em processos de licenciamento e respetiva tramitação; Atendimento telefónico para informação de municípios; Elaboração de autos de notícia; Emissão de alvarás de licença/títulos de admissão de comunicação prévia relativos a construção de edifícios, loteamentos, obras de urbanização, e emissão de alvarás de licença de utilização; Análise e emissão de horários de funcionamento e de certidões; Envio de dados estatísticos ao Instituto Nacional de Estatística; Atendimento ao público, localização e fornecimento de plantas de localização; Marcação de vistorias; Reprodução de documentos; Envio de senhas para consulta de processos no âmbito do E-Urbanismo.										3			12.º ano	a)
	Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, execução de tarefas de apoio elementares, responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos, com grau de complexidade 1, designadamente, Elaborar medições de edifícios. Apoio em desenhos de arquitetura e especialidades. Trabalho de Reprografia.												2	escolaridade obrigatória	a)
	Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, designadamente, Elaborar os instrumentos de planeamento integrado do território; Elaborar planos de salvaguarda e valorização do património histórico e cultural edificado; Apreciar, dar parecer e acompanhar a execução sobre projetos de loteamento (incluindo equipamentos e infraestruturas conexos); Assegurar o Sistema de Informação Geográfica - Atualização da cartografia e execução e manutenção do cadastro do território municipal; Desenho e Topografia.						2							licenciatura na área de gestão do território, ramo monitorização do território	a)
	Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e elaboração de pareceres e projetos, com grau de complexidade 3, designadamente, nos seguintes domínios de atividade: proposta de planificação e garantia de apoio técnico e logístico adequado às ações a desenvolver nos diferentes domínios ambientais; implementação, dinamização e acompanhamento de campanhas de sensibilização e educação ambiental, bem como medidas e ações de monitorização, controle, gestão e proteção ambiental, nomeadamente no âmbito de resíduos sólidos, qualidade do ar, ruído, indicadores ambientais, espaços verdes e recursos hídricos.						6							licenciatura na área de ambiente	a)
	Funções de estudo e de natureza consultiva, competindo-lhe, designadamente: Desenvolver estudos, propostas e ações destinadas a eliminar e prevenir a fuga à escolaridade obrigatória, ao abandono precoce e ao absentismo sistemático; Desenvolver estudos e propor medidas que sustentem a diversificação de estratégias e de métodos educativos para promover, de forma diferenciada, o sucesso escolar; Participar em ações destinadas a informar e sensibilizar os pais e a comunidade relativamente à problemática das opções escolares e profissionais, bem como em ações e medidas de reforço da ligação escola-comunidade; Participar e colaborar em todas as atividades ligadas à rede escolar do município e inerentes à Divisão e/ou serviço.						2							licenciatura na área de educação	a)



Unidade orgânica/ centros de competência ou de produto/ área de atividades	Atribuições/competências/atividades	Cargos/carreiras/categorias											Área de formação académica e/ou profissional	Novos postos de trabalho	
		Diretor Municipal	Diretor de Departamento *	Chefe de Divisão *	Comandante Operacional Municipal	Dirigente intermédio 3ºGrau *	Técnico superior	Especialista de informática	Técnico de informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado geral operacional			Encarregado operacional
Divisão de Planeamento Urbanístico, Mobilidade e Ambiente (cont.)	Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, execução de tarefas de apoio elementares, responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos, com grau de complexidade 1, designadamente, apoio administrativo, serviço de reprografia.												2	escolaridade obrigatória	a)

- a) n.º postos de trabalho a ocupar com relação jurídica de emprego por tempo indeterminado
b) n.º postos de trabalho a ocupar com relação jurídica de emprego por tempo determinado
c) n.º postos a ocupar em comissão de serviço

* (Lei nº2/2004, de 15/01, alterada e republicada pela Lei 51/2005, de 30/08, e pela Lei 64-A/2008, de 31/12)





ASSINATURAS

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

(Miguel Jorge da Costa Gomes)

OS VEREADORES

(Domingos Ribeiro Pereira, Dr.)

(Maria Armandina Félix Vila-Chã Saleiro, Dr^a)

(José Carlos da Silva Brito, Dr.)

(Alexandre Miguel Gonçalves Maciel, Dr.)

(Maria Elisa Azevedo Leite Braga)

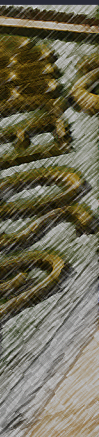
(Domingos José da Silva Araújo, Dr.)

(Félix Falcão de Araújo, Dr.)

(Rosa Cristina Rodrigues Barbosa, Dr^a)

(António Jorge da Silva Ribeiro, Dr.)

(Manuel Carlos da Costa Marinho, Eng^o)



**BARCELOS**
MUNICIPIO